

A rotina do absurdo



Pedro Valls Feu Rosa

2023

Dedicatória



A Fátima Nancy Andrichi, Ministra do Superior Tribunal de Justiça e uma juíza na exata acepção do termo, exemplo para a magistratura nacional, dedico esta modesta obra.

Agradecimento



Minha gratidão aos leitores dos meus pobres escritos publicados no jornal “A Tribuna”, base desta obra.

Direitos autorais



Não escrevi este livro para obter ganhos financeiros. Assim, fique à vontade para distribuí-lo livremente. Apenas solicito que eventuais citações sejam acompanhadas de referência à fonte.

Mensagem do autor



Vá à janela. Respire fundo. Contemple, a partir de um ponto de vista mais distante, o cenário que se descortina.

Perceba que desmoralizamos o escândalo. Transformamos vítimas em culpados. Exaltamos os honestos como seres excepcionais. O que deveria ser regra virou exceção - e vice-versa. Só nos falta, talvez, ver o rabo abanando o cachorro. Em uma expressão: vivemos, sem o perceber, sob a rotina do absurdo.

Daí o título desta singela obra, cujo conteúdo busca simplesmente o induzir de reflexões serenas, tão necessárias mas ao mesmo tempo tão ausentes nos angustiados dias que vivemos.

E aqui?



Não faz muito tempo li, no jornal “Japan Times”, uma interessante notícia. Dizia que em um futuro não muito distante todo prédio no Japão teria, no telhado, painéis solares de geração de energia elétrica. O plano do governo é ter uma capacidade de geração estimada em 108 gigawatts até 2030 - e 370 até 2050. Eis aí algo relevante, dado estarmos a falar da terceira maior economia do planeta.

Mais ou menos na mesma época Jose Montilla, Ministro da Indústria da Espanha, anunciou a obrigatoriedade da instalação de painéis solares em prédios novos. Apurou-se, naquele país, que ao longo de cinco anos a instalação desses geradores em 3,5 milhões de prédios proporcionou uma economia de € 245 milhões apenas em combustíveis - desconsiderados os ganhos em função da redução dos índices de poluição etc.

Na França anunciou-se a construção de uma imensa central de produção de energia elétrica a partir do sol. Com capacidade instalada de 1 gigawatt, quase equivalente a de algumas centrais nucleares, será a maior da Europa. Suprirá as necessidades de estimadas 600.000 pessoas da região de Bordeaux.

Nos EUA funciona, desde 2014, a Usina de Energia Solar de Ivanpah. Situada na Califórnia, produz energia elétrica suficiente para abastecer 140.000 residências. Considerada a realidade nacional

estamos a falar de uma matriz que responde por 97,2 gigawatts, capaz de prover energia elétrica para 18 milhões de residências. Responde por 3% da geração de energia elétrica dos EUA (dados de 2021).

No Reino Unido anunciou-se, em junho de 2021, que a capacidade instalada de geração de energia solar alcançou 13,5 gigawatts - já respondendo por 4,1% do consumo nacional de energia elétrica. Eis aí um exemplo digno de atenção, considerado o clima notoriamente desfavorável daquele país.

Na Europa como um todo projetou-se para 2030 que 20% da geração de energia elétrica virão de painéis solares - cujas instalação e manutenção criarão 4 milhões de empregos!

Enquanto tudo isso acontecia pelo mundo afora li, no “site” Diário do Poder, a seguinte notícia: “O bilionário lobby das distribuidoras de energia tenta acabar com as regras definidas pela Aneel, agência reguladora, destinadas a estimular a utilização da energia solar no Brasil, inclusive residencial” (08 de abril de 2021). Será que conseguiram?

Um novo modelo



Era uma noite fria de fevereiro de 1981 em Arkansas, nos EUA, quando Rolf Kaestel decidiu assaltar um restaurante. Armado com uma pistola de brinquedo, anunciou o assalto - que rendeu US\$ 264. Não houve, durante o crime, nenhum ato de violência física e ninguém saiu ferido. Meia hora depois Rolf foi preso pelas autoridades, que recuperaram US\$ 179 - restou, assim, um prejuízo total de apenas US\$ 85.

Submetido a julgamento, Rolf foi condenado a uma pena de prisão perpétua sem possibilidade de liberdade condicional. Ele tinha, então, 29 anos. Quarenta anos - e seguidos pedidos de clemência - depois, finalmente a população percebeu o quão exagerada havia sido a pena imposta. Aí passou a clamar pela soltura de Rolf - um idoso com 70 anos de idade.

Enquanto este norte-americano cumpria sua pena assisti a um fascinante documentário intitulado “Trabalho Interno”, dirigido por Charles H. Ferguson, no qual é abordada a grave crise financeira de 2008, que tantas misérias causou pelo planeta afora por conta dos desatinos e da ganância desmedida de alguns poucos. Seu próprio diretor o define como sendo um filme sobre “a corrupção sistêmica dos Estados Unidos pela indústria de serviços financeiros e as consequências da corrupção sistêmica”.

Chamou-me a atenção que, a despeito de tantos nomes e provas apresentadas, nenhum dos culpados foi sequer processado - que dizer condenado! Os responsáveis simplesmente se afastaram com suas fortunas pessoais intactas, rumo à alegre gastança do que amealharam.

Meditemos: um mesmo sistema legal produziu estes dois resultados! À pena absurda em um caso correspondeu a impunidade em outro infinitamente mais grave. Dir-se-ia ser esta a “justiça dos homens”. Vá lá que seja. Mas que tal melhorá-la? Hoje decide quem será ou não processado e qual a pena a ser eventualmente imposta um grupo muito reduzido de burocratas - e eis aí uma realidade universal. Isto está muito errado.

Que tal transferirmos esta função para a sabedoria e independência infinitamente maiores de colegiados proporcionais à complexidade do caso e de composição mais arejada? E com isto simplificarmos o labirinto de regras processuais que criamos?

O mundo das leis... irá ele rumo à mediocridade corrupta ou cega da burocracia? Ou evoluirá, nos elevando enquanto humanidade?

Estado x Estado



No início era o rei. Exercia sobre seus súditos um poder absoluto. Naqueles dias um único ser humano administrava, legislava e julgava. Sob imenso sofrimento a humanidade, ao longo de milênios, reagiu contra tal estado de coisas.

Eis que entrou em cena Montesquieu e seus três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. A ideia era boa, qual a do controle do Estado por si próprio. Seria o fim do poder absoluto e o alvorecer de uma nova era.

De lá para cá passaram-se pouco mais de dois séculos. Contemplo nosso planeta. E percebo, angustiado, que na verdade o Estado não está a exercer controle sobre si próprio - antes, está a disputar poder consigo mesmo! Uma guerra fratricida, podemos assim dizer, na qual não há vencedores e da qual resulta apenas uma vítima: o povo.

Começemos pelo Poder Judiciário, a buscar administrar e legislar em escala preocupantemente crescente. Passemos pelo Poder Legislativo, a cada dia mais julgador e administrador. E cheguemos ao Poder

Executivo, um Leviatã cotidianamente dedicado a emitir mais leis e a interferir no ato de julgar.

Na esteira de tão confusa realidade surgiram pelo planeta afora diversos órgãos de controle - os quais, porém, por não submetidos a praticamente controle algum, acabaram por induzir debates sobre a criação de novos mecanismos... de controle! Eis a quadra na qual estamos atualmente: quem controla os controladores? Amanhã, talvez, passaremos os dias a discutir sobre o controle de quem controla os controladores - em um ciclo sem fim.

Enquanto isso pena a população, diante de um Estado a cada dia mais burocratizado e neurótico por conta desta realidade. O mundo das leis, após produzir bibliotecas inteiras sobre este quadro, pouco ou nada resolveu - fico mesmo a pensar se não o piorou.

Pois é. Será que chegada a hora de aprimorarmos a boa ideia de Montesquieu lançando nossos olhares a um elemento tão fundamental quanto esquecido, qual o ser humano? Não adianta, eis a verdade, eliminarmos um rei e criarmos vários outros - estaremos apenas somando ao despotismo o conflito.

Tenho que no início deste debate deverão estar algumas sérias indagações: pode o exercício do poder público ser apenas uma carreira? Até que ponto pode ele depender de uma única pessoa? E como regulamentarmos a pluralidade nas instituições?

Estranha alma



A humanidade, em tocante testemunho de fé, construiu catedrais belíssimas - diante das quais passou a Santa Inquisição a torturar e queimar vivos em fogueiras tantos semelhantes nossos.

Redigimos obras de excepcional conteúdo humano. Fascinantes pela profundidade filosófica. E que foram solenemente ignoradas, conforme fazem prova as infinitas guerras que nos flagelaram.

Nosso engenho levou à concepção de maravilhas tecnológicas verdadeiramente sublimes. Uma imensa parte delas, porém, utilizada para ceifar a vida ou a saúde de populações inteiras.

Graças a avanços científicos notáveis produzimos medicamentos capazes de debelar doenças as mais terríveis - não os distribuímos a todos os nossos semelhantes, porém, por conta de interesses comerciais os mais mesquinhos.

Criamos sistemas de comunicação poderosos ao extremo, capazes de levar iluminação e sabedoria a praticamente todos os seres humanos - porém entregamos vasta parcela dele a conglomerados empresariais cujos interesses destoam daqueles da humanidade.

Com coragem e sacrifício cortamos os mares e desbravamos todo o planeta - no mais das vezes, porém, levando pouco mais que a violência, o saque e a escravidão.

De forma responsável construimos sistemas políticos e administrativos absolutamente sérios - para depois profaná-los da forma mais vil.

Nossa mente, finalmente, concebeu sistemas jurídicos fabulosos. A eles dedicamos bibliotecas inteiras. E paradoxalmente nosso desprezo, na medida em que acintosamente os transformamos em letra morta - que o digam nossas masmorras, habitadas quase que exclusivamente por miseráveis.

É este o aspecto que gostaria de abordar: o do sistema legal que praticamente não considera o quão contraditórios e desiguais são os homens. Que relega a um constrangedor segundo plano os sérios contrastes de nossa civilização.

Humildemente sugiro, a propósito, dois temas para reflexão. Início pela redefinição do que seja “exercício de poder”: função temporária ou carreira? Ele deve mesmo ser atribuído no mais das vezes a uma só pessoa?

E o ato de julgar? Deve ser mesmo atribuído a um só? Não seria mais prudente confiarmos na sabedoria de colegiados cuja composição deveria ser a mais plural possível, consideradas as peculiaridades do caso?

Eis aí, de toda sorte, um debate para os séculos.

Punir ou tratar



Dia desses assistia eu a um filme de ficção científica ambientado no século XXIV. Nele um médico, ao examinar dado homicida, encontrou grave doença cerebral que comprovadamente induzia comportamento violento. Curou-o através de um avançado procedimento cirúrgico. O sistema judicial da época, porém, apesar da comprovação científica de que ressocializado estava o réu, manteve a vingança, digo, a pena imposta.

Recordei-me do caso de um psicopata italiano particularmente violento, morto em confronto com policiais, cuja autópsia revelou a presença de graves deformações cerebrais. Vale dizer: nenhuma punição contra ele teria efeito. Apenas um tratamento médico adequado o ressocializaria.

Fiquei a meditar sobre um estudo realizado na França em 2002, segundo o qual 55% dos presos daquele país padecem de pelo menos alguma doença mental.

Segue a conclusão de inquérito similar levado a efeito no Reino Unido nos idos de 2005: “Cerca de 90% da atual população carcerária masculina sofrem de doenças mentais diagnosticáveis”. Idêntico índice foi encontrado nos idos de 2016 por pesquisadores da Nova Zelândia.

Em 2012 constatou-se que na Austrália 31% dos presos apresentam claros sintomas de perturbação mental - 2,5 vezes mais que a população em geral.

Diante destes números salta aos olhos ser sensato - humano, enfim - olharmos o problema da justiça penal sob as lentes da ciência e da espiritualidade. Ser prudente definir-se, antes de qualquer julgamento, quem deveria ser punido e quem deveria ser simplesmente tratado e de que forma.

Haverá casos nos quais o tratamento recomendado ainda não existe. Como proceder-se, então, tendo em vista a proteção da sociedade?

Estas são questões profundas. Desconheço, como qualquer outro ser humano, os contornos de alguma eventual resposta. Reconheço, mesmo, estarem eles além - muito além - do nosso atual estágio evolutivo.

O que não pode ser, porém, é continuarmos a simplesmente impor penas considerando os crimes cometidos, mas não as peculiaridades - inclusive de natureza física - daqueles que os cometeram.

Que tal, assim, simplesmente buscarmos dar um primeiro passo? Humildemente sugiro consista ele em reflexões tão distantes de ideologias como próximas da ciência e da espiritualidade. Eis aí, sem dúvida, um bom início de caminhada!

Reage, Brasil!



Há algum tempo li, na respeitada BBC, séria notícia que deveria ser objeto de reflexão por cada brasileiro. Principalmente por aqueles que habitam um tal de “universo institucional”.

A matéria expõe que “um levantamento inédito - obtido pela BBC News Brasil - que integra o Mapa de Conflitos de Mineração 2020, mostra que as mineradoras estrangeiras, a maioria de países ricos com rígidas regras ambientais e trabalhistas, são pivôs da maior parte das disputas e acusações envolvendo populações vulneráveis no Brasil”.

Detalhou-se que “essas gigantes internacionais são apontadas como “violadoras” em 48,7% dos conflitos ocorridos no ano passado, enquanto empresas nacionais responderam por 23,8% e o garimpo ilegal por 19,4%”.

A reportagem - longa - cita, então, casos vários. Todos de extrema gravidade. E lança a discussão sobre se nos países de origem das transnacionais mencionadas seria possível um quadro como o verificado aqui no Brasil.

Veio-me à memória singular artigo publicado pelo conceituado jornalista Elio Gaspari nos idos de 2007, intitulado “Os laboratórios e a

clientela de babuínos”. Tratava das diferenças entre as indenizações pagas nos EUA e aqui a consumidores vítimas de medicamentos impróprios para consumo. Transcrevo seu último parágrafo: “Colecionando derrotas, o laboratório ofereceu um acordo a 47 mil vítimas (nos EUA). Custará US\$ 4,85 bilhões. Em Pindorama, a responsabilidade social da empresa levou-a a informar à freguesia que estava pronta para reembolsá-la, no exato valor pago pelas caixinhas do remédio (R\$ 21 a R\$ 81, dependendo da dose)”.

Lembrei-me de outros três episódios: uma grande empresa norte-americana viu-se obrigada a indenizar em uns R\$ 7,5 mil uma chilena que quebrou dois dentes ao comer um sanduíche com um pedaço de broca dentro. Talvez mais dolorosa tenha sido a experiência de uma estudante chinesa, mordida por um rato dentro de uma lanchonete desta mesma empresa. Determinou-se que, por conta do ataque deste intrépido roedor, a chinesa deveria ser indenizada em uns R\$ 550.

Enquanto estes graves episódios aconteciam no Chile e na China um cachorro norte-americano ganhou uns US\$ 20 mil de indenização por danos morais ao ter tido a ponta de seu dente quebrada durante uma consulta veterinária realizada na Califórnia.

Pois é.

O tapete deles



Nos idos de 2020, segundo denunciou o respeitado jornal britânico “The Guardian”, nada menos que 141 contêineres carregados de lixo plástico já em avançado estado de decomposição saíram pelos mares deste planeta.

O tipo de plástico, registro, era o pior possível, qual aquele misturado com outros dejetos domésticos de uma forma tal a tornar praticamente impossível qualquer forma de reciclagem.

Um ano depois, segundo apurado, estavam espalhados pela Turquia, Grécia e Vietnam - três países que, assim como o nosso Brasil, são frequentemente apontados como negligentes no que toca ao meio-ambiente.

Mas de onde teria saído, ao fim do cabo, tanto lixo? Transcrevo, em tradução livre, três parágrafos daquela séria reportagem dignos de ampla reflexão.

“Alguns dos países listados dentre os que mais reciclam no mundo estão também na relação dos maiores exportadores de lixo. A Alemanha foi reconhecida pelo Forum Econômico Mundial como o país que mais recicla, porém exporta em média um milhão de toneladas de lixo plástico a cada ano, mais do que qualquer país da União Europeia. O Reino Unido está um pouco melhor, mas exportando 61% do seu lixo plástico”.

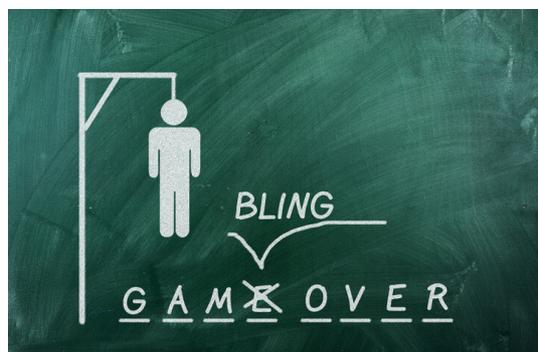
Apontou-se, então, que “quando você continua a consumir mais plástico há apenas duas maneiras de livrar-se do lixo. Uma é incinerá-lo e a segunda é despejá-lo. Se o despejo não é uma solução aceitável em um país, o caminho seria a incineração - que deixa, porém, um resíduo de carbono. Assim, muitos países que desejam reduzir suas emissões de carbono simplesmente não querem incinerar o lixo que produzem”.

Segue, finalmente, a conclusão de um pesquisador ouvido: “Alguns dos maiores geradores de lixo da Europa, como o Reino Unido, a França e a Alemanha, tem que encontrar uma maneira de lidar com este problema. E a forma encontrada foi exportar o lixo para países mais pobres”.

Da matéria - produzida, repito, por um jornal inglês - resulta uma séria reflexão: será que tantos números vistosos sobre práticas ambientais, frequentemente jogados pelas grandes potências mundiais na cara dos países mais pobres, não são que fraudes?

Enquanto não respondida esta pergunta de forma séria fica a sensação de que somos, ao final das contas, não mais que um tapete, para baixo do qual varrida vasta quantidade de sujeira - inclusive moral.

Annie Ashton



A inglesa Annie Ashton podia ser definida como uma pessoa feliz. Morava em uma casa confortável com seu marido, Luke, e dois filhos. Sua vida era financeiramente estável e seu esposo, gerente de uma loja de ferramentas, gozava de bom conceito social e profissional.

Tudo isto acabou no dia 22 de abril de 2021, quando Luke suicidou-se por conta das desgraças causadas pelo vício no jogo, dentre as quais incluiu-se a venda do próprio lar para pagamento de dívidas.

Tempos depois li, no jornal “The Guardian”, uma emocionante carta escrita pela agora viúva. Transcrevo, em tradução livre, alguns trechos. Ela narra que “há uns dois anos Luke viciou-se em jogo. Se você o tivesse conhecido não entenderia esta compulsão. Ele era cuidadoso com dinheiro, poupava regularmente e suas contas estavam sempre em dia”.

Segue, então, um sério alerta: “Não é interessante para a indústria do jogo que as pessoas sejam afastadas do vício. Ela gasta £ 1,5 bilhão (uns US\$ 2 bilhões) em propaganda incentivando o hábito de apostar. Cerca de 60% dos seus lucros são provenientes de 5% de clientes viciados ou em vias de sê-lo - uma indústria que, somente no Reino Unido, vale £ 14 bilhões”.

De forma chocante Annie registrou que "estas empresas conhecem a fundo seus fregueses - em alguns casos elas sabem que alguém cujo

salário é de apenas £ 30 mil por ano apostou £ 60 mil em apenas alguns meses, porém nada fazem”. Muito pelo contrário, “acompanham seus hábitos e vulnerabilidades de forma a melhor os alcançarem com propagandas mais efetivas”.

Vamos, agora, às consequências humanas: “Em um relatório datado de 2021 a Saúde Pública Britânica estimou haver no país, a cada ano, mais de 409 suicídios relacionados com o vício de jogar. É mais do que uma vida perdida a cada dia”.

A conclusão da carta de Annie, explicando a manutenção de tal quadro, deveria servir como alerta para toda a humanidade: “O ‘lobby’ em favor do jogo é muito poderoso”.

Decidi pesquisar um pouco mais sobre o assunto. Localizei estatísticas chocantes: “empresas de jogo utilizam dados escolares sobre 28 milhões de crianças”, “a economia perde £ 1,2 bilhão por conta dos viciados em jogo”, “apenas 3% dos viciados recebem tratamento” etc. Paro aqui por falta de espaço.

Agora medite: seria esta realidade digna de um povo cristão?

Os menos iguais



Dia desses fiquei a contemplar, pela televisão, as cenas de uma solenidade realizada em algum cantinho perdido deste planeta. Lá estavam impolutas autoridades declarando publicamente séria preocupação com a saúde dos seus semelhantes em tempos de pandemia. Invariavelmente declaravam, com voz firme e grave, que somos todos parte de uma mesma humanidade, afinal!

Poucos dias depois desta vibrante cerimônia tive a oportunidade de ler - em um jornal da África, claro - sobre o escândalo das vacinas vencidas ou praticamente vencidas enviadas para os africanos como prova de que somos todos, ao fim do cabo, parte de uma mesma “aldeia global”.

Dali lancei um olhar para os EUA, onde descobri, pelas imprensa, que “dos US\$ 510 bilhões distribuídos pelo governo como parte de um programa de assistência [face aos efeitos da pandemia] em 2020 mais de 70% - ou quase US\$ 370 bilhões - foram para os bolsos de empresários e acionistas que integram os 20% mais ricos da população”. Aliás, por falar em pandemia, li que a da fome nos EUA está piorando - já são 60 milhões de habitantes precisando de assistência.

Em tempos tão bicudos era de se esperar que pelo menos a sagrada igualdade no ato de pagar tributos fosse respeitada. Mas qual o que! Pasmado, fui informado de que “as 25 pessoas mais ricas dos EUA pagam

menos impostos - uma média de 15,8% da renda bruta - do que o padrão para a maioria dos trabalhadores americanos”. E mais: “nomes que estão entre os mais ricos do mundo chegaram a pagar pouco ou nenhum imposto em determinados anos”.

Porém, coisa mais grave há. É quando chegamos na seara cinzenta dos benefícios fiscais. Eles podem ser muito bons para estimular a economia - e fique isto muito claro. Mas por qual motivo ordinariamente não amparam aqueles pequenos empreendimentos que, ao fim do cabo, fazem a grandeza de um país? Por que, via de regra, são secretos e mantidos afastados dos olhos da população em um tempo no qual tanto se prega a transparência? Por que quase sempre não sabemos sequer os nomes dos contemplados?

Pois é. Fiquei a recordar o escritor inglês George Orwell e sua clássica exclamação segundo a qual “todos os animais são iguais, mas alguns são mais iguais que outros”. E concluí, com Bernard Shaw, que “o maior dos males e o pior dos crimes é a pobreza”.

Vergonha e cano



Dia desses, pela pena brilhante da respeitada BBC, li uma chocante matéria sobre a miséria que flagela este tão rico país. Trata-se de um texto merecedor de profunda reflexão - ao fim do cabo, admita-se como inevitável a pobreza de alguns ou mesmo de muitos. A miséria, porém, não. Esta é imperdoável.

Transcrevo, a seguir, algumas constatações e declarações colhidas pela reportagem. Início por uma relativa à fome, objeto de tantas referências na Constituição Federal. Nela descreve-se o “cardápio” diário de alguns semelhantes nossos: “Essa comida antes era destinada aos porcos, mas agora as pessoas selecionam e trazem para dentro de casa”.

É intrigante que brasileiros comam “lavagem” sobre o solo de um dos países mais ricos do mundo. De uma potência do agronegócio. De um verdadeiro celeiro da humanidade. De uma terra onde, nas palavras de Caminha, “em se plantando tudo dá”!

Mas sigamos em frente. Abordemos agora a questão da higiene pura e simples: “Não há saneamento básico, e apenas duas torneiras abastecem todas as famílias. Uma das moradoras contou que faz as necessidades fisiológicas em uma sacola, que é descartada na lagoa ou num descampado, hábito comum na região”.

Eis, a propósito, o chocante depoimento de uma moradora: “Passamos semanas, até um mês, sem água, que não é limpa. É suja. Nós ficamos com dor de barriga e muita gente fica doente. Mas serve para a gente beber, cozinhar e tomar banho. Usamos baldes. Tem dia que um balde serve para cinco, seis pessoas tomarem banho”.

Por falar em doenças, abordemos agora o direito à saúde, constitucionalmente assegurado: “Aqui é a gente pela gente. Não tem médico, remédio, exame, nada. Eu mesmo já fui para uma Unidade de Pronto-Atendimento em cima de uma carroça”.

Diante de tão dantesco cenário peço licença para focar no saneamento básico. Alguém poderia dizer ser esta comunidade uma exceção. Não é: quase 35 milhões de brasileiros não tem acesso a água tratada e 47% da população não tem acesso a uma rede de esgoto (dados referentes a 2018). Para completar, perdemos uns 40% da água potável pelas redes de distribuição.

Recordo que nosso país é o grande manancial do mundo: possui 13,7% de toda a água doce e 20% das águas subterrâneas do planeta.

Que coisa feia, Brasil! Não tem dinheiro nem para comprar cano?

O futuro é hoje



Nos idos de 2021 o Conselho de Inteligência dos EUA lançou um muito interessante estudo acerca do ano 2040. Seu nome: “Global Trends 2040”. Busca-se, nele, apresentar de forma consistente os cenários mais prováveis para o futuro próximo.

Um dado trecho chamou-me a atenção de modo especial. Transcrevo-o, em tradução livre.

“Ao longo dos próximos 20 anos o sul da Ásia, a América Latina, o Oriente Médio e o norte da África serão beneficiados por uma janela demográfica: elevado percentual da população em idade produtiva, contrastando com pequena parcela de menores e aposentados”.

Calculou-se, sobre a América Latina, que o percentual de pessoas na denominada 'faixa produtiva' chegará a 65%. Eis aí, sem sombra de dúvidas, uma excelente notícia - a desmentir, inclusive, muito do que se falou recentemente acerca da necessidade de uma reforma previdenciária urgente diante do envelhecimento de nossa população.

Há, porém, um sério alerta: “Estas oportunidades para um maior crescimento econômico apenas serão plenamente aproveitadas se os trabalhadores forem adequadamente treinados e encontrarem empregos”.

Os empregos existem. Vejo cotidianamente a busca por profissionais qualificados - de pedreiros a programadores de computador é imensa a demanda. Demanda, porém, não atendida - em uns 69% dos casos, segundo a CNI. Por que será?

Lembrei-me, imediatamente, do professor Jacques Zeelen, da Universidade de Gulu, em Uganda. Segundo ele, “a educação está causando pobreza e desemprego”. Explicando esta aparentemente absurda afirmação, ponderou ele haver “um desencontro entre o sistema educacional e o mercado de trabalho”, do qual resulta uma geração preparada para empregos que não existem e despreparada para os que existem.

Fui à janela. Contemplei o meu país. Vi, não sem um aperto no coração, nossa juventude (uns 40% dela) sendo a cada dia mais empurrada para atividades absolutamente incompatíveis com a formação que receberam - há que se sobreviver, afinal! Cito mais um número: 71,6% dos nossos jovens estão despreparados para o mercado de trabalho - leia-se, para os ‘empregos que existem’.

Enquanto isso padece a economia. Nosso país perde mais uma oportunidade - outra de tantas que já deitamos fora. Acorda, Brasil! Preparemos 'ontem' nossos jovens e salvemos nosso amanhã.

Só sendo daqui



Não faz muito tempo li uma matéria sobre o que enfrentam os brasileiros que emigram para os EUA. Apesar de as queixas já serem conhecidas penso ser necessária alguma reflexão sobre o tema.

A reportagem, após entrevistar vários brasileiros, registrou que estes "avaliam que nos últimos anos ficou mais demorado e difícil conseguir vistos. Dizem que o governo aumentou a burocracia de propósito para reduzir o fluxo do Brasil para cá".

Por conta disso cerca de metade dos brasileiros que emigram para os EUA "acaba indo para o limbo dos indocumentados. Eles não conseguem procurar emprego, abrir um negócio. É uma categoria de gente sem cidadania".

Alertou-se, então, para o fato de que estes brasileiros são 'invisíveis': "ficam longe da vista de muita gente, vivendo nas franjas das grandes cidades", sendo também "invisíveis para o Estado, que não cria políticas públicas para eles".

Não nos esqueçamos da discriminação. Veja só: "As pessoas acham que eles são menos civilizados, são chamados de macacos". Eis a declaração de um brasileiro: "A gente é xingado, espancado, assaltado. As nossas casas são invadidas".

Um outro assim disse: "Na feira, no ônibus, na rua, nas lojas... as

peessoas viram e falam que tem muito estrangeiro no bairro. Perguntam porque não voltamos para o Brasil”. A propósito, “já teve gente que fugiu de mim quando fui pedir uma informação, mudou de banco no metrô, já teve motorista de ônibus que não parou”.

Mais há, porém: “Nas conversas com os imigrantes vamos achando novos casos que a gente nem imaginava. Teve um brasileiro que morreu na empresa em que ele trabalhava e sumiram com o corpo dele. Tem muito desrespeito a direitos trabalhistas, casos de trabalho escravo e também ofensas racistas. A violência é cotidiana”.

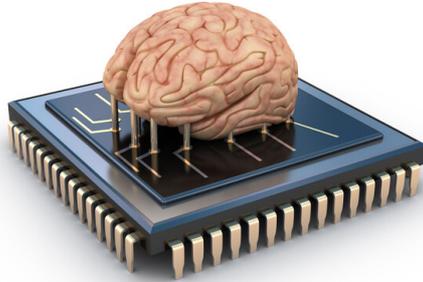
A conclusão da reportagem apresenta uma frase tocante: “Os EUA recebem, mas não acolhem”.

São denúncias conhecidas, não? Segue, então, uma ‘pegadinha’: troque, acima, tudo que diga respeito aos EUA por Brasil e onde lê-se “brasileiro” leia-se “congolês”. Resultará, então, sem retoques, a matéria original da série BBC, publicada logo em seguida ao linchamento de um imigrante neste tão cristão país.

Diante disso só posso concluir que nada temos contra os estrangeiros que para cá emigram - desde que eles sejam daqui...

Que coisa feia, Brasil!

O negócio



O negócio é o seguinte: o mercado mundial de “chips” representa uns bons US\$ 470 bilhões (dados de 2021). Li que “no Brasil a principal produtora de semicondutores é a CEITEC”, uma empresa estatal. Segundo consta, “é a única da América Latina a produzir sensores e circuitos integrados em silício”. Porém, segundo noticiado, “a empresa encontra-se em processo de liquidação” (CNN Brasil, 09/05/2021).

Aos 8 de fevereiro de 2022 foi lançado na Europa o “Chip Act”, através do qual prevê-se um total de US\$ 49 bilhões de investimentos na tecnologia e fabricação de “chips”. A meta é conseguir que o Velho Continente duplique sua participação no mercado mundial, alcançando 20% deste.

Precisos quatro dias antes foi aprovado no Congresso dos EUA o projeto “America Competes Act of 2022”, destinando US\$ 52 bilhões para auxiliar empresas de tecnologia e financiar projetos de pesquisa. Outros US\$ 45 bilhões deverão ser utilizados no aprimoramento da cadeia de suprimentos de “chips”.

Uns quatro anos antes anunciou-se, na China, o “National Integrated Circuitry Investment Fund”. São US\$ 47 bilhões destinados ao financiamento de pesquisas e desenvolvimento de “chips” de última geração.

Nos idos de 2021 a empresa TSMC, de Taiwan, anunciou para os

três anos seguintes investimentos em pesquisa e fabricação de “chips” da ordem de US\$ 100 bilhões. Na mesma época o Japão divulgou que investirá US\$ 338 milhões em pesquisas nesta área.

Não nos esqueçamos, evidentemente, da Coreia do Sul. Anunciou-se, naquele mesmo ano, um pacote de US\$ 451 bilhões destinado a manter as empresas do país “em dia” com as necessidades do mercado de tecnologia.

Israel adotou uma política algo distinta, porém não menos efetiva. Optou por investir pesadamente apenas no desenvolvimento de “chips”, e não na fabricação destes. Está dando certo. Em 2021 registrou-se, por conta de uma única empresa (a norte-americana Intel), um investimento da ordem de US\$ 600 milhões na fabricação de “chips” lá projetados.

Diante deste quadro impõe-se uma reflexão: será que nosso destino será mesmo o de mero “montador” ou importador até de calculadoras de bolso? Estaríamos, diante de tão imenso contraste em área tão importante, comprometendo até mesmo a segurança nacional? E, finalmente, até quando o extrativismo nos sustentará?

Quem não mudou?



Nos idos de 2006 o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) dedicou-se a calcular o impacto da morosidade do sistema judicial na economia. Chegou a um prejuízo de cerca de US\$ 10 bilhões a cada ano - uma estimativa definida como 'conservadora' na época. De toda sorte, é muito dinheiro! E não nos esqueçamos dos custos indiretos impostos às famílias brasileiras - menor proteção social, maiores índices de criminalidade, aumento da pobreza, redução na expectativa de vida etc.

Naqueles dias o professor Luiz Flávio Gomes escreveu linhas fascinantes: “Sobre esse assunto, o CNJ realizou um estudo dos cem maiores litigantes do Brasil e chegou à conclusão que o poder público é responsável por 20% dos processos existentes no país. O campeão é o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com 22,3% das ações dos cem maiores litigantes nacionais. A Caixa Econômica Federal ficou em segundo lugar, com 8,5% e a Fazenda Nacional ocupou a terceira posição, com 7,7% das demandas. Na sequência está o Banco do Brasil e o Banco Bradesco”.

E: “No tocante aos Tribunais Superiores, o setor público é responsável por 90% dos processos em tramitação. O primeiro colocado é o Poder Executivo Federal, que representa 67% das ações,

e dentre os doze maiores litigantes, dez são estatais”.

Segue sua conclusão: “Diante do cruzamento desses dados, infere-se que: (a) um dos maiores responsáveis pelo número exorbitante de processos em trâmite no Poder Judiciário é o poder público; (b) o setor público fomenta assombrosamente a morosidade da Justiça brasileira, bem como (c) dificulta o crescimento econômico do país (gerando insegurança jurídica)”.

A propósito, segundo calculou o IDESP, se a eficiência do sistema jurídico brasileiro fosse elevada aos padrões dos países mais desenvolvidos o volume de investimentos aumentaria 10,4%, a produção seria elevada em 13,7% e a oferta de empregos seria 9,4% maior que a atual.

De toda sorte, esta era a realidade de 2006. De lá para cá promoveu-se uma verdadeira revolução no Poder Judiciário. Praticamente eliminou-se o papel, substituindo-o por modernos sistemas eletrônicos. Aliás, as facilidades oferecidas pela tecnologia tem sido utilizadas intensa e extensamente.

Persiste agudo, porém, o problema da morosidade. Pois é. Quem será que não mudou?

O lixão



Não faz muito tempo li uma muito séria reportagem da BBC sobre o uso da América Latina - Brasil incluído - como um reles “lixão”. Seguem alguns trechos.

“Segundo dados da Last Beach Cleanup, organização ambientalista sediada na Califórnia, até outubro [de 2021] os EUA haviam enviado mais de 89.824.167 kg de resíduos plásticos para os países da região”.

“O principal destino das exportações de resíduos plásticos é o México, que de janeiro a outubro de 2021 recebeu cerca de 60.503.460 kg, o que equivale a cerca de 57 contêineres por dia. No entanto, toneladas de lixo também foram enviadas para Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Honduras, Guatemala, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e até Venezuela”.

“No Brasil houve uma queda na quantidade de lixo enviada dos EUA, segundo o relatório da Last Beach Cleanup foram 481 toneladas nos primeiros dez meses de 2021 contra 1,7 mil toneladas em todo o ano de 2000”.

“A principal razão das exportações”, segundo Jan Dell, engenheira ambiental, “é porque é mais fácil (e mais barato) para as empresas americanas enviar o lixo para outros países do que processá-lo e ter que lidar com as regulamentações ambientais americanas”.

Disse, ainda: “O que os estudos mostram é que, na realidade, mais de 50% do lixo plástico que chegam não pode ser processado, porque está contaminado. Então, acaba sendo enterrado, abandonado em córregos, rios ou aterros”.

"De acordo com María Fernanda Solís, especialista em questões ambientais da Universidade Andina Simón Bolívar, no Equador, existem mecanismos, brechas e buracos negros legais para permitir que esses resíduos continuem entrando, apesar de esses países serem signatários de acordos internacionais e, portanto, a entrada desses resíduos constituir uma violação” a estes.

"Segundo a acadêmica a pesquisa realizada mostra que uma das formas como isso ocorre é que, geralmente, quando esse resíduo é importado, é feito com o rótulo "matéria-prima", o que, segundo ela, é uma forma para "disfarçar" o conteúdo”.

Pois é. Quando criança me ensinaram que o rico Brasil é o “florão da América”. Estaria virando, agora, o “lixão” da América? Será este o legado de nossa geração? O país que entregaremos aos nossos jovens? Que a História nos seja misericordiosa!

A criminalidade



Há algum tempo ouvi de um amigo amargas queixas sobre a violência que macula nosso país. Concordei com ele. Realmente é vergonhoso o quadro. Eis que, no meio da conversa, ele citou como modelo um dado país europeu no qual 'o povo é mais civilizado e os índices de criminalidade são baixos'. Fiquei a meditar sobre esta afirmação.

Poucos dias depois li, em um jornal europeu, séria reportagem sobre um banco precisamente daquele país 'cujo povo é mais civilizado'. Denunciou-se a ocultação e mesmo a lavagem de fortunas imensas pertencentes a corruptos, traficantes de drogas ilícitas e até de seres humanos etc.. Juntos, segundo apurado, depositaram naquela instituição, longe dos olhos das autoridades, uns bons US\$ 86 bilhões. É muito dinheiro.

Chamou-me a atenção, em especial, que pessoas apontadas como responsáveis por guerras e massacres lá encontraram refúgio para as fortunas que amealharam - construídas todas sobre os corpos sem vida de tantos semelhantes nossos.

Não nos esqueçamos, claro, dos corruptos. A relação abrange poderosos mandatários de praticamente todos os continentes. Inclui alguns de países miseráveis, cujo povo padece sob os olhos de todo o planeta. Todos eles conseguiram, para a riqueza que amealharam, um porto seguro.

Fiquei a meditar sobre um ditado alemão segundo o qual “quem segura a escada é mau como o ladrão”. Pois é. Mas até onde li sequer um dos cúmplices de tanta gente ruim cumpriu um dia de prisão que seja - todos livres na alegre gastança da riqueza.

Veja que falamos de um único banco e de um quadro quase que histórico. Foi quando ocorreu-me que aqueles poucos executivos de um único poderoso banco causaram mais danos à humanidade que toda - sim, toda - a população carcerária brasileira. Seja sob o aspecto humano ou financeiro, cometeram crimes pavorosos - o pior, no mais das vezes sob o olhar indiferente da maioria da população.

Veio-me à mente, então, sábia afirmação do criminalista Alfredo Nicéforo: “O mal e a dor não se volatilizam sob a chama abrasadora do progresso humano. Transformam-se. E o crime, filho primogênito do mal, obedece a esta regra”.

Sim, humilha-nos a violência cotidiana. Mas, pensando bem, não falemos em ‘índices de criminalidade’ ou ‘povos mais civilizados’ - ao fim do cabo vivemos todos uma mesma vergonha.

A nossa guerra



Os senhores da guerra estão excitados. De qual conflito estão a tratar? Não importa - afinal, são tantos! Ao fim do cabo temos, pelo planeta afora, apenas três tipos de povo: os que já estiveram guerreando, os que estão e os que estarão.

Sucedem-se as bravatas, ameaças e declarações bombásticas em um ritmo alucinante, a trivializar um tema merecedor da maior circunspeção e moderação. Na essência, não apresentam que um comportamento infantil. Pedindo emprestado o título de uma comédia, são apenas “boys with toys” - meninos com brinquedos. Atores deploráveis de uma ópera bufa - que acabam transformando em tragédia.

Eles assim não agiriam sem a cobertura de estruturas tão sinistras quanto invisíveis. Refiro-me ao denominado “Deep State” - o Estado Profundo, nome dado às quadrilhas formadas em torno de interesses comerciais e financeiros inconfessáveis. Dizem alguns que elas comandam o mundo. Vou à janela, contemplo a humanidade e percebo que deve ser verdade.

Uma das primeiras vítimas desses bandos é a imprensa livre. Seja por meios sutis ou brutais sonegam à opinião pública o direito simples e fundamental de serenamente ouvir os dois lados. Transformam o dever de informar na sanha de formar.

Sucedem-se livros, músicas, filmes, peças de teatro e o que mais a imaginação conseguir engendrar no intuito de semear a cizânia e o ódio. De criar preconceitos. De disseminar a cultura da violência. De legitimá-la.

Alienados, os povos liberam instintos os mais primitivos. Crianças são chacinadas por serem negras. Ou brancas. Ou amarelas. Ou seja lá o que for. Mulheres por terem nascido. Idosos porque rezam - e também porque não rezam. Não há limites para a crueldade. Afinal, tudo é permitido a quem faz o mal em nome do bem.

Sob a luz do dia milhões gritam - alguns de dor, outros de júbilo. Sofrem e fazem sofrer. Matam e morrem. Contemplando tão triste cenário, mas sempre ocultos nas sombras, gargalham os arquitetos de toda essa desgraça, na ilusão de ser possível gastar racionalmente o ouro que graças a ela amealharam. De comprar a felicidade.

Eis que chega o entardecer. Põe-se o sol. E o vento da noite, em um sussurro gelado, lembra aos homens - porém tarde demais - a séria advertência de Thomas Jefferson: "Eu temo pela minha espécie quando penso que Deus é justo".

É difícil mudar



Dia desses, visitando um dileto amigo e colega, dele ouvi uma deliciosa narrativa sobre canetas e resistência ao novo. Tudo começou em um pequeno cartório, palco do início de sua vida profissional, no qual tinha como ofício transcrever em livros atos judiciais - a bico de pena! Sim, era obrigatório o uso de canetas-tinteiro.

Eis que chegou a “revolução”, digamos assim, das canetas esferográficas - infinitamente mais práticas. Encontraram elas, porém, pela voz solene das autoridades constituídas, séria barreira. Não teriam, enfim, a mesma confiabilidade das canetas “tradicionais”.

Os doutos de então ensinavam que a tinta das canetas-tinteiro ostentava a expressão “indelével”, em contraste com as canetas esferográficas. Assim, o que havia sido escrito com estas o tempo apagaria - algo inadmissível em se tratando do registro de atos judiciais.

Reservou-se, desta forma, o uso das canetas esferográficas apenas para aquelas anotações sem valor. Para os rascunhos, em uma expressão.

Foi assim que, ao longo de alguns anos, meu dileto amigo penosamente escreveu milhares de páginas com uma caneta-tinteiro à mão. Era o jeito. Havia que se ganhar a vida, afinal.

Passou-se o tempo - e com ele veio uma enchente de proporções

bíblicas. O prédio que abrigava o cartório ficou praticamente submerso. O prédio e os livros de registro, claro.

Findo o dilúvio, as águas baixaram. Chegou o momento de reparar-se o estrago e retomar-se a vida. Foi quando descobriu-se que todos aqueles registros feitos com a indelével tinta das canetas-tinteiro simplesmente haviam desaparecido. Idos com a enchente. Ficou apenas o papel manchado, testemunha do atraso de uma instituição.

Enquanto isso os rascunhos e anotações de menor importância, grafados com canetas esferográficas, surgiram garbosos dos cantos mais humildes da burocracia. Desmentiram, com a veemência do exemplo, a sapiência dos doutos.

Décadas se passaram. Chegamos ao Século XXI. Já nos preparamos para ir a Marte. E ainda lidamos com atestados de residência, comparecimento presencial para prova de vida, carimbos etc.

Pois é. A caneta-tinteiro não morreu, eis a verdade. Apenas mudou de nome e endereço. Continua viva. Dela não abrimos mão. Afinal, como exclamou Émile de Girardin, “todos falam de progresso, mas ninguém sai da rotina”.

Cultura do que?



Um dos mais sérios problemas enfrentados pela humanidade é aquele, já histórico, das chacinas que periodicamente ocorrem em escolas. Trata-se de uma questão particularmente aguda nos EUA - porém, superior às fronteiras nacionais. Enfrentar este desafio é dever da civilização.

Não faz muito tempo fiquei a meditar sobre um dos caminhos adotados, qual aquele da formação de uma “cultura de segurança”. Em diversas escolas dos EUA, por exemplo, incorporaram à rotina das crianças as revistas manuais e os detetores de metal. Assim, passaram a ser normais longas filas na entrada das escolas.

O passo seguinte foi adotar como rotina a realização de treinamentos especiais por parte das crianças que nelas estudam. Elas aprendem a reagir corretamente diante de cada cenário provável.

Entraram em cena, então, dentro desta cultura, mochilas e roupas à prova de bala. A criança aprende a ir para a escola como se lá a aguardasse um campo de batalha, eis a verdade.

Por falar em guerra não nos esqueçamos dos professores. Por este mundo afora já começam a receber treinamento sobre o uso de armas - e muitos já podem portá-las ostensivamente em plena sala de aula.

O que, ao fim do cabo, estamos ensinando às crianças? Será esta a solução do problema?

Há coisa de uns três anos, aproveitando uma viagem de férias, fui assistir a um musical. Uma peça infantil. Seu título: João e Maria. Na plateia, quase que exclusivamente pimpolhos.

A estória era conhecida, qual a do rapto de duas crianças por uma bruxa (no caso escolheu-se um bruxo). O final chocou-me: os dois infantes reagiram e mataram - sim, mataram - a facadas o bruxo. Foi este, ao som de fanfarra, o final apoteótico da peça - aplaudido vivamente pela plateia mirim. O que estamos a ensinar para a geração seguinte?

Lanço agora um olhar aos videogames vendidos em qualquer esquina. Premiam quem matar mais, roubar mais, destruir mais e até estuprar mais. Estimulam do suicídio ao tráfico de drogas. O que estão a ensinar?

Enquanto isso segue firme a tal da “cultura de segurança”. De qual delas estaria a tratar? Daquela que busca identificar as causas de um problema e agir preventivamente? Ou da que, fruto da omissão mais vil, apenas oprime as pessoas sob o pretexto cínico de proporcionar uma ilusão denominada “sensação de segurança”?

O álibi do mal



Dia desses li uma inacreditável matéria no respeitado jornal britânico "The Guardian". Uma daquelas reportagens que nos põem a meditar sobre a humanidade e seus limites. Transcrevo a seguir alguns trechos, em tradução livre.

Assim começa o texto: “Uma pessoa presa em uma prisão secreta da CIA no Afeganistão foi utilizada como objeto vivo para o treinamento de interrogadores, que ficavam em fila para arremessar sua cabeça contra uma parede de madeira, deixando-a com danos cerebrais, conforme um relatório do governo dos EUA”.

Um ex-aluno, mencionado neste relatório, confirmou que “todos os estudantes ficavam em fila” para o arremesso, “a fim de que o instrutor tivesse certeza de que eles haviam dominado a técnica”, segundo consta com vistas a uma “certificação”.

Esclareceu-se que “não havia limite de tempo para estas aulas, porém tipicamente nenhuma durava mais de duas horas”. Um derradeiro detalhe: durante elas o torturado permanecia nu.

Aos resultados: “uma neuropsicóloga realizou um exame na cabeça” deste infeliz torturado “e constatou anormalidades indicando danos

moderados a severos em diversas partes do seu cérebro, afetando da formação e recuperação de memórias até aspectos de comportamento”. Esta médica registrou, ao final do seu laudo, que tais lesões eram “compatíveis com traumas físicos cerebrais”.

Segundo consta do relatório nenhuma informação útil foi extraída deste torturado ao longo de quase duas décadas de encarceramento - foi preso nos idos de 2003 e em 2022 ainda aguardava julgamento.

Sou juiz criminal há mais de três décadas. Acostumado a encontrar o horror em processos mil, ainda assim confesso-me chocado - pela forma vil, pelo perfil dos autores e por sua origem. E pela baixa repercussão de uma denúncia tão grave.

Fiquei a pensar na doída acusação de Eugène Ionesco: "Em nome da religião constroem-se piras. Em nome das ideologias pessoas são torturadas e mortas. Em nome da justiça são injustiçadas. Em nome do amor a um país ou a uma raça outros países e raças são desprezados, discriminados ou massacrados. Em nome da igualdade e da fraternidade praticam-se a perseguição e o ódio. Não há nada em comum entre os meios e os fins. Os meios vão muito mais longe que os fins. Na verdade, religião e ideologia são apenas álibis para esses meios”.

Água e sede



Você sabia que, de acordo com a Organização das Nações Unidas, as mulheres africanas que residem no interior andam seis quilômetros por dia apenas para apanhar água? Em média carregam 40 litros ao longo desta inacreditável jornada que ainda enfrentam em pleno século XXI. Ao final de um ano terão sido 40 bilhões de horas neste ir e vir.

Mas veja bem: ao fim do cabo elas tem sorte - ainda conseguem encontrar água, afinal. No Quênia, por exemplo, 56% da população não desfrutam deste privilégio. Pelo continente afora, uma a cada três pessoas.

Eis aí um quadro que compromete o próprio futuro da região. Nos idos de 2021 o UNICEF revelou que “nove em cada dez crianças do norte da África vivem em áreas sob severa ou muito severa escassez de água, com sérias consequências para sua saúde, nutrição, desenvolvimento mental e vida futura”.

De acordo com o World Resources Institute (WRI) este problema tem solução. Um investimento anual da ordem de US\$ 35 bilhões seria suficiente para proporcionar água tratada, saneamento e condições adequadas de higiene para toda a população da África subsaariana.

Uma observação: utilizei acima o termo “investimento” por conta de uma advertência da Organização Mundial de Saúde no sentido de que a

cada dólar investido em saneamento corresponde um retorno econômico situado entre US\$ 3 e US\$ 34, dependendo do país.

Medite sobre a gravidade deste quadro e as sérias consequências que a demora em enfrentá-lo acarretam.

Foquemos agora no Brasil: quase 35 milhões de brasileiros não tem acesso a água tratada e 47% da população não tem acesso a uma rede de esgoto (dados referentes a 2018). Para completar perdemos uns 40% da água potável pelas redes de distribuição.

Esta é uma realidade histórica - e que nos cobre de vergonha. No distante ano de 1896 causou escândalo internacional o caso do cruzador Lombardia, da Marinha da Itália. Mal o navio de guerra aportou no Rio de Janeiro um surto de febre amarela abateu-se sobre a tripulação. Apenas 100 dentre 340 marinheiros sobreviveram a uma cidade sem saneamento. Até o comandante morreu.

Nos idos de 2020 encontrou-se, enfim, a solução para este doloroso quadro: uma lei segundo a qual, até 2033, 99% dos brasileiros deverão ter acesso a água potável e 90% ao tratamento e à coleta de esgoto. Simples assim.

O patrão do mal



Há algum tempo tive a grata oportunidade de assistir ao documentário “O patrão do mal”, uma obra tão extensa quanto profunda abordando a dura luta do povo colombiano contra os narcotraficantes ao longo de toda a década de 1980.

Chamou-me a atenção uma afirmação destacada no início de cada um dos 74 capítulos de cerca de 50 minutos: quem não conhece sua história está condenado a repeti-la. Segue, então, a detalhada descrição de tempos dolorosos.

Incomodou o mal um Ministro da Justiça? Que seja assassinado moralmente por calúnias torpes e em seguida fisicamente a tiros. Reagiram ao crime juízes e policiais? Que tenham o mesmo destino. Assim como jornalistas que ousaram expor à luz do dia realidade tão sinistra. Ou políticos que corajosamente disseram “não”.

Ao longo do caminho foi sendo sepultada com esses mártires robusta multidão de inocentes. Crianças, mulheres grávidas, idosos e tantos outros cujo único pecado foi ter estado no local errado na hora errada - cinicamente rotuladas de prosaico “dano colateral” pelos envolvidos.

Alguém poderia dizer ter sido tudo culpa de um grupelho de bandidos. Nada mais falso. Os culpados maiores estavam espalhados pelas instituições. Na mediocridade e mesmo na cumplicidade de não

poucos habitantes do mundo político. Na covardia de vastos setores da imprensa que apenas reagiram tarde demais. Na corrupção vil dos infiltrados pela polícia afora. Na omissão triste de diversos segmentos do mundo das leis, a criarem para criminosos bárbaros direitos acintosos, alimentando com belíssimos papeluchos uma impunidade pavorosa.

Sim, os culpados maiores não eram toscos bandidos. Era uma gente refinada, educada e detentora de instrumentos poderosos. Membros distintos da sociedade. No mais das vezes gente de bem, porém não do bem. Gente honesta, mas que de enfrentar desonestos não quer saber.

Contemple nosso planeta. Ora é o crime organizado, ora a corrupção, ora a opressão, ora conflitos que somente a ganância corporativa explica, semeando mortes e desgraças mil - sempre sob o ensurdecido silêncio da maioria discreta das pessoas de bem e das autoridades constituídas.

A esta maioria dediquemos a advertência de Dante Alighieri: os lugares mais quentes do inferno são destinados aos que, em tempos de graves crises, se mantêm neutros.

Loucos normais



Existem pelo menos duas bombas atômicas perdidas no mundo. Mais de 100 crianças acusadas de feitiçaria foram lançadas aos rios para serem comidas por jacarés. Seres humanos foram utilizados em testes de emissões de carros. Um idoso de 85 anos de idade foi multado por descansar em um ponto de ônibus.

Um posto de gasolina já sofreu mais de 100 assaltos. Um idoso de 74 anos foi condenado a 350 chicotadas por ter em casa uma garrafa de vinho. Máscaras contra o coronavírus chegam aos 1.000 Euros. Neste país mulheres não podem dizer seus nomes e são enterradas como anônimas. Homem negro passa seis dias preso após polícia confundir-lo com suspeito branco. Uma família foi condenada a 29.000 anos de prisão por conta de 395.000 crimes.

Uma mulher de 30 anos foi decapitada pelo ato infiel de ir às compras sem o marido a acompanhá-la. 529 pessoas foram condenadas à morte pelo assassinato de um policial. Pauladas, reguadas, socos, amarrações, exercícios exaustivos e até humilhações como lamber fezes são castigos escolares.

Foi aprovada uma lei que permite aos maridos matarem suas mulheres de fome no caso destas se recusarem a ter relações sexuais

com eles. Milhares de defuntos poderão ser despejados de suas tumbas caso seus parentes não ponham em dia as prestações dos funerais. Cerca de 80 pessoas foram vacinadas com a mesma seringa.

Uma mulher foi multada em 800 Euros por divulgar a fotografia de uma viatura policial estacionada em lugar proibido. Policial joga garoto de trem em movimento por não ter R\$ 0,40 para pagar a passagem. Policiais queimam viva mulher por não pagar suborno.

Criança morre após a guarda-costeira abrir fogo contra um bote cheio de imigrantes. Milhares de presos estão cumprindo penas indefinidas. Videntes que errarem em suas previsões serão presas ou multadas. Autoridades decidiram banir a flatulência das ruas.

Sete aviões pousam enquanto o controlador de voo dormia. Marido penhora esposa para garantir dívida. Uma criança de cinco anos foi processada por “perturbar a paz”. Cabra é presa por não usar máscara contra COVID. Fica proibido deduzir o pagamento de propinas no Imposto de Renda.

Os episódios acima foram retirados de jornais que li ao longo dos anos. Remetem, cada um deles, a Akira Kurosawa: “em um mundo louco apenas os loucos são sãos”.

Pobres mulheres



Dia desses li que lá no distante Egito o Deputado Elhamy Agina sugeriu que a virgindade das mulheres deveria ser pré-requisito em universidades. Textualmente, disse Sua Excelência que "qualquer rapariga que entre na universidade deveria ser examinada para provar que é donzela".

A propósito, apesar de não existir nenhum embasamento médico ou científico de que sejam efetivos, os chamados testes de virgindade ainda são feitos em mais de 20 países, segundo a ONU.

E que dizer dos estupros? Em Portugal, durante uma dada manifestação, um motorista profissional declarou a jornalistas que "as leis são como as meninas virgens, existem para serem violadas".

Enquanto isso, no Canadá, um policial afirmou que "as mulheres deveriam deixar de vestir-se como prostitutas a fim de evitar estupros". No Paquistão foi o próprio mandatário a sustentar que "se uma mulher veste poucas roupas isso terá um impacto nos homens, a menos que sejam robôs. É bom senso".

Não divergiu um advogado egípcio ao longo de séria entrevista: "Proteger valores morais é mais importante do que proteger fronteiras. Mulheres que usam jeans rasgados procuram ser estupradas".

No Peru absolveu-se um estuprador sob o argumento de que sua vítima usava roupas íntimas de cor vermelha, o que indicaria intenção de manter relações sexuais.

Na Espanha um juiz perguntou a uma vítima de estupro se ela teria tentado fechar as pernas.

No Brasil 65,1% das 3.810 pessoas ouvidas em 212 municípios declararam que mulheres cujas roupas mostram o corpo merecem ser atacadas - “merecem ser atacadas”, realço.

Na Índia dado proeminente político declarou que “mulheres que tenham sido estupradas deveriam ser enforcadas juntamente com seus estupradores”. Naquele mesmo país um livro escolar comparou mulheres a burros, acrescentando terem estes as vantagens de serem mais fiéis, prestativos e nunca reclamarem.

Na Arábia Saudita um historiador emérito sustentou que algumas mulheres dirigem porque "não se incomodam em serem estupradas pelos acostamentos afora".

No Japão ninguém menos que o Ministro da Saúde referiu-se às mulheres como “máquinas de procriar”. Até onde soube Sua Excelência permaneceu no cargo.

Diante deste quadro, tão geral quanto rigorosamente atual, fico a recordar Diderot, segundo quem "a insensibilidade faz monstros".

Os números



Já se falou que números não mentem. Decidi, assim, recolher alguns deles para melhor compreender nossa realidade e índices econômicos.

Comecei pelo conflito entre israelenses e palestinos. Entre 1987 e 2020 ceifou 14.000 vidas - algo em torno de 425 mortes por ano. Enquanto isso, apenas no ano de 2005, nosso pacífico país perdeu 47.578 filhos assassinados. Realizamos em apenas um ano mais de três vezes o que um encarniçado conflito levou 33 anos para produzir.

É possível analisar-se o caso a partir de um outro ponto de vista. Vamos lá: segundo a Organização Mundial da Saúde 15.000 pessoas morrem no Brasil a cada ano devido a doenças causadas pela falta de saneamento básico. Ou seja: em um único ano matamos por falta de água e esgoto o que uma guerra demorou mais de 33 anos para conseguir.

Nos EUA, de acordo com o Tuskegee Institute, 4.743 pessoas foram linchadas entre 1882 e 1968 - ao longo de 86 anos, pois. Li que no Brasil, ao longo de 50 anos, foram mais de 20.000. Segundo apurou o sociólogo José de Souza Martins, da Universidade de São Paulo, em apenas um caso alguém chegou a ser punido.

Dado estudo do Banco Mundial calculou, em 2011, que a África - sim, todo um imenso continente - perdia entre US\$ 20 e US\$ 40 bilhões a

cada ano por conta da corrupção. Naquele mesmo ano a FIESP divulgou um estudo segundo o qual o Brasil, sozinho, amargava perdas de R\$ 82 bilhões a cada ano - ou US\$ 45 bilhões, considerado o câmbio médio daquele ano. Li por aí que lá e cá a situação piorou bastante nos últimos anos. Fico a imaginar como está.

Sigamos em frente: 52,2% das empresas instaladas no Brasil declaram ser a criminalidade um entrave aos investimentos (dados do Banco Mundial). Deve ser verdade: segundo pesquisa publicada pelo jornal "O Globo" crimes e gastos com segurança consomem delas - e apenas delas - nada menos que R\$ 130 bilhões a cada ano (dados de 2016).

Sigamos, agora, rumo ao balanço final: o Banco Interamericano de Desenvolvimento concluiu que o crime "rouba" nada menos que 10% do nosso PIB. Somente para fins de comparação, os EUA perdem cerca de 4%.

Diante de todos estes números chego a uma conclusão: um dos maiores problemas nacionais é não fazer contas. Simples assim. Afinal, como ensinava Pitágoras há milhares de anos, "os números governam o mundo".

Formal e real



Aconteceu lá no distante Butão: determinou-se que os estabelecimentos comerciais disponibilizassem pias para que as pessoas pudessem lavar as mãos com água e sabão, prevenindo doenças. Eis aí uma norma boa - que foi obedecida e que teria sido infinitamente efetiva não fosse por um detalhe: faltou a água! Li em um jornal de lá que em 50% dos casos simplesmente não havia acesso à rede de distribuição.

Em São Francisco, nos EUA, decretou-se ser proibido fumar dentro de casa - ficou em aberto a questão da fiscalização. Na China diversos juizados estão indeferindo pedidos de divórcio sob o fundamento de busca da “harmonia social”.

Na cidade de Lanjaron, no sul da Espanha, quem acabou indeferida foi a morte: às voltas com a falta de vagas no cemitério municipal o alcaide José Rubio baixou um decreto proibindo qualquer cidadão de morrer até que concluídas as obras de ampliação.

Em Warrington, Inglaterra, são proibidos beijos de despedida nas estações de trem. Em Guanajuato, no México, é diferente: apenas “beijos apaixonados” estão banidos. Já em Icononzo, na Colômbia, o que dá cadeia é fuxicar.

Mas cheguemos ao Brasil: nos idos de 2007 apurou-se que, 19 anos após a entrada em vigor da Constituição, este país ganhou 3,6 milhões de normas editadas (766 normas por dia útil), 253.900 normas tributárias (duas normas tributárias por hora), 55 emendas constitucionais e seis emendas constitucionais de revisão. E ainda: duas leis delegadas, 69 leis complementares, 1.012 medidas provisórias, 5.491 reedições de medidas provisórias e 9.240 decretos federais. Considere ser universal o entendimento de que a ninguém é dado desconhecer as leis!

Estes episódios, gravitando entre o pitoresco e o dramático, induzem - ou deveriam induzir - uma profunda reflexão sobre a miopia do mundo das leis, regulamentos, disposições, decretos etc. Sobre o quão afastada da realidade está a mente da tecnocracia.

Criamos, e eis aí o pior deste quadro, um insólito planeta no qual “algumas leis pegam e outras não”. Afinal, costuma acontecer de o mundo real ignorar o legal quando este não lhe presta o devido respeito.

Seja símbolo deste estado de coisas significativo título de matéria publicada no jornal “O Globo” do dia 18 de junho de 2011: “Brasil faz 18 leis por dia, e a maioria vai para o lixo”.

O marasmo



Há muitos anos, escrevendo sobre a ineficiência da administração pública brasileira, assim registrei: "Em 2007 o Tribunal de Contas da União identificou 400 obras paralisadas no país após terem consumido R\$ 2 bilhões – e este foi um avanço: em 1995 eram 2.214 obras inacabadas que já tinham custado R\$ 15 bilhões de verbas públicas”.

Avançamos no tempo. Chegamos a 2021. E eis o quadro atual, pela palavra do “Sputnik Brasil”: "Em relatório de junho de 2021, o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou 7.862 contratos de obras paralisadas após a análise de 27.126 contratos encontrados nos bancos de dados do país. Segundo o tribunal, essas obras totalizam o valor de R\$ 15,78 bilhões”.

Absolutamente pasmo, decidi esquadrihar este relatório. Deparei-me com dados inacreditáveis. Confira-se: "No diagnóstico realizado em abril de 2018, o percentual de obras paralisadas em relação às em execução era de 37,50%. No presente diagnóstico esse valor é de 29%. Assim, em relação ao primeiro diagnóstico, data-base 2018, o atual cenário apresenta menos obras paralisadas no que tange à quantidade de obras e ao percentual de obras paralisadas”.

Não fique alegre achando que o quadro está “menos pior”. Pode ser que não esteja: "essa redução da quantidade de contratos paralisados pode ter sido impactada pela forma que os bancos de dados passaram a ser gerenciados. Essa situação é perceptível pela diferença do total de contratos analisados nos dois diagnósticos. No primeiro diagnóstico

foram analisados 38 mil contratos existentes à época, enquanto no atual diagnóstico foram verificados em torno de 27 mil contratos”.

Como prevenir-se tamanho descalabro? Com a palavra o próprio Tribunal de Contas da União: "A utilização de banco de dados pulverizados na administração pública, da forma como é feita ainda hoje, tem se mostrado ineficiente para a gestão dos recursos públicos. Isto porque a ausência de um Cadastro Geral de Obras Públicas prejudica a visão global da carteira de projetos do governo federal e dificulta a priorização de investimentos”.

Sim, este cenário - absolutamente histórico, como vimos - é o da União. Fico a pensar no dos Estados e Municípios. E em uma frase do genial administrador Peter Drucker: "Não existem países subdesenvolvidos. Existem países sub-governados”.

Eles disseram



Há uns 2.500 anos Confúcio assim aconselhava os governantes: "Apenas deseje o bem e o povo será bom. Governe-o com dignidade e o povo será reverente; trate-o com bondade e o povo dará o melhor de si; promova os homens bons e eduque os mais atrasados, e o povo ficará tomado de entusiasmo".

Referindo-se à força do exemplo de um governante, assim pregou: "Se um homem é correto, então haverá obediência sem que ordens sejam dadas; mas se ele não é correto não haverá obediências, mesmo que ordens sejam dadas". Advertiu, então, que "O povo fica desonesto e manhoso se é governado por artimanhas e castigos".

Sobre as denominadas "equipes de governo", ensinou: "Conheça os homens. Promova os justos e coloque-os acima dos corrompidos". E advertiu: "Mas, se promover os errados e afastar os corretos, você perderá o coração do povo".

Acerca da importância do sentimento de grandeza, eis sua fala: "Não

deixe o ressentimento pessoal se intrometer nas coisas públicas ou nos assuntos particulares”. E: “Uma pessoa que consegue cuidar de sua vida de maneira apropriada lidará com o governo da mesma forma. Mas, se sua vida for inapropriada, seu governo também o será”.

E o mal? O crime? Eis sua palavra: “Como é verdadeiro o ditado que diz que depois que um reino foi governado durante cem anos por bons homens é possível vencer a crueldade e acabar com os homicídios”.

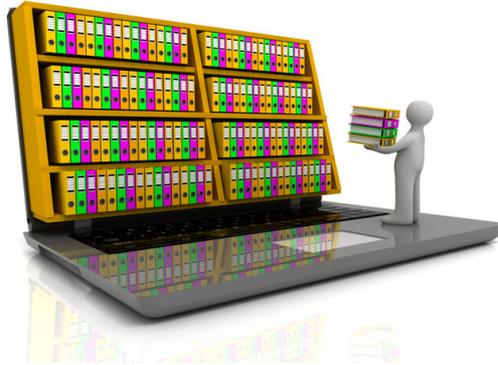
Avançamos no tempo, rumo à antigüidade clássica: "quem governa a República e protege só uma parte dos cidadãos, sem se preocupar com os outros, induz no Estado o mais maléfico dos flagelos, a desavença e a revolta” (Cícero).

Chegamos então a tempos mais, digamos, atuais - e a outros pensamentos. Começemos por Chartier, segundo quem “todos os homens são sensíveis quando espectadores e insensíveis quando participantes”. Complementa-o Santo Agostinho: “Não havendo justiça, o que são os governos senão um bando de ladrões”?

Examinando esta questão a partir de ângulo outro constatou Francis Bacon que “Nada provoca mais danos num Estado do que homens astutos querendo se passar por sábios”.

E o amanhã? Meditemos, com uma pontinha de esperança, sobre as palavras de Franklin Roosevelt: "O futuro repousa sobre os líderes políticos sábios, conscientes de que o público se interessa mais pelo governo do que pela política”.

A escravidão



Era o ano de 1888. A Princesa Isabel assinava a Lei Áurea. Naqueles dias iniciava-se em Victoria, capital da Província do Espírito-Santo, no Imperio do Brazil, um processo no qual um certo Sebastião Pinto Ribeiro acusava as pessoas de Antonio Pinto da Luz e Josefina Maria da Conceição de "não cumprirem o termo de bem-viver (obrigados a não ofender a moral alheia, abster-se de provocação e outros atos ilícitos)".

Por conta da gentileza de um amigo recebi cópia digitalizada destes autos, hoje um documento de valor histórico. E eis que, ao longo de uma deliciosa leitura, comecei a perceber que de lá para cá pouca coisa mudou no mundo dos processos!

Lá estavam os "termos", "juntadas", "certidões", "assentadas", "procurações" etc., tais como ainda utilizados neste século XXI! Poderiam ser inseridos em qualquer processo da atualidade e passariam praticamente despercebidos.

Nosso sistema legal vive a aurora dos processos virtuais. Já se transformam em reminiscência histórica as montanhas de papel que ao longo de tantos séculos ornamentaram nossos cartórios e juizados.

Fico a me perguntar, porém, sobre o quanto de burocracia inútil temos convertido em "bits". No quanto temos errado ao utilizar

maravilhosos recursos tecnológicos com uma mentalidade ainda presa ao papel.

Lanço um olhar sobre nossas audiências e sessões de julgamento. Hoje já são transmitidas pela Internet. Mas há real modernidade nisto? Até que ponto estamos lançando no espaço virtual rituais bolorentos, criados mais para satisfazer vaidades que para distribuir a verdadeira justiça?

Creio ser oportuno o registro de que não falo sem conhecimento de causa: escrevo programas de computador há mais de 44 anos e sou julgador há mais de 32 anos. Com imensa legitimidade, pois, lamento, e lá do fundo de minha alma, a virtualização do bolor.

Vivemos hoje um momento único. Uma transição fascinante. Uma página na qual deveríamos escrever reflexões as mais profundas sobre a compatibilidade de nossas leis processuais com as necessidades do momento histórico e os recursos tecnológicos que temos à disposição.

Pois é. Retorno ao distante ano de 1888. E vejo que faltou algo na Lei Áurea: libertar o mundo das leis do reacionarismo cego. Da burocracia sem sentido que, malgrado já digital, ainda nos escraviza a todos.

Luz que cega



Aqui no nosso País há, inegavelmente, uma boa quantidade de Polícias. Se não, vejamos:

Temos, antes de mais nada, os dois frondosos ramos da Polícia Civil e Polícia Militar. A primeira exerce as funções de Polícia Judiciária, enquanto a outra é o braço armado do Estado.

Mas, além disso, ainda existem: Polícia Federal, Polícia Marítima, Polícia Florestal, Polícia de Fronteiras, Polícia Tributária, Polícia Fazendária, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Rodoviária Estadual, Polícia Rodoviária Municipal, Guarda Municipal, Polícia Sanitária, Polícia do Exército, Polícia da Marinha, Polícia da Aeronáutica, Polícia Secreta, Polícia Penitenciária, Polícia de Choque, Polícia mata-mosquitos (muito atuante no interior) e, finalmente, a Polícia Ambiental.

Independentemente dessa formidável estrutura os órgãos da Administração Pública, seja Federal, Estadual, Municipal ou autárquica, exercem o Poder de Polícia e seus fiscais costumam intimidar, autuar, e mesmo prender possíveis violadores das normas e regulamentos de Saúde Pública, de construções, de poluição, de higiene, de diversões, de ruídos, de estatutos do trabalho, previdenciários etc.

Estas são Polícias brasileiras. Não se pode esquecer, entretanto, que, mediante convênio assinado com o Governo Federal, atuam aqui

dentro, também, Polícias norte-americanas: o FBI e a CIA, ambas, segundo consta, auxiliando a Polícia brasileira, especialmente no combate ao narcotráfico.

Acontece que, por incrível que pareça, apesar de toda essa gigantesca máquina policial a criminalidade no nosso País só tende a aumentar, talvez, mesmo, pelo exagerado número de Polícias, pois, como diziam os gregos antigos, o excesso das causas produz efeitos contrários: a luz, quando é pouca, clareia, quando é demasiada, cega; o pouco barulho, ouve-se, o demasiado, ensurdece.

As palavras acima não são minhas. Foram escritas pelo meu saudoso pai há 30 anos.

Decorrido um quarto de século, convidado a dar sua opinião acerca do problema da segurança pública no Brasil, o Chefe de Polícia de Nova York, William Bratton, declarou: "O Judiciário não funciona. Os policiais não trabalham em harmonia com os promotores, que não atuam em conjunto com os juízes. A Polícia Militar não trabalha em consonância com a Civil".

Eis aí um cenário digno de reflexão.

Um novo modelo



Inicia-se, em algum juizado deste país, dada audiência. Lá estão o Estado, através do Poder Judiciário e do Ministério Público, o acusado e sua defesa. Não nos esqueçamos, evidentemente, das testemunhas. Não estamos a falar de um ato de custos reduzidos. Dos servidores aos advogados, do juiz ao membro do Ministério Público, passando pelas partes e testemunhas, são pesados os custos.

Esta audiência não consumiu apenas recursos materiais e humanos. Sua preparação demandou tempo entre atos preparatórios e os inevitáveis adiamentos. Contribuiu, no mínimo, para a manutenção do impacto da morosidade sobre a economia.

Ao longo do processo o acusado se declarou culpado. Mas e daí? Afinal, dizem nossas leis processuais que devemos ouvir todas as testemunhas e colher todos os elementos de prova possíveis.

É assim que as testemunhas serão novamente ouvidas (já o foram na Polícia). Os mesmos fatos, as mesmas perguntas. Algumas, dado o passar do tempo, se confundem sobre pequenos detalhes, acabando por criar tumultos indesejáveis. Nesta audiência, como antes, o acusado reafirma sua culpa.

Após cumpridas todas as formalidades exigidas o juiz finalmente profere sua sentença, na qual aborda inclusive a culpa de alguém que já se declarou culpado.

Não raramente o roteiro acima descrito se desenrola por anos a fio - com imensos prejuízos para o Brasil. Testemunhas perdem dias de trabalho e partes ficam com suas vidas afetadas pela incerteza. Para completar o Estado arca com brutal desperdício de recursos materiais e humanos e ainda perde por conta dos efeitos sociais e econômicos que a insegurança jurídica embutida na morosidade gera.

Contemplo uma sessão de julgamento do órgão que integro. Há alguns dias observei que precisos 94% do tempo destinado à leitura dos votos foram referentes a textos que já haviam sido distribuídos anteriormente entre o colegiado. Isso reduz índices de produtividade. Induz morosidade.

Vivemos hoje um tempo fascinante, qual aquele pós-pandemia. As pessoas perceberam a necessidade de novos modelos e práticas. Passaram a resistir menos à modernidade. Fico a pensar se não seria este o momento ideal de revermos práticas e solenidades seculares que apenas fazem tornar nossas sessões e audiências incompatíveis com as necessidades do momento histórico.

A falta de algo



Desde a mais tenra infância escuto a arenga monótona de que o mais sério problema do Brasil é a “falta de dinheiro”. Esta “senhora”, sem rosto, incapaz de dar entrevistas ou prestar esclarecimentos, acabou assumindo o papel de “bode espiatório”. Peço licença, porém, para escrever algumas singelas linhas em sua defesa.

Que se vá a algum banheiro público brasileiro. Quase sempre o odor será nauseante e faltarão insumos os mais básicos. Pois é. Será que o Brasil não tem dinheiro nem para limpar banheiros?

Por falar em banheiros, procure-os pelas ruas. Praticamente não existem, para angústia de milhões de seres humanos - principalmente aqueles que trabalham de forma externa. A solução tem sido, não raramente, imitar os canídeos e urinar pelos muros, árvores, postes etc. - um quadro degradante. Também aqui é difícil aceitar que não tenhamos condições financeiras para arcar com algo tão básico.

Experimente trafegar pelas ruas de nossas mais ricas cidades. A maior parte delas é mais adequada para cabritos, tal a quantidade de buracos que apresentam. Custa a crer que este país não tenha recursos sequer para tapar buracos em suas ruas e avenidas - já não falo nem em rodovias.

A propósito de buracos, já perdi parentes idosos por conta de quedas causadas pelo péssimo estado da maioria de nossas calçadas. Como eu, milhões de brasileiros. É crível que o orçamento público não seja suficiente nem para proporcionar ao povo um pavimento decente?

Não faz muito tempo li que quase metade da água tratada se perde pela rede de distribuição. Um desperdício tão imenso como histórico. Mas será mesmo possível que nossa Pátria não disponha de verbas sequer para consertar canos e manilhas?

Percorra nossos maiores centros urbanos e perceba o quão numerosos são os prédios públicos abandonados. Não dá para acreditar que seja por conta desta senhora, a “falta de dinheiro”. Não, não é possível que seja!

Registro que não estou a falar de coisas extraordinariamente complexas ou custosas, mas apenas do básico. Do mínimo. De algo próximo da dignidade mais essencial a ser conferida pelo Estado aos cidadãos. É assim, diante de tantos exemplos, que fico a pensar se o que mais nos flagela é realmente a “falta de dinheiro”. Ou se há algum outro personagem neste cenário a necessitar de atenção.

Os linchamentos



Imagine-se na Idade Média. Linchamentos morais são comuns. Funciona assim: do nada surge a notícia de que alguém está envolvido com algo bastante ruim. Não precisa de muita coisa. Uma informação qualquer, ainda que de procedência duvidosa, é suficiente. Divulgada freneticamente com aquele tão estranho prazer de fazer o mal em nome do bem, aderem em suas vítimas - muitas inocentes - como uma peste.

As pessoas acusadas viram, do dia para a noite, párias. São excluídas da sociedade, assim como suas famílias. Nem o cachorro da casa escapa. O simples ato de sair à rua passa a ser de natureza temerária, do qual podem resultar sérias agressões ou mesmo a morte.

Propriedades são depredadas. Meios de sustento destruídos. Não importa se conquistados com o suor da labuta - a eles aderiu a praga implacável da maledicência. É tudo fruto do pecado e ponto final.

Eis aí até onde vai o poder de um fuxico maldoso. O jeito, no mais das vezes, é fugir pela noite escura. Largar tudo para trás. Começar uma vida nova em algum outro lugar - se for possível. Se não for, em muitos casos tudo acaba na fuga tenebrosa do suicídio. Ou no isolamento que a depressão tanto corteja.

As pessoas que lincham moralmente seus semelhantes não são, absolutamente, monstros irascíveis. São gente comum, quase sempre

praticantes de alguma religião. Membros via de regra respeitáveis das comunidades que integram.

Sim, são pessoas comuns - que não assimilam, porém, uma premissa básica do ato de fazer justiça, qual a de ouvir todas as partes envolvidas antes de concluir um veredito. Assumindo um fanatismo que só o atraso explica deixam de lado a verdade simples de que quase sempre o calor da pressa é inimigo da luz.

Tempos sombrios, esses do obscurantismo. Uma era de intolerância e de crueldade. De dor e sofrimento para incontáveis semelhantes nossos. Mas o que fazer? Afinal, alguns inocentes devem sofrer para que a humanidade evolua. Eis aí um preço perfeitamente aceitável a ser pago - desde que não sejamos nós, nossos parentes ou amigos a pagá-lo.

Agora faça um exercício fascinante: substitua, no primeiro parágrafo, a expressão “Idade Média” por “Internet do Século XXI” e perceba que o texto resultante permanecerá adequado. Mudamos de milênio mas não de mentalidade. Que coisa triste, raça humana!

Ficando assim



Nosso povo, sob pesados sacrifícios, construiu aeroportos de tamanho e complexidade consideráveis - para entregá-los à administração de estrangeiros. Desconheço qual empresa brasileira está a administrar a infraestrutura aérea de outros países.

Os brasileiros, suportando brutal carga de tributos, tornaram possível a construção de imensos portos - que vão sendo, paulatinamente, entregues à exploração de estrangeiros. Não conheço o nome de sequer um grupo brasileiro que esteja explorando portos nos mais ricos países do mundo.

Nós arrancamos das entranhas do solo um dos melhores minérios de ferro do planeta - uma riqueza não-renovável. Arcamos com todos os danos ambientais e humanos desta atividade - que o digam as crianças de Vitória, expostas a um pó preto que lhes prejudica gravemente a saúde. Aí exportamos tudo a preço de banana e importamos os produtos acabados a peso de ouro.

Nosso espírito empreendedor criou empresas maravilhosas, do agronegócio à produção de veículos, da hotelaria aos transportes etc. - para em seguida, por falta de apoio, vermos a maioria delas vendida a grupos estrangeiros.

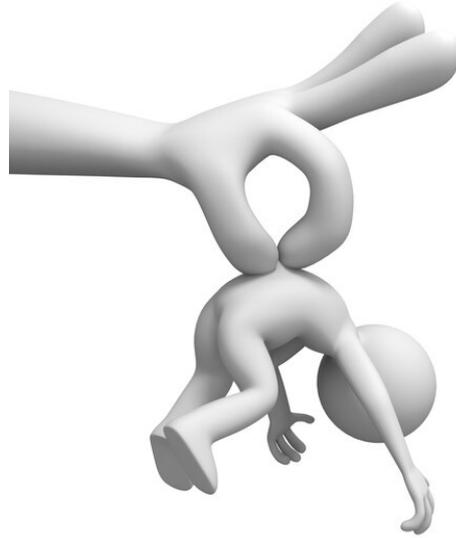
A criatividade dos brasileiros já produziu resultados únicos. Porém, por conta das dificuldades burocráticas impostas aos nossos inventores e da falta de suporte nacional, a maior parte dos nossos inventos acaba assimilada impunemente por empresas estrangeiras.

Nosso agronegócio é fabuloso - mas importamos café de países que não tem um cafezal sequer! Chocolate de quem não tem um pé de cacau que seja. Compramos de estrangeiros o leite de nossas próprias vacas. Biscoitos feitos com nosso próprio trigo. Sucos produzidos a partir de nossas frutas.

Nossa gente, afeita ao trabalho, suporta longas jornadas transportando alimentos e pessoas de um lado para o outro em nossas maiores cidades - no mais das vezes, porém, sob a administração de empresas estrangeiras condignamente remuneradas. Será que há alguma empresa nacional gerenciando atividade similar no hemisfério norte?

Fique muito claro que sou contra o isolamento e o protecionismo cego. Muito pelo contrário. Declaro-me um defensor radical da integração com outros países. Sou, inclusive, autor de livros a respeito do tema. Mas não me conformo em ver nosso povo, tão notável, ficar assim. Desse jeito. Com essa cara.

É assim mesmo?



Nós assimilamos como normais os elevados índices de violência que nos flagelam e envergonham. Passamos a culpar as vítimas, que, afinal, “deram bobeira”. Assim agimos porque “isso é assim mesmo”.

Já não nos revoltamos com a impunidade. Ela passou a nos ser apenas algo desagradável aos sentidos, mas que “é assim mesmo”.

Nos habituamos ao desprezo cotidiano enquanto consumidores. Da qualidade sofrível de alguns produtos às indenizações frequentemente ultrajantes, vamos nos resignando. Afinal, “isso é assim mesmo”.

Com frequência danificamos nossos veículos e nossa saúde por conta do péssimo estado de nossas vias e calçadas. Suportamos quase sempre em silêncio os prejuízos sofridos. Claro: “isso é assim mesmo”.

Dormimos mal - ou mesmo não dormimos - por conta da barulhada produzida a poucos metros das janelas de nossas casas. Já não reclamamos. Não adiantaria, pois “isso é assim mesmo”.

Nossa cidadania vai indo para o ralo por conta da péssima qualidade da maioria dos serviços públicos sustentados pelos impostos que pagamos. Fazer o que? Ora, “isso é assim mesmo”.

Enfrentar este quadro é preciso, antes que ele destrua nosso país. Mas como fazê-lo? Há os que, com a paciência esgotada, reagem da forma possível pelo cotidiano afora. Pouco conseguem. Acabam rotulados como “criadores de caso”. E a vida segue!

Humildemente sugiro caminho outro, qual o da máxima vigilância, pela sociedade civil organizada, sobre os agentes encarregados de defender a cidadania. Sim, os agentes - e não os órgãos aos quais pertencem. Diversamente daqueles, estes não tem rosto. Não sentem a dor da responsabilização civil e criminal. Não sejamos, pois, inimigos de órgãos ou instituições, mas dos maus profissionais que as integram - não desestimulando seus bons agentes.

Eis aí, talvez, o caminho a ser trilhado: através das organizações civis irmos além das pessoas jurídicas, buscando a responsabilização administrativa, civil e criminal das pessoas físicas que, por omissão ou covardia, impõem ao Brasil uma triste rotina.

Nosso país já dispõe de um razoável suporte institucional para tal. Apenas razoável, mas suficiente para proporcionar muita “dor de cabeça” aos agentes públicos que insistem em não compreender a grandeza de seus cargos, deles colhendo homenagens ao invés de homenageá-los.

Alguém falou



Um dia alguém falou que é chique andar por aí de paletó, não importando o fato de estarmos em um país tropical. Acrescentou-se a este ilógico vestuário um pedaço de pano em torno do pescoço, aumentando o desconforto naqueles dias de forte calor. Não, não importam o suor e o cansaço por ele provocado - o que vale é seguir os códigos de conduta e ficar elegante, seja lá o que for isso.

Valho-me deste prosaico exemplo para demonstrar que quase sempre a adoção pura e simples de modelos e conceitos válidos para países outros mostra-se inadequada para o Brasil, por não contemplar suas peculiaridades.

Eis aí algo lógico: cada povo foi forjado por eventos históricos únicos. Tem personalidade distinta. Vive sob uma realidade própria. Daí saltar aos olhos o quão pouco produtiva tende a ser a importação de “fórmulas prontas”.

É quando chego ao nosso “mundo das leis”. Muito dele - arrisco dizer que sua parte mais importante - importamos de países outros sem procedermos às devidas adaptações. Tem dado certo?

Temos um sistema processual quase que inteiramente baseado em burocracia - seja física ou digital. Faz sentido tal estado de coisas em um país tão carente de recursos? Por qual motivo prestamos tão poucas homenagens à oralidade?

Nosso Poder Judiciário funciona, na base, sob a figura de um juiz singular alocado em divisões administrativas rígidas. Há alguma inteligência nisto diante da evidente escassez de profissionais? Ou mesmo diante da infinidade de problemas que esta estrutura causa? Não seria mais ágil e barato o uso intenso e extenso de colegiados?

Nossas leis penais, fiéis às suas origens estrangeiras, pouco oferecem aos juízes no que toca ao tipo de pena a ser aplicada. Quando muito permitem alguma variação quanto à intensidade, e só. Engessam nossos julgadores, eis a verdade - e em sua esteira destroem vidas. Prejudicam o país tornando mais improvável a ressocialização. Este quadro é particularmente agudo em contraste com o estado de nossas masmorras, digo, prisões. Seria pedir demais que as penas pudessem ser de natureza minimamente compatível com a realidade?

O pior dessa situação é ela subsistir porque alguns poucos disseram que isso tem que ser assim mesmo e ponto final. Já não sabemos quem, quando e a partir de onde - mas e daí? Alguém falou, afinal.

A criança de Omelas



Dia desses tive a oportunidade de ler, da escritora norte-americana Ursula Le Guin, algumas linhas sobre “aqueles que fogem de Omelas”.

Dizem que a vida lá era um paraíso. Todos eram felizes. Havia apenas um porém - um segredo vergonhoso, materializado em uma criança mantida em um porão, na miséria, sofrendo muito.

A autora do texto não diz o que aquela criança fez para merecer tão cruel condenação - apenas realça ser o seu martírio necessário para a felicidade de Omelas. Registra que, caso a criança fosse libertada, tudo que fazia a cidade feliz desapareceria.

“Todos sabem que ela está lá, todo o povo de Omelas”, escreve. “Alguns vão lá vê-la. Outros se contentam em apenas saber que ela está lá. Todos sabem que ela tem que estar lá. Alguns entendem o motivo, outros não, mas todos compreendem que sua felicidade, a beleza de sua cidade, a suavidade de seus relacionamentos, a saúde de suas crianças, a sabedoria de seus estudantes, o engenho de seus trabalhadores e até a abundância de suas colheitas e a serenidade do céu dependem exclusivamente da abominável miséria daquela criança”.

A maioria aceitava este informal contrato social. Mas nem todos

estavam satisfeitos - e assim iam embora. “Eles deixavam Ormelas, seguindo rumo ao desconhecido, e não voltavam mais. O lugar para o qual se dirigiam é ainda mais inimaginável para a maioria de nós que a cidade da felicidade”.

Não há necessidade alguma de um mergulho na imaginação para visitarmos o porão no qual aprisionada aquela pobre criança, vítima de um absurdo contrato social - basta irmos às periferias de nossas maiores cidades e lá estará ela denunciando, com seus gemidos, nossa omissão.

São bolsões de pobreza nos quais a ausência do Estado é quase total - as autoridades lá não entram, dado estar o território entregue a marginais. Daí decorre a falta quase que total de saúde, saneamento, educação e, principalmente, de esperança, este tão necessário combustível de nossas almas.

Quando as crianças do porão se atrevem a alguma escapadela invariavelmente encontram a brutalidade das barreiras que lhes são impostas pela majestade das leis que, na fina ironia de Anatole France, proíbem tanto os ricos como os pobres de dormir debaixo da ponte. Que retornem, pois, ao porão de onde saíram!

Saúde e pobreza



De acordo com diversos estudos da ONU o solo das regiões equatoriais é pobre - uma deficiência que influencia toda a cadeia alimentar. Assim, nossos alimentos têm menos nutrientes do que deveriam.

Por causa disso, segundo a OMS, um brasileiro médio não supre sequer um terço das necessidades mínimas recomendadas de vitaminas e sais minerais.

Consumimos, diariamente, 0,83 mg de ferro (o mínimo recomendado é 10 mg), 45 mg de magnésio (o mínimo recomendado é 270 mg), 8,01 mg de zinco (o mínimo recomendado é 15 mg) e 75 mg de cálcio (o mínimo recomendado é 800 mg).

E quanto às vitaminas? Encontrou-se uma deficiência de 78,59% de vitamina A, 22,24% de vitamina B1, 67,82% de vitamina B2, 65,86% de vitamina B6, 27,26% de vitamina B12 e 52,13% de niacina.

Este quadro dramático explica a grande incidência de algumas doenças que nos afligem. Não por acaso, 48% dos pacientes internados nos nossos hospitais são desnutridos.

Além de doenças há comprovada redução da expectativa de vida e dos anos produtivos, e queda de freqüência e aproveitamento no trabalho e na escola. Por exemplo: pesquisadores norte-americanos constataram que crianças com carência de ferro aprendem apenas 50% do que lhes é ensinado.

Assim, não é coincidência que a Região Sul, cujo solo é mais mineralizado, tenha os maiores índices de produtividade. E que na Região Nordeste a estatura dos homens seja 5 centímetros menor e a das mulheres 6 centímetros menor, quando comparadas com a Região Sudeste.

Um aviso: a boa apresentação do alimento nada tem a ver com sua pobre qualidade em nutrientes - ele pode até ser bonito à mesa, mas é fraco em sua essência. Isto significa que, dadas as características do solo brasileiro, teríamos que comer, todos os dias, 1 quilo de pão, 800 gramas de macarrão, 500 gramas de mandioca, 150 gramas de feijão e 200 gramas de arroz.

Este problema tem solução? Sim: um programa de mineralização do solo aliado ao controle científico dos alimentos. Um detalhe: em doenças, cada Real gasto na prevenção economiza cinco outros em tratamentos. Pois bem, em nutrição cada Real gasto economizaria 86 outros consumidos em perda de produtividade, doenças, repetências escolares, aposentadorias precoces etc.

Eis aí, sem dúvida, um dos maiores problemas brasileiros - talvez o maior deles!

O livre-comércio



O livre-comércio

Há alguns anos li que o Brasil está importando estatuetas do Padre Cícero. É a globalização que chega. É o Brasil entrando na era das fronteiras abertas e da queda de barreiras!

Boa notícia, esta. Segundo estudo feito pela Universidade de Michigan (EUA) a renda da população mundial crescerá 612 bilhões de dólares se apenas um terço das barreiras comerciais desaparecesse. Ou seja: o mundo caminha na direção certa.

Na Europa, por exemplo, "mais de 90% da legislação que suprime as barreiras internas já estão em vigor, permitindo que as empresas operem com maior facilidade através das fronteiras nacionais, o que constitui uma oportunidade para ajudar a manter e, inclusive, aumentar o emprego" (publicação oficial da União Europeia).

Eis aí um exemplo notável: antes, as mercadorias que circulassem entre os países europeus estariam sujeitas ao pagamento de tributos nas fronteiras. Calcule-se a burocracia, a lentidão e os custos que este sistema causava.

Atualmente, isto não mais existe. Assim, imaginemos que uma empresa portuguesa venda sardinhas a uma empresa de conservas alemã. Haverá um único imposto a ser pago (de 15%) pela empresa alemã, através de declaração periódica, e o caminhão que transportará as sardinhas viajará livremente de Portugal até a Alemanha.

Esta simplificação eliminou nada menos que 60 milhões de documentos aduaneiros por ano. Bom para a Administração. E bom para as empresas.

Realmente fascinante, a eliminação de barreiras! E o Brasil tem feito parte deste processo: já abriu suas fronteiras a um ponto tal que importa até... estatuetas do Padre Cícero!

Enquanto todas estas coisas maravilhosas acontecem fico a pensar nos milhares de postos fiscais espalhados por nossas rodovias - e nos engarrafamentos deles derivados. No quanto custam ao Brasil.

E ficarei só nas barreiras de fiscalização, sem comentar os escabrosos incentivos fiscais dados nos Estados. Já vi casos em que estes desviaram o trânsito de produtos por milhares de quilômetros – as diferenças de alíquotas entre os Estados compensavam o aumento dos custos de transporte. Isto é ruim. Atrasa o progresso.

Talvez, nestes bons tempos de queda de barreiras, devesse ser estudada a abertura das fronteiras do Brasil também aos empresários brasileiros - não apenas aos estrangeiros.

Loucas cartas



A conta é do IDESP, um respeitado instituto de pesquisas de São Paulo: se a eficiência do sistema judicial brasileiro fosse elevada aos padrões dos países mais desenvolvidos o volume de investimentos aumentaria 10,4%, a produção seria elevada em 13,7% e a oferta de empregos seria 9,4% maior que a atual. Assim, a lentidão da Justiça é um problema nacional dos mais sérios.

Diante deste quadro fico a pensar em um meu amigo, Juiz de Direito, que responde por duas pequenas Comarcas do interior, distantes uns 12 quilômetros uma da outra.

A curta distância permite um bom atendimento às duas Comarcas – um dia em uma, outro dia em outra e assim por diante.

Pois bem: dia desses, examinando um processo, precisou ele de uma dada informação sobre um outro que tramitava na Comarca vizinha, pela qual - lembre-se - ele também era responsável.

Qualquer pessoa razoável diria: “basta pegar a informação quando ele estiver atendendo na outra Comarca”. Nada mais errado - nossas leis não permitem que ele simplesmente apanhe a informação de que necessita.

Assim, ele redigiu uma carta a si próprio, solicitando que informasse algo a ele mesmo. Pessoa educada, encerrou-a agradecendo a atenção

que decerto ele dispensaria a si próprio, prometendo estar sempre à disposição dele mesmo quando dele ele precisasse.

Esta carta foi, então, remetida à Comarca vizinha. Alguns dias depois meu amigo recebeu-a, leu-a e imediatamente preparou a resposta da solicitação que ele havia feito a si próprio.

Nesta resposta, sempre educadamente, formula votos de que ele esteja satisfeito com a resposta que dera para si próprio, coloca-se uma vez mais à disposição dele mesmo para quaisquer dúvidas que ele próprio tenha, e até conclui enviando as mais cordiais saudações e um grande abraço dele para ele mesmo.

Passados alguns dias chegou à sua mesa a resposta do pedido de informações que ele havia remetido para si próprio, e que ele respondeu para ele mesmo com tanta distinção.

Finalmente, após ler a resposta que ele fizera à carta que ele mesmo enviara para si próprio, determinou que fosse tudo anexado ao processo.

Assim pelo Brasil afora. Diante da virtualização do sistema judicial humildemente pergunto: adianta substituir uma carta dessas por um e-mail para si próprio? Adianta digitalizar o atraso?

Os sem-cerca



O Brasil se globalizou. Abriu suas fronteiras. Entregou à gestão de grupos estrangeiros sistemas de telefonia, de energia elétrica e até de rodovias. Nossos hotéis têm sido vendidos para grupos espanhóis e portugueses. A exploração de nossas fontes de água mineral tem sido concedida a empresas suíças e francesas. Nosso petróleo e nossos recursos minerais tem sido extraídos por empresas norte-americanas e até o leite de nossas vacas é vendido para nós mesmos por indústrias italianas e suíças.

Só entre janeiro e maio de 2007 essas empresas enviaram lucros de US\$ 3,6 bilhões às suas matrizes no exterior - e no primeiro semestre de 2021 US\$ 9,3 bilhões. Estamos tão globalizados que no resto do mundo a participação do capital estrangeiro nos bancos é de 5% em média – no Brasil já chegou a 22%.

Enquanto isso li, há alguns poucos anos, uma significativa notícia publicada na Inglaterra pela BBC: preocupado com o aumento das relações comerciais entre o Brasil e a China, o governo norte-americano enviou a Beijing o Secretário de Estado Assistente Thomas Shannon “para descobrir o que está havendo”.

A matéria trazia ainda que “a política protecionista de Washington para a América Latina data de 1823, quando o presidente James Monroe decretou que nenhuma potência estrangeira poderia ter maior influência nela que os próprios Estados Unidos”. “E é assim que

devemos olhar a América Latina”, declarou um congressista norte-americano à BBC.

Passados alguns dias li no jornal “Channel News Asia”, de Cingapura, declarações do Embaixador chinês Zhou Wenzhong. Disse ele que “a China não será concorrente dos Estados Unidos na América Latina”.

E foi assim, ao ver em jornais estrangeiros o retrato de uma realidade tão humilhante quanto desconhecida pelo pobre povo brasileiro, que fiquei a pensar nas palavras do ex-presidente do Uruguai, Jorge Battle: “É uma ficção esse tal de mercado global. Não há globalização no comércio mundial. Os protestos anti-globalização ocorrem justamente porque não há globalização ou são poucos os que têm benefícios com esse fenômeno”.

Pois é. Ao abrir suas fronteiras e vender algumas de suas maiores riquezas a grupos estrangeiros, talvez o Brasil tenha se esquecido do sábio conselho de Benjamin Franklin: “ama teu vizinho, mas não derrubes tua cerca”.

Rotina sinistra



A rede inglesa “Sky News” noticiou com destaque as declarações do Arcebispo de Canterbury no sentido de que “a invasão do Iraque tem provocado danos terríveis à região”.

Criticando a ação do Reino Unido e dos EUA, que tachou de imperialista, o Arcebispo chegou a dizer que “a definição ocidental de humanidade não está sendo observada”.

O Coronel Lawrence, do Exército Inglês, também foi à imprensa dar o seu testemunho:

"O povo inglês caiu numa armadilha na Mesopotâmia. Ele dificilmente poderá sair de lá com dignidade e honra. Ele está sendo enganado pela dissimulação constante da verdade. Os comunicados de Bagdá faltam com a sinceridade e são incompletos. A realidade é pior do que aquela que nos tem sido dita. Nossa administração é mais ineficaz e sangrenta do que aquela que nos descrevem. Ela é indigna de nossa história e revelar-se-á brevemente muito abjeta para um tratamento ordinário. Nós estamos às vésperas de um desastre".

Na mesma entrevista ele denunciou fatos gravíssimos:

"Cidades inteiras foram arrasadas pela aviação inglesa. Em quatro meses 10.000 pessoas morreram. Os blindados, por terra, forçavam as populações em pânico rumo a campo aberto, onde poderiam exterminá-las melhor".

A entrevista do Arcebispo de Canterbury foi publicada no dia 25 de novembro de 2007. A do Coronel Lawrence no jornal "Sunday Times" do dia 22 de outubro de 1920. Sim, 1920! 87 anos antes! Já estamos em 2022 - e a guerra naquela região continua!

É aí, no detalhe das datas, que ficamos chocados com a absoluta falta de sensibilidade e até de clemência da orgulhosa e cristã civilização ocidental, há mais de um século causando dor e sofrimento a um mesmo povo.

Todas essas invasões foram feitas por pessoas que se dizem civilizadas. A elas as palavras de Auguste Rodin: "a civilização não é, em suma, senão uma camada de pintura que qualquer chuvinha lava".

Todas essas invasões foram feitas em nome da Justiça e por pessoas que se dizem justas. A elas o alerta de Thomas Jefferson: "eu temo pela minha espécie quando penso que Deus é justo".

Todas estas invasões, enfim, foram feitas em nome de Deus. Àqueles que as determinaram dediquemos o grito de Blaise Pascal: "nunca o ser humano pratica o mal tão completamente e com tanto prazer como quando o faz por convicção religiosa".

Um povo lutador



Dia desses pensava na frase “o brasileiro é um feriado”, tão repetida por aqui. “Quem trabalha é o 1º Mundo”, sentenciamos. Fomos convencidos disso. Esta é uma verdade aceita. Quem a contesta é imediatamente olhado com desdém.

Podem me olhar assim, pois eu contesto esta “verdade”. Aos números: um recente estudo apurou que na Holanda trabalha-se, em média, 1.200 horas por ano. Na Noruega, 1.300. Na França, 1.500. Nos Estados Unidos, 1.800. E aí aparece o Brasil, com 1.900 horas. Não somos líderes – na Coreia do Sul, por exemplo, chegou-se a 2.400 horas de trabalho por ano – mas estamos longe do rótulo de “preguiçosos”.

Se trabalhamos tanto, e em um Brasil tão rico, qual a razão desta pobreza que nos humilha? Começemos pela produtividade: segundo a OIT, em 2001 cada brasileiro empregado produziu, em média, apenas US\$ 14.297, contra US\$ 59.081 dos norte-americanos e US\$ 41.420 dos japoneses. Aqui mesmo, na América Latina, o trabalhador do Chile rende duas vezes mais: US\$ 28.406.

Resumindo: o brasileiro trabalha muito mas rende pouco. Por que? Arrisco uma resposta: temos problemas sérios de saúde e de mentalidade.

Sobre a saúde, em função da baixa mineralização do solo tropical um

brasileiro médio não supre sequer 1/3 das necessidades diárias de vitaminas e sais minerais estabelecidas pela OMS. Esta grave deficiência alimentar nos traz doenças, aposentadorias precoces e evidentemente perda de eficiência.

Sobre a mentalidade, merece destaque nossa repulsa à tecnologia. Por exemplo: um estudo feito pela Universidade de São Paulo constatou que nossa construção civil desperdiça 56% do cimento que consome! Um outro estudo, da Universidade de Pernambuco, chegou a um desperdício de 9% de aço, 16% de tijolos e blocos e 20% de nosso bem mais precioso: o tempo.

Este quadro é nacional: nossa agricultura é pouco mecanizada, 70% do que produzimos é transportado de caminhão (ainda resistimos aos trens e navios), e é assim que chegamos ao desperdício de incríveis 40% do PIB.

Assim, a culpa pela pobreza do Brasil não é dos mais humildes. Estes têm feito a sua parte nas fábricas, no campo e no comércio – se mais não têm produzido é porque não recebem meios de sustento e de produção adequados. Ao trabalhador brasileiro, pois, fica a nossa homenagem: ele é um lutador!

Kafka vive



Há alguns anos o Banco Mundial finalizou um estudo, abrangendo 175 países, sobre a dificuldade para se calcular e pagar tributos. Concluiu-se que as empresas brasileiras gastam 2.600 horas por ano só para gerenciar o pagamento de impostos, contra apenas 332 horas da média dos demais países. Somos o pior país para pagar tributos - e o que tem a maior carga de burocracia do mundo.

Para disciplinar a cobrança dos 62 tributos que temos, nos últimos 16 anos foram editadas 127.338 normas federais, 813.735 estaduais e 2.374.874 municipais. Calculou-se que todas estas normas impressas e enfileiradas cobririam uma distância de 5,5 km e comprovou-se que no Brasil uma nova norma tributária é editada a cada 40 minutos.

A burocracia tributária consome 1,7% da receita das empresas que atuam no Brasil, e o próprio Governo gasta 1,3% de tudo que arrecada só para manter sua gigantesca estrutura de cobrança e fiscalização (contra apenas 0,4% dos Estados Unidos, 0,3% do Japão e 0,1% da Noruega).

O resultado de tanta confusão a própria Receita Federal o demonstrou em 2001 ao revelar que 29% de todo o dinheiro da

economia não sofrem nenhum tipo de tributação a não ser a CPMF (então vigente).

A propósito noticiou-se na CPI dos Bancos que metade das 530 maiores empresas brasileiras e 42% dos 66 maiores bancos não pagam imposto de renda – uma sonegação estimada em R\$ 825 bilhões.

Este quadro prejudica o empresário honesto, reduz investimentos e atrasa o Brasil. Assim, em um tempo onde tanto se fala de reforma tributária, oportunas as palavras de Ernesto Sábato: “o essencial são coisas mais simples”.

Talvez seja esta a saída: um imposto único e simples, pago sem burocracia alguma, nos moldes da extinta CPMF. Só este tributo e nenhum outro - ao invés de 62 impostos complicados.

Por que não? Superado o período inicial de adaptações e ajustes de alíquota daríamos ao Brasil um vigoroso impulso – uma economia sem burocracia fiscal e barreiras mil. Aliviaríamos o sistema judiciário e o tamanho do aparato burocrático. E daríamos às nossas empresas maior igualdade na disputa pelo mercado.

Com todo o respeito, esta simplificação seria o óbvio. E, quanto ao ilógico sistema atual, a ele as palavras de Mário Henrique Simonsen: “em teoria econômica o que não é óbvio é quase sempre besteira”.

190 para matar



Dia desses li que um norte-americano foi preso por passar, em apenas 2 dias, 1.100 trotes ao serviço de emergência da Polícia de Gainseville (EUA). Pouco tempo depois o “Yomiuri”, do Japão, noticiou que anualmente os operadores da Polícia daquele país lidam com espantosas 950.000 ligações absurdas.

Assim, em Tokyo uma senhora telefonou para a Polícia e, reclamando de dores nas pernas, solicitou que policiais fossem a alguma farmácia adquirir medicamentos para ela. Em Saitama uma outra avisou que iria viajar e pediu que fosse destacado um policial para alimentar seu cachorro. Em Gifu uma senhora desembarcou do trem e, reclamando da chuva com a Polícia, solicitou uma viatura para apanhá-la na estação e levá-la em casa. Em Kyoto um jovem desiludido implorou aos policiais que convencessem sua ex-namorada a reatar com ele. Em Aomori um senhor solicitou que a Polícia removesse a neve diante da porta de sua casa todos os dias pela manhã. E uma senhora de Kouchi, dizendo que havia esquecido uma caixa de isopor na praia, solicitou à Polícia que designasse uma viatura para recolhê-la e entregá-la em sua casa.

Em Aachen, na Alemanha, uma mulher telefonou para a Polícia reclamando que o marido não queria manter relações sexuais com ela. Na Califórnia (EUA) uma outra encomendou pizzas ao serviço de

emergência, alegando “fome extrema”, e um homem pediu indicações de um bom restaurante.

Na Nova Zelândia uma senhora comunicou à Polícia que havia rasgado seu vestido e pediu ajuda para repará-lo. Ainda lá um homem comunicou uma briga de passarinhos em seu quintal, uma mulher pediu conselhos sobre se aceitava uma proposta de casamento e um senhor noticiou que havia uma vaca em sua caixa de correios.

E no Brasil? Segundos dados divulgados pela Polícia Militar do Rio de Janeiro o serviço “190” recebe, em média, 27 mil ligações por dia. Dessas, cerca de 9 mil são trotes – incríveis 30%!

Pense, agora, na perda de tempo, no custo material e nas vidas perdidas por conta dos atrasos fruto dos tumultos criados - e nesta seara cada minuto conta. Seria bom que cada ser humano se imaginasse no lugar daquelas pessoas que, por falta de assistência no momento correto, perderam a saúde ou mesmo a vida. Afinal, como ensinava Chamfort, "a consciência é a presença de Deus nos homens".

Custo do crime



Li na “Time Magazine” que no Brasil apenas 2% de todos os crimes violentos resultam em prisão. É verdade. Segundo pesquisei, de cada 100 crimes 33 são registrados em Boletins de Ocorrência, 6 viram Inquéritos Policiais e apenas 2 terminam em prisão – o que também não significa grandes coisas, já que apenas 1% dos condenados cumprem a pena até o fim.

Por conta desta vergonhosa situação apurou-se que em São Paulo 66% das vítimas de crimes não vão sequer reclamar perante uma autoridade – preferem buscar conforto em frases do tipo “é assim mesmo, eu que dei bobeira”. Passamos a viver em uma sociedade sitiada, escondida atrás de muros, grades e alarmes. Aos números: 50% dos moradores das capitais evitam sair de suas casas à noite, já somos o terceiro maior mercado de carros blindados do planeta e temos um exército de seguranças particulares estimado em 500 mil homens.

A solução deste problema, na prática, é difícil – não acredito em mudanças profundas na legislação ou no espírito dos chamados “operadores do Direito”. Assim, temos que nos contentar com “quebra-galhos”, algo bem ao gosto nacional. Modestamente, sugiro três: a proibição de que denunciados por múltiplos delitos de reconhecida gravidade respondam soltos aos processos, a exigência de

recolhimento à prisão como requisito para recorrer contra sentenças condenatórias e a prioridade de julgamentos conforme a gravidade e repercussão do crime.

As duas primeiras medidas, na prática já adotadas em outros países, não resolveriam o problema da impunidade, muito mais profundo. Mas evitariam que pessoas já condenadas por crimes graves ficassem pelas ruas sob as vistas de uma população a cada dia mais desiludida com as nossas instituições.

Quanto à prioridade para os julgamentos dos crimes mais graves, seria reduzido o vexame dos processos que alcançam 15 ou 20 anos de idade. Afinal, absolva-se ou condene-se – mas julgue-se! O imperdoável, o grave, o que agride a Sociedade, é o não-julgamento e as sensações de impunidade e desigualdade que o acompanham.

Enquanto isso só nos resta trancar a porta de casa, ligar os alarmes, orar e vigiar, filosofando sobre o desabafo de Honoré de Balzac, segundo quem “as leis são teias de aranha, pelas quais passam as moscas grandes e nas quais ficam retidas as pequenas”.

Paraíso fiscal



A França está preocupada com seu desenvolvimento. Dentro deste espírito a conceituada revista “Le Figaro”, há algum tempo, publicou notável trabalho compilando as conclusões de 12 estudiosos do assunto.

Um deles, o Professor Christian Saint-Étienne, membro do Conselho de Análises Econômicas da França, recebeu algo claro: “reduzir a carga fiscal sobre o trabalho, os investimentos e a pesquisa”. Eis aí um conselho simples e sensato que ajusta-se como luva ao Brasil.

Aqui, o artigo 24 da lei nº 9.430/96 definiu o termo “paraíso fiscal” como sendo aquele país “que não tributa a renda ou que a tributa à alíquota máxima de 20%”. Pois bem: no Brasil quem faz aplicações financeiras paga no máximo 20% de impostos. Seria nosso país um “paraíso fiscal”?

Por outro lado, o Brasil cobra dos rendimentos do trabalho (o popular “salário”) até 27,5% de impostos. É difícil de entender: por qual motivo o Brasil, que carrega a vergonha de ter uma das maiores taxas de concentração de renda do mundo, cobra mais impostos de quem trabalha e menos de quem simplesmente faz uma aplicação financeira?

Faço uso das palavras do Professor Osiris Lopes Filho, ex-Secretário da Receita Federal: “vivemos no paraíso fiscal do capital e no inferno

tributário do assalariado e do pequeno empresário”.

Darei um pequeno exemplo: o capital dos investidores estrangeiros, quando aplicado no Brasil, paga apenas 15% de impostos. Enquanto isso, um pequeno profissional brasileiro pagará até 27,5% de impostos.

É mesmo difícil de entender como é que o Brasil cobra 15% de impostos sobre os investimentos do capital estrangeiro, que vêm e vão, e “arranca” até 27,5% de assalariados e pequenos empresários, que aqui vivem e trabalham, gerando empregos e riquezas!

Aliás, falo em “27,5%” modestamente – não faz muito tempo uma pesquisa da Arthur Andersen Consultoria, sobre 28 das principais economias do mundo, concluiu que apenas seis países cobram impostos em cascata - e somos um deles. Isto quer dizer que, na prática, o trabalho no Brasil paga muito mais impostos - calcula-se que para cada Real arrecadado com o Imposto de Renda o Governo recolhe 3 sobre circulação de bens e serviços. Isto tem nome: “onerar a produção”.

Pois é! Talvez Tom Jobim tivesse razão ao exclamar que “o Brasil persegue quem trabalha”!

Criançada feroz



Dia desses li que “um professor é verbal ou fisicamente agredido a cada sete minutos na Inglaterra. Destes, 25% se declararam vítimas de lesões corporais”. Na notícia lia-se ainda que “professores se disseram vítimas de socos e chutes de crianças de apenas 7 anos de idade”.

Não discrepa o Japão: “um estudo revelou que o número de agressões a professores cresceu 38%. As agressões incluem segurar os professores pelo pescoço e jogar cadeiras neles”.

E na Alemanha? Cito o caso de alunos que invadiram uma sala de aula e deram uma surra no professor só para roubar-lhe a pauta de correções de provas (eles haviam tirado notas baixas).

Pois é: a criançada está feroz! E não é só nas escolas. Na Romênia um garoto de 9 anos foi internado pela quarta vez no hospital Grigore Alexandrescu, de Bucareste, por “overdose” de heroína. Os médicos declararam que “quase todos os menores que se drogam têm pais com condições financeiras acima da média”, e informaram que apenas naquele hospital são registrados anualmente uns 1.300 casos de coma entre crianças devido ao consumo de drogas.

Resta claro, pois, ser o problema mundial e muito sério. Como

explicá-lo? Talvez o início da resposta esteja em um editorial do jornal “The Japan Times”: “A urbanização e o colapso da convivência familiar privaram as crianças de espaços físicos e sociais onde eles se sentiam queridos e onde podiam desenvolver amizades. E os pais estão tão preocupados com o tempo e perturbados pelo trabalho que já quase não interagem com seus filhos. Muitas crianças que se tornam violentas carregam um profundo sentimento de terem sido negligenciadas ou ignoradas”.

Some-se a isto um alerta da Associação Americana de Psicologia no sentido de que antes de completarem o 1º grau as crianças norte-americanas já viram 8.000 assassinatos e 100.000 atos de violência na TV. Complementarmente, a Escola de Medicina de Nova York comprovou que crianças que assistem cenas de violência e jogam videogames violentos são 11 vezes mais propensas a apresentarem comportamentos agressivos.

Aí a conta fica simples – é só somar os fatores acima expostos, chegar ao resultado de que nosso modelo de sociedade está defeituoso e dar razão a Joubert, quando exclamava que “as crianças têm mais necessidade de modelos do que de críticas”.

Sem pena



Nilza é uma senhora humilde, moradora de um dos tantos morros deste nosso Brasil. Padece em filas buscando obter saúde e educação para seus filhos, vez por outra sofre com a péssima infra-estrutura do local no qual reside, mas "vai levando a vida".

De uns tempos para cá, porém, como se isto tudo não bastasse, surgiu mais um flagelo. Ele responde pelo nome de "Patão". Trata-se de um criminoso que resolveu instalar-se por lá.

Apreciador de armas de fogo, fica com sua gangue exibindo-as na pracinha do morro, em plena luz do dia. E lá vai Nilza com suas crianças, cabeça baixa, humilhada sob os olhares daquele bando. Ir à igreja à noite, nem pensar - o jeito passou a ser orar dentro de casa.

Eis que policiais subiram o morro e, depois de um violento tiroteio, carregaram todos para a cadeia. Mas, como dizem que "alegria de pobre dura pouco", em menos de duas semanas lá estava "Patão" e sua turma de volta ao morro. Disseram que houve um problema qualquer no

processo deles. E eis Nilza de volta à sua triste rotina de humilhações.

Algum tempo depois, em seguida a alguma reportagem incisiva, nova operação policial. Após intenso tiroteio "Patão" e seus comparsas foram novamente presos. O morro, uma vez mais, suspirou aliviado - mas por pouco tempo. Menos de um mês depois lá estavam todos de volta, colocados em liberdade por serem primários e terem bons antecedentes - nosso sistema legal ignora que quem é bondoso com os lobos condena os carneiros.

Para resumir: "Patão" foi preso e solto umas seis ou sete vezes até ser morto a tiros. Foi rapidamente sucedido por "Pé Grande", e aí começou tudo de novo.

Esta é, sem retoques, a realidade de 70% dos morros brasileiros. Convidado a dar sua opinião acerca do problema da segurança pública no Brasil, o Chefe de Polícia de Nova York, William Bratton, assim falou: "O Judiciário não funciona. Os policiais não trabalham em harmonia com os promotores, que não atuam em conjunto com os juízes. A Polícia Militar não trabalha em consonância com a Civil". Será que ele tem razão?

Enquanto isso Nilza segue, resignada, sua rotina diária de humilhações. Não nos lamentemos por ela, pois, como dizia Billings, "ter pena não custa nada e não vale nada" – o que se espera são ações efetivas em defesa de sua dignidade de cidadã, e não piedade.

A macacada



Na França uma mulher dirigiu 20 km na contramão de uma rodovia, causando 7 colisões envolvendo 18 carros. Nos EUA um motorista bêbado voltou para casa com um cadáver grudado no vidro dianteiro de seu carro.

Na Inglaterra mais de 25% dos motoristas jovens admitem beber antes de dirigir. Apurou-se que 20% dos jovens que morreram em acidentes de trânsito estavam embriagados.

Na Suíça 20% das mortes no trânsito são decorrentes da ingestão de álcool pelos motoristas. Na Argentina 10% dos condutores que dirigem pelas estradas costeiras estão bêbados.

Na Suécia noticiou-se a criação de um seguro para motoristas infratores que cobriria o equivalente a até três multas anuais por excesso de velocidade.

Em São Paulo cerca de 50 radares fotográficos são destruídos a cada ano, 20% deles a tiros. Na Nova Zelândia agentes de trânsito sofrem com facas no pescoço, tiros, socos e palavrões.

No Canadá um suíço apanhado a 160 km/h disse estar acostumado a desviar de cabritos. Nos EUA uma criança de 11 anos, surpreendida dirigindo a 170 km/h, estava bêbada. Na Inglaterra um motorista dirigia seu Porsche a 275 km/h.

Na Estônia um cego foi preso dirigindo (deu na Agência Reuters). Poucos meses depois foi preso novamente: além de estar dirigindo achava-se embriagado. Na Inglaterra (li na BBC News) outro cego foi preso dirigindo em alta velocidade e à noite.

Pois é. Lembrei-me de uma “estória em quadrinhos”. Tudo se passa no interior do Museu do Automóvel, onde alguns turistas se deleitavam com a origem dos carros.

O primeiro cenário visto é simples: um macaco simbolizando a origem do ser humano. Em seguida um homem pré-histórico, às mãos uma roda de pedra. Logo após, o carro de boi. Segue-lhe a biga romana. Aparece, então, o "calhambeque". Chegam os "carrões" dos anos 50 e os econômicos "carrinhos" dos anos 70. Volta-se à atualidade e todos os turistas, maravilhados com o progresso alcançado a partir de um grotesco macaco, demonstram seu deslumbramento.

Encerra a exposição o "carro do futuro", inspiração para os próximos anos. Em seguida, finda a visita ao museu, os turistas, entusiasmados com o progresso da raça humana, embarcam no ônibus que os conduzirá de volta às suas casas. O motorista? Ninguém menos que aquele macaco exibido à entrada do museu.

Irresponsabilidade



José enfrentava um câncer. Tinha dores horríveis. Os únicos momentos de alívio vinham com o sono. Aí resolveram fazer uma série de “shows” bem na frente do prédio dele. Acionada, a fiscalização informou nada poder fazer, pois o evento era promovido pela Administração.

João teve um infarto. Seu filho saiu com ele às pressas para um hospital. O tempourgia, pois a cada minuto as chances de sobrevivência eram menores. Porém, várias ruas do bairro haviam sido fechadas para um espetáculo musical. João morreu dentro do carro, no meio do engarrafamento.

Luiz precisava de seu carro para trabalhar. Mas aí fecharam a rua na qual ele morava para um evento esportivo - e bloquearam sua garagem por vários dias. E seu prejuízo? Ora...

Mário padecia de insônia – o sono era para ele uma dádiva. Eis que dado dia, lá pelas onze da noite, chegou à sua rua uma equipe para pintar faixas no asfalto. Ligaram um equipamento cujo ruído ultrapassa todo e qualquer limite legal e lá ficaram até 02:30 da manhã. Mário chegou a descer de seu apartamento e pedir silêncio. Foi ignorado.

Rita era médica. Ao voltar para casa, tarde da noite, descobriu que as ruas de acesso ao seu prédio haviam sido fechadas em função de um “Carnaval fora de época”. Teve que deixar seu carro estacionado em uma rua próxima. No dia seguinte o que sobrou dele chegou a ser fotografado pelos jornais.

Leonardo sofria de enxaqueca. Morava no oitavo andar de um prédio, buscando fugir do barulho. Mas aí autorizaram o fechamento semanal da rua dele para espetáculos de pagode. Ao final, e apesar de cercados por prédios residenciais, os participantes disparavam rojões para o alto, que estouravam exatamente na altura do seu apartamento.

Todos os episódios narrados são reais. Troquei nomes para proteger a privacidade das vítimas, mas já vi, soube ou li sobre cada um deles. E é lamentável que tenham ocorrido em um país civilizado.

O Brasil tem 8.456.510 km² - é muito grande. Não dá para entender o motivo pelo qual alguns eventos tenham que ser realizados em locais residenciais, bloqueando ruas e causando transtornos por vezes sérios aos que ali residem - aliás, a vida é algo sério.

O fato é que tem sido pouco observado, neste Brasil tão grande, um dos mais belos deveres do Cristianismo, qual o de pensar no próximo.

Não tão simples



Aconteceu na África do Sul: dois ladrões foram presos a bordo de um Fiat Uno no qual também estavam dois bodes e duas vacas furtadas. Eles já eram reincidentes – tinham sido presos antes com sete bodes e duas vacas dentro de um pequeno Toyota.

Nos EUA um ladrão veio a ser preso após tentar assaltar um banco fantasiado de árvore. O detalhe: a fantasia cobria todo o seu corpo menos o rosto, que foi claramente filmado pelas câmeras de segurança.

Ainda nos EUA um ladrão decidiu assaltar uma loja absolutamente pelado. É isso mesmo: ele entrou nu na loja e anunciou o assalto. Preso, declarou que agiu assim porque “estava entediado”.

No Japão uma mulher contratou um pistoleiro para matar a esposa de seu amante. Pagou adiantado. Como o pistoleiro falhou mas não devolveu o dinheiro ela foi até a Delegacia prestar queixa, pedindo a devolução do que havia pago.

Em Nova Jersey (EUA) duas pessoas se divertiam encomendando pizzas em restaurantes e matando os entregadores a tiros tão logo eles chegavam. Presos, disseram ter escolhido os restaurantes a esmo, em uma lista telefônica.

Na Inglaterra três crianças (com 6, 7 e 9 anos de idade) tentaram descarrilar um trem de alta velocidade. Elas colocaram nos trilhos blocos de concreto, troncos de árvores, pneus e até um carrinho de supermercado. Apanhadas, disseram que pretendiam se divertir vendo o desastre.

Nos EUA decidiram vender ingressos para o paraíso. A empresa avisava que o ingresso, pessoal e intransferível, deveria ser colocado no caixão do comprador, e também advertia que não devolveria o dinheiro se o paraíso não existisse.

Na Itália, um menino de 10 anos de idade e uma menina de 8 afanaram mais de 100 brinquedos de 11 lojas. Já um garoto norte-americano de 13 anos teve uma idéia diferente: com um computador e uma impressora montou em sua casa uma sucursal do Banco Central e imprimiu notas de dólar para adquirir doces.

Diante destes exemplos temos que nos render a uma certeza: as causas do crime não são tão simples como dizem alguns - e não as temos estudado o bastante. Talvez, neste início de milênio, devêssemos lembrar as palavras de Nicéforo, segundo quem o mal e a dor não desaparecem sob a chama abrasadora do progresso humano. Transformam-se. E o crime, filho primogênito do mal, segue essa regra.

A microempresa



George Bernard Shaw proclamou, certa vez, que “o maior dos males e o pior dos crimes é a pobreza”. Será? Que tal olharmos os microempresários brasileiros?

Comecemos por um estudo divulgado na Inglaterra, a mostrar que entre 21 países o Brasil tem o povo mais empreendedor – de cada oito brasileiros um está tocando seu próprio negócio. Nos EUA, o segundo colocado, a relação é de apenas dez para um. No Japão de míseros cem para um.

Somos empreendedores mesmo diante da infernal burocracia que nos atormenta. Enquanto nos EUA são necessários 4 dias para a abertura de uma empresa aqui gastamos uns 86. Em São Paulo chega-se a 152 dias. Para exportar, um empresário brasileiro precisa passar por 20 instituições, o que leva cerca de 90 dias (nos EUA e na Europa não seriam necessários mais de 10 dias).

Segundo o Relatório Internacional de Empresas (IBR) somos o país com a maior carga de burocracia do mundo. Não foi diferente a conclusão do Banco Mundial após um estudo realizado no já distante ano de 2004, quando, entre 145 países, só ficamos à frente do Haiti, Laos, República Democrática do Congo e Moçambique.

E a carga tributária? No dito “Primeiro Mundo” oscila entre 20 e 24% do PIB. Enquanto isso o microempresário brasileiro lida com espantosos

36% do PIB!

Nosso povo, porém, tem sido gigante! Os últimos números a que tive acesso demonstram que as micro e pequenas empresas já são 3,4 milhões ou 98% das empresas aqui instaladas. Empregam metade da população ocupada. Participam com 20% do PIB. Respondem por mais de 12% das exportações. Há alguns anos li que somente a microindústria do artesanato emprega 8,5 milhões de pessoas, que produzem 2,3% do PIB – é quase o que representa a poderosa indústria automobilística, então responsável por cerca de 3% do PIB.

Mas, como “ser pequeno” é mesmo “o maior dos males”, além das péssimas condições de trabalho nossos microempresários não podem no mais das vezes sequer sonhar com as facilidades, isenções e tolerâncias com que muitas vezes são aquinhoadas grandes corporações transnacionais, cujos lucros são quase sempre remetidos para fora do Brasil.

Por tudo isto, talvez fosse bom refletirmos sobre as razões de o brasileiro quase nunca poder simplesmente trabalhar em paz e de ser tantas vezes discriminado em seu próprio país.

Nosso Brazil



Você sabe o que é “meat”? E “no meat”? Trate de aprender. Saber isso é muito importante aqui no Brasil. Há algum tempo, almoçando em uma churrascaria da brasileiríssima Salvador, encontrei na mesa uma placa com os dizeres “Meat” e “No Meat”.

Perguntei ao garçom o que era aquilo. Ele me ensinou que era “servir” e “não servir” em inglês (eu não sabia – achava que “meat” significava “carne”). Pedi uma placa em português. Ele me respondeu que não tinha.

Perplexo, indaguei como uma tradicional churrascaria brasileira só tinha plaquinhas em inglês. A resposta: “recebemos muitos turistas”. Perguntei: “e os brasileiros?” A resposta: “em inglês é mais chique”.

Agora olhe pela janela com olhos de ver: quem circular por alguns bairros brasileiros terá a impressão de estar no exterior, tal a quantidade de letreiros em inglês!

Já não temos mais “pausas para lanche” – um evento elegante deve ter “coffee break”. O Brasil já não exporta mais matérias-primas – apenas “commodities”. O comércio daqui acabou com as “liquidações” – nossas vitrines exibem orgulhosamente avisos de “sale” ou “off”.

Nas fachadas dos mais toscos botequins tornou-se comum a

expressão “Happy Hour”. Já não temos propaganda, apenas “marketing”. Almoçamos em “self-services”. A cada dia temos menos academias de ginástica e mais “fitness centers”.

Nossos radinhos de pilha e televisores, no mais das vezes feitos por brasileiros para brasileiros, quase nunca têm botão de “liga” e “desliga” – somente “on” e “off”. A maioria dos nossos carros, feitos aqui para nós mesmos, vem com o painel em inglês.

Cheguei a ouvir de um fabricante de equipamentos de ginástica que seus produtos ficavam encalhados até o dia em que ele trocou os painéis em português por outros em inglês – aí finalmente suas vendas cresceram.

Enquanto isto, em triste contraste, vemos nossos compatriotas sofrendo as maiores humilhações nos aeroportos estrangeiros. São freqüentes as reclamações quanto ao procedimento para obtenção de um singelo visto, que importa, não raro, em longas filas e constrangimentos. Até onde somos correspondidos em nossa admiração provinciana?

Não prego o isolamento. Temos muito a aprender com outros povos e outras culturas. Isto nos faria bem. Apenas defendo que um pouquinho mais de amor-próprio não nos faria mal.

As tartarugas



Todo mundo sabe que 'tartaruga não sobe em árvore' – assim, se encontrarmos alguma passeando por lá, desconfiemos.

O Brasil é um país imenso. Logo, é essencial para o nosso desenvolvimento um bom sistema de transportes. Isto é tão óbvio como o fato de que tartarugas não sobem em árvores.

Considerado o tamanho do Brasil, uma boa rede de ferrovias seria o mínimo – afinal, com o combustível que um caminhão gasta para percorrer 25 km um trem percorre 86 km. Isto é tão claro como o fato de que tartarugas não sobem mesmo em árvores.

Há ainda a questão da segurança. Desde 1960 mais de 600 mil brasileiros morreram vítimas de acidentes de trânsito. Ora, trens são muito mais seguros que caminhões – eis aí outra verdade tão evidente como a de que tartarugas não sobem em árvores de jeito nenhum.

No entanto, estas verdades simples foram ignoradas: 70% de nossas cargas são transportadas em rodovias, no lombo de milhares de caminhões. É aí que a nossa tartaruga começa a subir na árvore.

Dos 29.798 km de ferrovias que o Brasil tem cerca de 10 mil foram construídos por – pasme – Dom Pedro II. Nosso país tem uma malha ferroviária do mesmo tamanho da do Japão, cujo território tem as dimensões de São Paulo. Os Estados Unidos têm 14 vezes mais

ferrovias do que nós. E lá vai nossa tartaruga, subindo na árvore!

Mas há ainda uma agravante: cerca de 7 mil km de nossas ferrovias estão desativados, o que nos deixa com algo em torno de 23 mil km. Para completar, 30 a 40% da malha ferroviária estão em péssimo estado. Assim, enquanto nos EUA a velocidade média dos trens é de 80 km/h, aqui alcança apenas 20 km/h - não por acaso nossas ferrovias respondem por apenas 23% do total de cargas transportadas, contra 50% das de lá. E vai subindo na árvore, a nossa tartaruga!

No Canadá apenas 13% das cargas são transportadas de caminhão, na França 28% e nos EUA 25% - contra, recordemos, 70% do Brasil. Nem o pobre Paraguai chega a tanto - lá, apenas 47%.

O caso do Paraguai chama a atenção por um detalhe: 49% de suas cargas são transportadas por rios. Enquanto isso o Brasil, com tantos rios e 9.198 km de litoral, não transporta nem 10% em navios. E lá vai nossa tartaruga, árvore acima!

Já cheguei a uma conclusão: o Brasil não tem problemas, tem apenas 'muita tartaruga no alto de árvore'.

Crimes e loucos



Prenderam um galo em uma delegacia. Isto aconteceu em Formosa, na Argentina. O crime dele foi ter destruído uma máscara de cerâmica que a vizinha de seu dono havia trazido da Bolívia. As autoridades asseguraram que o galo estava sendo bem tratado em sua cela. Ele deu mais sorte do que uma penosa surpreendida fazendo sexo com um homem em Zâmbia e que acabou condenada à morte por decapitação.

Enquanto isso, na Sérvia, Micko acabou preso. Trata-se de um boi cujo dono foi condenado pela prática de atos violentos. A saída para evitar que Micko fosse para um matadouro foi enviá-lo também para a cadeia. Assim, para este pobre boi, ‘a vaca foi para o brejo’.

Falando em bovinos, a situação anda muito avacalhada em uma prisão de Londres, no Reino Unido: ladrões roubaram o cofre de lá. É isso mesmo: a penitenciária foi depenada! Destino semelhante tiveram policiais israelenses – a viatura na qual estavam foi carregada por ladrões, apenas tendo sido recuperada horas depois sem o aparelho de rádio e o computador.

Há também o caso do policial da Malaysia que tomou uma bolsa das mãos de uma turista e saiu correndo pelas ruas até ser preso por seus colegas poucos quarteirões à frente. Dá para perceber que é

complicado ser policial por lá.

Mas pior ainda é ser agente da lei na África do Sul: até os cachorros da corporação usam coletes à prova de balas e facadas. Recentemente dois deles foram esfaqueados tentando parar um ladrão. Quem também tem uma 'vida de cão' são os cachorros ingleses: 150 deles são seqüestrados por dia.

Pois é. E nos EUA um congressista questionou a remessa de 363 toneladas de dinheiro vivo - nada menos que US\$ 5,5 bilhões - ao Iraque, naquele que foi o maior transporte de moeda da história. Disse ele: quem em seu juízo perfeito enviaria 363 toneladas de dólares para uma zona de guerra?

E assim vai caminhando a humanidade: 19% dos nossos semelhantes vivem na miséria, com menos de US\$ 1 por dia, mas perdemos entre 4% do PIB (EUA) e 11% do PIB (Brasil) só em função do crime. Investimos US\$ 1,3 trilhão por ano em armamentos mas não conseguimos ainda discutir seriamente como combater o mal que nos deixa prisioneiros em nossas próprias casas.

Daí, talvez, a ironia de Oscar Wilde, segundo quem “o mundo pode ser um palco, mas o elenco é um horror”.

As patentes



Você sabe quem inventou a roda? Foi um advogado australiano, de nome John Keogh. É verdade: em 2001 ele patenteou um “dispositivo circular para facilitar o transporte”.

Da próxima vez que você for esquentar um pão em casa, fique atento: pode ser que você esteja devendo direitos a Terrance F. Lenahan, que em 1999 patenteou o método de “colocar o pão em um ambiente aquecido durante um período de 3 a 90 segundos”.

Você leva seu filho ao parque? Muito cuidado! Um garoto de 7 anos patenteou, nos EUA, uma maneira de brincar com balanços de parque – pode ser que você tenha que pagar “royalties” ao pimpolho norte-americano.

Estes três exemplos demonstram a importância que o dito “1º Mundo” dedica às patentes. A atividade de criar e registrar as criações é sempre estimulada. No Brasil é o contrário. Nossos escritórios de registro de patentes são muito pouco conhecidos e freqüentados.

Vamos aos resultados disso: divulgou-se em 1999 uma média de 15 patentes por milhão de habitantes. No Brasil, a média foi de 0,6. Repito, dado o absurdo: no mundo 15 e no Brasil 0,6 por cada milhão de habitantes.

Estes números mudaram em 2005, mas continuamos em dívida com nossos inventores. O Japão passou a obter 3 mil patentes para cada milhão de habitantes, a Coréia do Sul 2,5 mil, os EUA 700, a Alemanha 600 e a Austrália 500. E no Brasil o número de patentes foi ainda mais reduzido em relação ao ano anterior (em 13,5%, para ser exato).

Você diria: “lamento, mas como eu nunca inventei nada tudo isto está fora de minha realidade”. Pense duas vezes, após ler os exemplos a seguir:

Noticiou-se que a empresa japonesa Asahi Foods patenteou o cupuaçu, de grande consumo na Amazônia, o que ensejou longos e custosos processos.

Divulgou-se que a “International Plant Medicine”, dos EUA, registrou a Oasca, cipó amazônico com propriedades terapêuticas.

Informou-se que a “Fox Chase Center”, dos EUA, garantiu os direitos da planta amazônica *Phyllanthus niruri* Linn nas suas aplicações específicas contra a hepatite B.

Isto significa, por exemplo, que um brasileiro terá que pagar direitos a uma empresa estrangeira para adquirir um produto contra a hepatite feito a partir de materiais brasileiros – eis aí o nosso Brasil pagando milhões a estrangeiros para utilizar seus próprios bens. Que vergonha!

Vítimas daqui



A Constituição do Japão não trata da segurança pública. Ela é uma constituição pequena, com apenas 103 artigos que não contém parágrafos ou incisos.

A Constituição do Brasil trata da segurança pública. Ela é uma constituição grande, com 250 artigos (fora os atos constitucionais transitórios) ricos em incisos e parágrafos – existem artigos com dezenas deles.

A Constituição do Japão, que não trata da segurança pública, limita-se a dizer, no artigo 13, que “todos serão respeitados como indivíduos. Seu direito à vida, à liberdade e à procura da felicidade, até o limite em que não interfira com o bem público, receberá a suprema consideração na legislação e em outros assuntos governamentais”.

A Constituição do Brasil, que trata da segurança pública, é rica neste assunto: no artigo 5º garante a todos a segurança pública, no artigo 6º fala novamente que esta é um direito social, e vai assim até o artigo 144, no qual estabelece ser a mesma um dever do Estado.

No Japão, cuja Constituição não trata da segurança pública, o

Governo ampara vítimas de crimes, fornecendo ajuda financeira e psicológica.

No Brasil, cuja Constituição trata da segurança pública, aqueles que são esteio de família que tratem de se cuidar – se morrerem vítimas de algum crime deixarão seus entes queridos no mais triste desamparo.

No Japão, cuja Constituição não trata da segurança pública, editou-se em 2004 uma lei específica para definir os direitos das vítimas de crimes, prevendo nada menos que 258 tipos de assistência, inclusive moradia, garantia de emprego e assistência médica, além de acompanhamento psicológico.

No Brasil, cuja Constituição define a segurança como um direito social, recebo rotineiramente no Tribunal de Justiça vítimas ou seus parentes, narrando o estado de desespero no qual se encontram.

Não estou – e fique isto muito claro – a comparar países. Cada um deles tem uma realidade distinta da dos demais e aspectos bons e ruins. Não é este o espírito destas linhas.

Apenas não posso compreender que no pobre Japão (cuja Constituição não trata da segurança) as vítimas e seus familiares sejam plenamente assistidas, enquanto que neste rico país, cuja Lei Maior tem palavras tão lindas, elas fiquem no desamparo, ao largo dos mais básicos princípios até mesmo de solidariedade cristã.

Um povo cristão



No já distante ano de 1618 um holandês de nome Dierick Ruiters deu um marcante testemunho acerca do que foram os anos de escravidão no Brasil: “Vi, certa feita, um negro faminto que, para encher a barriga, furtara dois pães de açúcar. Seu senhor, ao saber do ocorrido, mandou amarrá-lo de bruços a uma tábua e, em seguida, ordenou que um negro o surrasse com um chicote de couro. Seu corpo ficou, da cabeça aos pés, uma chaga aberta, e os lugares poupados pelo chicote foram lacerados a faca. Terminado o castigo, um outro negro derramou sobre suas feridas um pote contendo vinagre e sal. O infeliz, sempre amarrado, contorcia-se de dor. Tive, por mais que me chocasse, de presenciar a transformação de um homem em carne de boi salgada e, como se isso não bastasse, de ver derramarem sobre suas feridas piche derretido. O negro gritava de tocar o coração. Deixaram-no toda uma noite, de joelhos, preso pelo pescoço a um bloco, como um mísero animal, sem cuidarem de suas feridas”.

Exatos 250 anos depois Joaquim Nabuco alertava sobre o vírus da violência, da falta de piedade e de compaixão que os anos de escravidão inocularam na sociedade brasileira. A escravidão, escreveu, “vivendo com a sociedade intimamente, adaptou-se a ela, comunicou-lhe os seus vícios, carregou de sombras o seu futuro”.

Já nos nossos dias o escritor Jean Marcel Carvalho França bem analisou o custo desta “herança de insensibilidade” que recebemos:

“nunca é demais lembrar que o “flagelo do cativo de negros” durou mais de três séculos entre nós e foi, queiramos ou não, constitutivo daquilo que entendemos por sociedade e povo brasileiros. É difícil crer que, alicerçada em tais bases, esta mesma sociedade, tradicionalmente muito lenta em corrigir distorções e reticente em discutir e alterar padrões, pudesse ou possa produzir um “povo pacífico”, um povo de “bom coração”, como se costuma dizer”.

Agora, voltando ao hoje, contemple a cena já histórica de doentes depositados no chão de corredores imundos de alguns hospitais públicos, gemendo e suspirando pela oportunidade de simplesmente ocuparem uma maca.

Que tal refletirmos sobre a responsabilidade cristã que temos de deixar para as futuras gerações a mensagem de que sentimentos como solidariedade e compaixão são nobres e devem ser cultivados?

Só querem paz



Anoitece. Em Munique (Alemanha) as pessoas se aglomeram em volta das casinhas que comercializam deliciosos sanduíches de lingüiça, os conhecidos “bratwürste”. Em Tóquio os japoneses se reúnem ao redor das barraquinhas que vendem saborosos salgadinhos de polvo, o popular “takoyaki”. Em Nova York (EUA) milhares param nos carrinhos que vendem cachorro-quente. Eis aí um comércio legalizado, fiscalizado e que ajuda a não deixar 'morrer' o centro das grandes cidades.

No Brasil é diferente. As pessoas até gostariam de se aglomerar em volta de barraquinhas, legalizadas e fiscalizadas, que vendessem quitutes diversos. Mas nem sempre conseguem – ora os vendedores estão fugindo da fiscalização ora tiveram seus materiais apreendidos.

Em Munique, Tóquio e Nova York a população tem prazer em passear pelas animadas ruas do centro da cidade. No Brasil as pessoas passam às pressas, abraçando seus pertences, com medo dos assaltos que a falta de movimento traz.

Aos resultados: lá empregos foram gerados e as praças e ruas são população. Aqui só restam os 'programas de revitalização das áreas centrais', no mais das vezes ações passageiras que não abordam o ponto central do problema: a total falta de opções diárias de lazer.

Aqui, quem quiser vender quitutes à noite em alguma praça dificilmente conseguirá autorização – mero 'ambulante' que é, terá que trabalhar na clandestinidade, sempre fugindo da fiscalização. Eis como se transforma um trabalhador em um semi-bandido!

Recentes cálculos demonstraram que 60% da mão-de-obra do Brasil estão no setor informal. Uma vergonha! São quase todos brasileiros honestos, que acabam na ilegalidade por conta de nossa cegueira gerencial.

Vamos a outro exemplo: em Gent (Bélgica), Veneza (Itália), Sydney (Austrália), Yokohama (Japão), Bonn (Alemanha) e tantas outras cidades a atividade dos 'catraieiros' é reconhecida e estimulada – atrai turistas, movimentam riquezas e cria empregos. Aqui no Brasil temos alguns dos mais belos litorais e rios do mundo. Qual foi a última vez que você passeou de bote com sua família por eles? Não se lembra? É porque o Brasil se esqueceu deles.

Diante destes exemplos não seria bom sonharmos com um país que reconheça e estimule o esforço e a criatividade dos seus filhos? Afinal, eles só querem trabalhar em paz!

O Zé-Povinho



Há uma conhecida piada segundo a qual, quando da Criação, o Brasil teria sido privilegiado com riquezas imensas e poupado dos desastres naturais que atingem outros países para compensar o 'Zé-Povinho' que seria colocado aqui. De tão repetida, esta piada virou verdade aceita: a culpa pelo atraso do Brasil é do 'Zé-Povinho'! Será?

Pense em João, morador de um barraco situado em uma das mais de 3.100 favelas espalhadas pelo Brasil. Lá, como em cerca de 60% dos domicílios brasileiros, não há rede de esgoto. Por conta disso ele sofre rotineiramente de disenteria, já teve hepatite, cólera etc. Aliás, no Brasil morrem cerca de 20 crianças por dia vítimas da falta de esgoto sanitário - foi assim que João viu morrer diante de seus olhos, no corredor lotado e fétido de um Pronto-Socorro, seu único filho. Bem, como políticas públicas de saneamento nunca foram concebidas pelo 'Zé-Povinho', creio que João não tenha culpa por este horror.

Entre uma disenteria e outra João tem sempre fraqueza e dificuldade para aprender até coisas simples. É a falta de ferro no organismo, João! Segundo a ONU um brasileiro médio não supre sequer um terço das necessidades mínimas recomendadas de vitaminas e sais minerais. É por isso que o Brasil tem a maior relação de farmácias por habitante do mundo. Mas vamos lá: também aqui, como a saúde pública nunca foi gerenciada pelo 'Zé-Povinho', creio que João não tenha culpa.

Nos finais de semana João gostava de tomar uma cervejinha no boteco da favela. Mas até isto está difícil, por causa da bandidagem. Entre um tiroteio e outro João vai levando sua vida, sem desconfiar que no Brasil apenas 2% dos crimes são punidos. Ainda aqui, como o 'Zé-Povinho' nunca gerenciou nosso aparato de segurança pública e judicial, podemos afirmar que ele é inocente.

E assim, de exemplo em exemplo, não será difícil concluirmos que quem está falhando na construção do Brasil não é o povo mais humilde – este, 'aos trancos e barrancos', está lá nas fábricas, nas construções e no comércio dando sua contribuição. Se mais não faz, com toda a certeza é porque serviços públicos sob a influência de pessoas cultas e instruídas não lhes proporcionou, durante a tão importante fase da infância, saúde, educação e condições dignas de vida. Nossa culpa, nossa tão grande culpa.

Corrupção moral



Fragilidade, o teu nome é mulher! Esta exclamação, saída de Shakespeare, bem simboliza o grau de respeito com o qual as mulheres deveriam ser tratadas. Já não é de hoje, porém, que a realidade é outra, como tristemente constatou Montesquieu ao lamentar que “o desrespeito pelas mulheres tem sido constantemente o sinal mais indicativo da corrupção moral”.

É assim que no Brasil 25% das mulheres são vítimas de violência doméstica. Em São Paulo recente pesquisa constatou que uma em cada três mulheres sofre agressões em casa.

Na Suíça especialistas denunciaram que a violência doméstica é uma ameaça mais séria para a sociedade do que o crime organizado. Constatou-se que uma a cada cinco mulheres é vítima de abusos físicos ou sexuais pelo menos uma vez na vida.

No México, segundo li, “a Pesquisa Nacional sobre Violência contra as Mulheres, realizada pela Secretaria de Saúde, registrou que pelo menos 60% das mulheres têm sido vítimas de algum tipo de violência durante suas vidas por parte do marido ou algum outro membro de suas famílias”.

Enquanto isso a BBC alertou que “a violência doméstica é um problema crescente no Reino Unido, com 830 casos registrados a cada dia”. Aliás, lá maridos batem nas suas esposas até em comemoração a

jogos de futebol: “a violência doméstica cresceu 31% durante a Copa do Mundo, segundo anunciou o Ministério do Interior”.

Na Índia divulgou-se que “37% das mulheres casadas são vítimas de violência por parte dos maridos” - em Bihar este vergonhoso índice alcançou 59%!

No Japão noticiou-se que “a Polícia registrou 18.236 casos, um aumento de 8% em relação ao ano anterior”. Ou seja, um problema dramaticamente crescente.

No Irã uma mulher chegou a ir aos tribunais pedindo uma ordem judicial que limitasse o número de surras que levava de seu marido. Entrevistada a respeito do caso ela assim declarou: “sei que meu marido é violento, esta é a natureza dele. Eu só quero que ele me prometa que as surras acontecerão no máximo uma vez por semana, pois já não estou suportando apanhar todos os dias”. O marido também foi ouvido pela reportagem: “eu bato nela porque uma esposa deve temer o marido e desta forma eu a obrigo a me respeitar”.

Pois é. A humanidade quer ir a Marte mas ainda não conseguiu conviver civilizadamente nem dentro de casa!

Omissão cara



Dia desses recordava uma pitoresca frase de um conceituado empresário capixaba, segundo quem “dinheiro é que nem mulher, não agüenta desaforo”. Estas palavras me fizeram refletir sobre o quanto perde o Brasil por não observar um mandamento tão simples!

Consideremos, por exemplo, o comércio. Só o do Rio de Janeiro tem gasto uns R\$ 2,8 bilhões por ano em função da violência. Já os bancos brasileiros gastam US\$ 1 bilhão em sistemas de segurança. As administradoras de cartões de crédito perdem anualmente US\$ 100 milhões devido a fraudes. As empresas de transportes, que há alguns anos gastavam 3% de seu faturamento com segurança, hoje já amargam pesados 12%. Só em Vitória quase 16% da receita mensal delas some por esse ralo.

A consequência: como “dinheiro não suporta desaforo”, 52,2% das 1.642 empresas consultadas pelo Banco Mundial em recente pesquisa declararam que reduzem e impõem restrições a novos investimentos no Brasil.

Aliás, por falar em desenvolvimento, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), levando em conta prejuízos materiais, tratamentos e horas de trabalho perdidas, calculou que o crime “rouba”

cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Só para fins de comparação, nos Estados Unidos da América as perdas são de 4% (menos da metade, pois).

Parece muito? Fiquemos apenas com o caso das emergências médicas: o Brasil gasta incríveis R\$ 21 bilhões por ano, ou cerca de 40% dos gastos totais com a saúde, apenas nos atendimentos às vítimas da violência. A propósito, li que cerca de 50% das cirurgias plásticas realizadas no não tão distante ano de 2001 tiveram 'caráter reparador', reflexo da violência. Não custa lembrar que de lá para cá o problema só tem piorado.

E por último, como a vida também não suporta desaforos, só por causa dos assassinatos o brasileiro médio vive um ano e três meses a menos. Se ele morar no Rio de Janeiro terá escandalosos três anos a menos de existência.

Diante desta situação é surpreendente o silêncio de nossa sociedade! A cada dia nos trancamos mais em nossas próprias casas, oprimidos pela ineficiência do Estado no combate ao crime. Já transformamos vítimas em culpados - 'deram bobeira', coitadas! Talvez fosse o caso de lembrarmos a frase de Dante Alighieri: "quem aceita a opressão nela consente".

A impunidade



Dia desses li que no Brasil existem umas 250 mil vagas no sistema penitenciário - mas estima-se em 400 mil o número de presos. O pior: existem 550 mil mandados de prisão pendentes. A conclusão é simples: o Brasil precisaria de 950 mil vagas em suas prisões mas conta com apenas 250 mil.

Este não é um problema exclusivo do Brasil. Não faz muito tempo o jornal The Guardian, do Reino Unido, noticiou um déficit de 80 mil vagas naquele país, no qual presos têm dormido em banheiros e até dentro de Tribunais. Li no Le Monde que a situação nas prisões da França é “explosiva”, estando 60.963 presos ocupando 48.600 vagas. Na Espanha, noticiou o El País que existem 59.199 mais presos que vagas. Nos EUA, registrou o New York Times a soltura de 567 presos pelo Governador do Kentucky, diante da falta de recursos para mantê-los.

Diante desta polêmica concluiu-se que a solução passaria por estimular as penas alternativas e facilitar as liberdades condicionais – uma maneira politicamente palatável de se colocar nas ruas criminosos os mais perigosos. E é assim que tem sido desmoralizada, ao redor do mundo, uma linda modernização do Direito Penal.

As penas alternativas e os mecanismos de liberdade condicional e

progressão de regime de cumprimento de pena são algo maravilhoso. Porém, dada a ânsia em esvaziar as prisões, o que temos visto são leis e interpretações absurdas.

Ora pessoas covardemente agredidas vêm seus algozes pelas ruas a troco de uma merreca qualquer para alguma instituição beneficente, ora assassinos e traficantes são soltos quase que no início do cumprimento de suas penas, escandalizando uma Sociedade cada vez mais presa dentro de casa.

É quando aflora a dura verdade de que o Estado não sabe o que fazer com os criminosos. De cada 100 crimes apenas 2 resultam em condenação aqui no Brasil. Do universo de condenados, 70% permanecem pelas ruas, abarrotando os juizados de penas alternativas. E nem assim resolveu-se o problema da falta de vagas no sistema prisional!

Talvez, neste início de milênio, fosse oportuno que a humanidade se desse conta de que o nosso sistema de justiça penal faliu e que já passou da hora de buscarmos responder a algumas perguntas convenientemente deixadas de lado, ora por conta de nossa cegueira, ora por conta da mais fina hipocrisia.

O cassetete



Dia desses recordava um pensamento curioso: “a imprensa livre e sem censura é o cassetete democrático de nossos dias”. Esta frase, muito bem concebida pelo saudoso colunista Pedro Maia em um de seus bons escritos, me conduziu a uma reflexão: por qual motivo a imprensa tem esse poder? O que há, no final das contas, em um jornal?

A resposta pode ser traduzida em uma única palavra: transparência. A propósito, li na revista “Science” os resultados de uma curiosa pesquisa: homens e animais agem de forma diferente quando sentem que estão sendo observados e chegam a tentar esconder seus defeitos. Segundo os pesquisadores constataram até os peixes fazem isso.

Curiosamente esta lição tão clara não tem sido observada em nosso serviço público, com imensos prejuízos para a população. Darei um pequeno exemplo: a esmagadora maioria da população mundial protesta – e com razão – contra a lentidão do sistema judicial. Reclama-se, por exemplo, que “a Justiça está com um dado processo há vários anos sem decidi-lo”. Pode ser. Mas quem é esta 'Justiça'? Apenas um ente imaterial criado pela falta de transparência, um 'saco de pancadas' perfeito que não tem voz ou rosto, atrás do qual esconde-se a ineficiência de alguns poucos.

Olhe ao redor e perceba quantos desses ‘culpados’ estão por aí, absorvendo as culpas pavorosas de alguns poucos.

Assim, que tal 'darmos nome aos bois'? Imagine-se a verdadeira revolução que seria a divulgação pela Internet, em tempo real, de quantos e quais procedimentos estão em cada setor do serviço público, há quanto tempo e para qual fim. Se houver algo parado há anos o culpado terá nome certo e determinado - como também terão nome aqueles tantos que, pelo mundo afora, conservam suas escrivadinhas sempre 'em dia'.

E vou além: os problemas da administração pública seriam identificados de forma muito mais clara e eficiente se houvesse tal transparência. Todos perceberiam imediatamente onde faltam recursos materiais e humanos ou quais medidas seriam necessárias para o bom funcionamento da instituição.

Calcule-se o quanto ganharia a população em termos de capacidade de fiscalização e acompanhamento do serviço público. Fazer isto é simples - a tecnologia existe e não é cara. E já a utilizam, com ganhos imensos, as maiores empresas privadas do planeta.

Precisa disso?



Há alguns anos li sobre o caso do caminhão carregado de caixas de cerveja que acidentou-se em uma das estradas que cortam o Espírito Santo. Chocou-me, na época, a descrição do saque que se seguiu ao acidente: motoristas que passavam pelo local estacionavam ao lado da carreta tombada e enchiam os bancos e porta-malas dos seus carros de garrafas e engradados de cerveja. Eis algo que nos coloca a pensar: não eram pobres miseráveis lutando por comida.

Este episódio me trouxe à memória um outro, ocorrido na rica Inglaterra. Um navio encalhou na praia. E eis que os moradores da região, detentores de um dos bons padrões de vida do planeta, saquearam a carga, carregando pacotes de fraldas, caixas de vinho e até mesmo 15 motocicletas! Ainda naquele país apurou-se que os furtos em lojas custam £ 2,1 bilhões a cada ano, já tendo causado a falência de várias empresas.

Curioso, isto: algumas pessoas educadas, que tiveram melhores chances na vida, e que deveriam dar o exemplo, são exatamente as que mais cometem crimes! A propósito, um estudo da Universidade da

Flórida (EUA) concluiu que 28% das pessoas que furtam cigarros pertencem à classe alta e 45% das que carregam roupas de lojas são da classe média. Somadas, as classes média e alta superam os furtos praticados pelos integrantes das camadas mais baixas da população!

Outros dados impressionantes: nos Estados Unidos um carrinho de supermercado é furtado a cada 90 segundos, 9,5 caixas de correio são furtadas a cada ano, 10 mil computadores portáteis são furtados em aeroportos a cada semana e, segundo divulgou a AXN Channel, “furtos em lojas respondem por quase metade dos crimes cometidos nos EUA”. Enquanto isso, em Londres, um restaurante perdeu 25 mil cinzeiros, furtados por clientes ao longo de 10 anos.

Confirmando as claras suspeitas que este quadro levanta, em 2002 uma ampla pesquisa realizada nos Estados Unidos constatou que os crimes praticados por ricos, tais como fraudes e sonegação fiscal, dão um prejuízo à sociedade 12 a 14 vezes maior do que os crimes de rua (roubos e furtos).

Pois é. Não faz muito tempo visitei um presídio. Lá só encontrei pobres. Que estranho! Ou nosso sistema legal está a negar-lhes benefícios legais ou a proporcionar aos ricos indevida impunidade - e não sei qual hipótese é pior.

Nossos preços



O Japão é um país pequeno e pobre, que não produz uma única gota de petróleo. O Brasil é um país imenso e riquíssimo, auto-suficiente em petróleo, e que já ambiciona até entrar para a OPEP. Os japoneses estão revoltados, segundo li no jornal 'Asahi', porque o litro da gasolina pura subiu para R\$ 2,73. Os brasileiros estão pagando, em silêncio, bem acima pela gasolina misturada com álcool que mais se aproxima do padrão da de lá.

O Japão não produz um único quilo de minério de ferro. O Brasil é um dos maiores exportadores de minério de ferro do mundo. É só olhar para os portos e ver nosso minério (uma riqueza não-renovável) sendo exportado dia e noite, sem parar. Com ele o Japão fabrica um automóvel e o vende por R\$ 41 mil. Este mesmo carro é vendido aqui por R\$ 94.500.

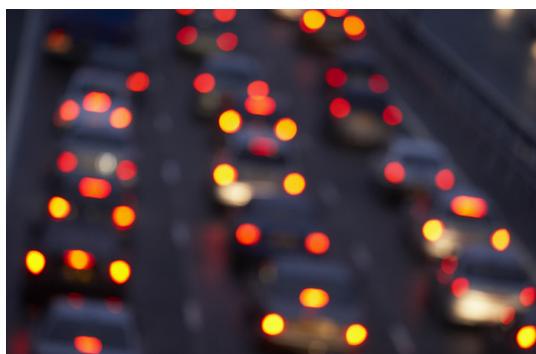
O Japão é atormentado por terremotos. Isto encarece as construções – sem contar que lá há escassez de cimento, ferro, etc. e que a mão-de-obra é caríssima. Li no jornal 'Japan Times' que o preço médio de um apartamento em Tóquio está em 5,2 vezes o salário anual médio de um trabalhador. O Brasil é imenso e livre da praga dos terremotos. Isto reduz o custo das construções – sem contar que nossa mão-de-obra é das mais baratas do mundo e que há matéria-prima à vontade. Aqui um apartamento com dois dormitórios em algum subúrbio de São Paulo equivale a 7,2 vezes o salário anual médio de um trabalhador.

Escolhi o Japão como parâmetro ao acaso. Poderia ter escolhido a Suíça (também um país miserável, sem riquezas naturais), a Coreia do Sul (outro lugar pobre, devastado por guerras) ou a Alemanha (até poucos anos destruída e ocupada por quatro países estrangeiros) e os números não se alterariam tanto.

Realmente não dá para entender. Todos os países que citei, pobres ou devastados por guerras e desastres, se desenvolveram maravilhosamente. Enquanto isso o Brasil, um país riquíssimo em tudo e que vive em paz, tem alguns dos preços mais altos do mundo e salários quase que humilhantes, tudo fruto de uma economia baseada praticamente no extrativismo, na exportação de recursos naturais no mais das vezes não-renováveis e esgotáveis.

Diante deste quadro fico a recordar Max Nunes, ao exclamar que "o Brasil precisa explorar com urgência a sua riqueza - porque a pobreza não agüenta mais ser explorada".

Tudo parado



Dia desses li que o tempo perdido pelos paulistanos nos engarrafamentos de trânsito gera um custo de R\$ 26,8 bilhões por ano. Chegou-se a este valor computando-se o que 3,7 milhões de pessoas deixaram de produzir por estarem retidas no trânsito. Há também o custo com combustível e desgaste a maior dos carros, que alcançou inacreditáveis R\$ 6,5 bilhões por ano. Em resumo: só a cidade de São Paulo perde R\$ 33,3 bilhões a cada ano apenas em função dos engarrafamentos. No Rio de Janeiro fizeram o mesmo cálculo. Chegou-se a um prejuízo de R\$ 12 bilhões por ano, o equivalente a incríveis 10% do PIB da cidade.

Este foi um estudo otimista. Há o pessimista, feito por um professor da Faculdade de Urbanismo da USP, segundo o qual São Paulo perde R\$ 52 bilhões a cada ano, o equivalente a 20% do PIB da cidade.

Deve ser registrado que não foram computadas, nestes cálculos, as despesas a maior que este quadro gera para os governos – guardas de trânsito e equipamentos, por exemplo. Também não foram incluídos na conta os pequenos acidentes que os engarrafamentos invariavelmente causam. Ou seja: mesmo o cálculo mais pessimista é profundamente otimista!

Estes estudos foram feitos sobre as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. E em escala nacional? Neste caso, com base em cálculos realizados no já algo distante ano de 2002, quando os engarrafamentos

eram bem menores, a conta chega a chocantes 6% do Produto Interno Bruto, um escândalo. Isto dá algo como R\$ 97 bilhões a cada ano.

Estes números chocam? Repito: eles são otimistas, por não incluírem custos com acidentes, negócios perdidos em função de atrasos, pessoas que morreram por falta de atendimento porque as ambulâncias se atrasaram no trânsito, doenças causadas pela poluição etc. – em uma expressão, a realidade é infinitamente mais grave. Custa mais do que dinheiro - custa vidas.

Diante deste quadro é surpreendente a facilidade com que se fecham ruas em nosso país, agravando ainda mais o problema! Ora são eventos e festas que bem poderiam acontecer em locais próprios, ora são trabalhos públicos realizados em horários, ritmos e formas totalmente inadequados à realidade.

Talvez fosse este o momento de recordarmos a grande lição de Roberto Campos: “o mundo será salvo muito mais pela eficiência do que pela caridade”.

Pão e circo



Não faz muito tempo encontrei no respeitado jornal japonês Yomiuri uma notícia extraordinária: o governo de lá admitiu, humildemente, que os recursos públicos destinados à construção de obras não devem ser desviados para a realização de “shows”, confecção de propagandas e distribuição de brindes! É mesmo notável: descobriu-se que o importante é entregar a obra e 'ponto final'.

Eis a notícia: “O Ministro dos Transportes e Obras admitiu em uma entrevista coletiva que cerca de 30% dos 9,6 bilhões de lenes do orçamento de relações públicas foram gastos em projetos que provaram ser inúteis ou irrelevantes para a construção de obras. Os projetos incluíram patrocínio de shows, concertos, festivais, CDs e panfletos”. Transcrevo as palavras de um dos responsáveis: “Nós não deveríamos gastar o dinheiro dos contribuintes em projetos cuja efetividade seja discutível”.

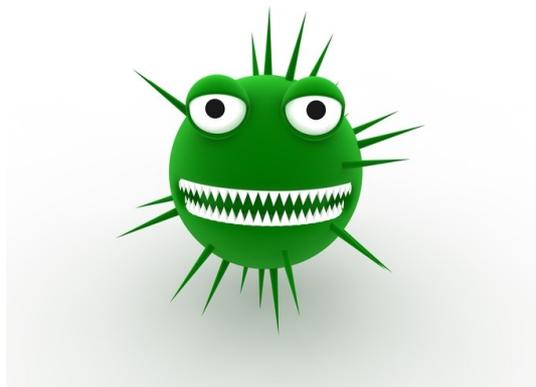
Este episódio, apesar de seus contornos lamentáveis, traz lições notáveis ao Brasil. Aqui, segundo dados de 2005, o total de investimentos apenas em propaganda dos governos federal, estaduais e municipais somou espantosos R\$ 907 milhões. Transcrevo parte de reportagem publicada pelo jornal Folha de São Paulo sobre o ano seguinte: “os gastos com propaganda estatal federal passaram de R\$ 1 bilhão. O valor divulgado não inclui gastos com publicidade legal (editais e balanços), custos de produção de comerciais nem patrocínios

concedidos por empresas estatais”. Li que em 2013 chegamos a R\$ 2,3 bilhões. Em 2019 a um orçamento de R\$ 941 milhões apenas para a comunicação social.

Agora reflita: o Japão é um país rico, dono de um parque industrial fabuloso que o coloca na posição de 3º Produto Interno Bruto do mundo. O Brasil luta para sair do subdesenvolvimento, em uma trajetória penosa que ainda inclui auxílio governamental para que milhões de seus filhos possam simplesmente comer. No Japão a verba de relações públicas anunciada na notícia foi de 9,6 bilhões de Ienes (algo em torno de R\$ 370 milhões). No Brasil, em 2005, apenas um grande banco estatal brasileiro gastou quase isso, e somente em propaganda (acentuo uma vez mais: sem contar patrocínios diversos que lá foram incluídos).

Diante deste quadro talvez fosse o caso de recordarmos Benjamim Franklin, quando dizia que “bem feito é melhor que bem dito”.

Os desinfetados



Você quer ir à França? Prepare-se para ser desinfetado. Se o seu destino for a Argentina ou o Chile aguarda-o igualmente uma boa dose de inseticida. Explico: em função de uma exigência sanitária todo avião que esteja partindo de aeroportos brasileiros rumo a estes países deve ser desinfetado com os passageiros dentro. Funciona assim: quando o avião tem suas portas fechadas, antes da decolagem, a tripulação abre algumas latas de inseticida e passa pelos corredores desinfetando a tudo e a todos.

As barreiras sanitárias não são ruins – longe de mim criticá-las! Somente me causa espécie a falta de reciprocidade. Sim, quem estiver a embarcar de Santiago, Buenos Aires ou Paris rumo a estas terras tupiniquins não será desinfetado! O fato é que talvez não estejamos sendo suficientemente cautelosos com a proteção de nossa riquíssima biodiversidade!

Vamos a um exemplo da importância de sermos cautelosos: a Bahia era exportadora de cacau até a chegada de uma praga conhecida como “vassoura de bruxa”. Hoje somos importadores – um prejuízo de bilhões para o Brasil. Falou-se até em sabotagem! Seja como for, este episódio demonstra a importância de sermos tão prudentes.

O cacau não é nossa única riqueza. Temos a pecuária, uma das melhores e mais saudáveis do planeta. Imaginemos o quanto

significaria a introdução, em nosso país, da conhecida “doença da vaca louca”. Somos também grandes exportadores de frangos. Calcule-se o quanto sofreríamos se a gripe aviária desembarcasse em nossas terras.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estão identificadas na Amazônia legal cerca de 650 espécies de vegetais farmacológicos de valor econômico. Calcula-se que o Brasil abriga 23% de todas as espécies do globo. Se considerarmos que 40% de todos os medicamentos produzidos têm seus princípios ativos retirados de plantas ou animais surgirá clara a importância de preservarmos esta riqueza certamente única no mundo.

Diante desta realidade com certeza cheiraria bem adotarmos todas as cautelas na área sanitária. Um bom início seria exigirmos a desinfecção das aeronaves que estejam se dirigindo ao nosso país. Afinal, como proclamou Ralph Cordell, “apesar de todos os avanços da Medicina, lavar as mãos continua sendo a melhor maneira de prevenir uma infecção”.

A imagem do país



Não faz muito tempo seis estudantes japoneses viajaram de férias para a Itália acompanhadas por dois instrutores. Em Florença, visitando a bela Catedral Santa Maria del Fiore, decidiram escrever seus nomes em um pedaço de parede.

Poucos meses depois um outro turista japonês, visitando a mesma catedral, notou os pequenos ideogramas japoneses. Decidiu fotografá-los. Voltando ao Japão enviou para o colégio daquelas seis estudantes as imagens do que reputou um ato de vandalismo. Tive a oportunidade de acompanhar, através da leitura diária dos jornais Japan Today e Asahi, o incrível desfecho deste episódio.

Dois dos maiores jornais e uma rede de televisão daquele país exigiram a imediata identificação dos vândalos. Três alunas foram imediatamente identificadas e receberam dois meses de suspensão como penalidade. A direção do Colégio pediu desculpas à administração da catedral e perguntou se poderia enviar as alunas a fim de que elas removessem seus nomes da parede – o que, polidamente, os italianos recusaram.

As três outras alunas, identificadas logo a seguir, se viram frente a uma pena de expulsão. Em seguida chegou-se ao professor que acompanhava o grupo, o qual foi imediatamente suspenso de suas atividades e acabou frente a uma pena de demissão.

Chamou-me a atenção neste episódio a posição clara e firme das autoridades, da imprensa e da população – repudiaram, sob o título de “vândalos”, aquelas alunas e o professor, recriminando-os por terem ofendido seus hóspedes e arranhado a imagem nacional no exterior.

O Japão não é um país perfeito. Tem lá suas graves falhas por corrigir. Mas não se pode negar que neste episódio deixou uma bela lição. E assim porque aqui no Ocidente é diferente - até com crimes. Viajantes são com freqüência identificados fazendo turismo sexual pelo mundo afora - Brasil incluído - e fica tudo por isso mesmo. Outros, após atropelarem e matarem pedestres, voltam às pressas para seus países - Brasil incluído - em busca de uma vergonhosa impunidade.

O fato é que deveriam os países, no mínimo, confiscar os passaportes daqueles que os desonram cometendo crimes no exterior e atraindo sobre seus compatriotas discriminações humilhantes. Afinal, como dizia Goethe, “o procedimento é um espelho em que cada um mostra a sua própria imagem”.

Trem das onze



Shanghai, China. Do aeroporto de Pudong parte um trem de última geração, conhecido como Maglev, rumo ao centro da cidade. Em dois minutos ele já está a 300 km/h, flutuando sobre os trilhos. Mais alguns instantes e ei-lo a 430 km/h, aproximando-se do centro de Shanghai. Não há barulho ou poluição – este incrível trem, alimentado por energia elétrica, flutua sobre o chão graças a um sistema magnético.

Tokyo, Japão. Na linha de Yamanashi o primeiro Maglev japonês é testado. Em poucos minutos alcança a incrível velocidade de 581 km/h. Mas fiquemos com os trens comuns. Voltemos ao dia 1º de abril de 1964, quando foi inaugurado o primeiro trem de alta velocidade japonês. O sucesso foi imediato, tendo sido alcançada a marca de 100 milhões de passageiros transportados em apenas 3 anos. Em 1976 o popular 'trem-bala' japonês transportava seu bilionésimo passageiro pelas ferrovias daquele país, que cruzava a 220 km/h. No ano de 2003 informou-se que o atraso médio das chegadas dos trens em relação à tabela de horários era de 6 segundos. Seis segundos! Este incrível sistema ferroviário já transportou, desde sua criação, mais de 6 bilhões de passageiros.

Seul, Coréia do Sul. No dia 31 de março de 2004 inaugura-se a Gyeongbu Line, ligando Seul a Busan através do KTX (Korean Train Express), que alcança a velocidade de 350 km/h. Este serviço está em plena expansão. No ano de 2006 o KTX transportou 36,49 milhões de passageiros.

Paris, França. O TGV, trem de alta velocidade francês, em operação normal atinge 320 km/h - mas já alcançou 574,8 km/h - cruzando praticamente todo o país.

Alemanha, 1991. Na estação de Kassel-Wilhelmshöhe inaugurava-se o sistema de trens InterCityExpress - ou ICE, como é mais conhecido. Atualmente estes trens cruzam toda a Alemanha a 300 km/h, reduzindo sensivelmente os níveis de ruído e poluição causados pelo uso de caminhões, carros e aviões.

Brasil, século XXI. Dos 29.798 km de ferrovias que temos 10 mil foram construídos pelo Imperador Dom Pedro II. 7.000 km de trilhos estão inativos. A velocidade média dos nossos trens é de 20 km/h. Quem ganha com esta vergonha?

Alheio a tudo isso lá está o Jeca Tatu na estação, cantarolando a música imortal de Adoniran Barbosa: “se eu perder este trem, que sai agora às onze horas, só amanhã de manhã”...

Mundo cão



Uma em cada seis crianças dos países mais ricos do mundo vive na pobreza. De acordo com o UNICEF a pobreza infantil nos países industrializados varia de 3% a 19% da população. As nações com as maiores taxas de pobreza infantil são a Inglaterra, a Itália e os EUA. Enquanto isso a humanidade gasta em guerras e armamentos o equivalente a US\$ 200 por pessoa a cada ano.

A ONU estima que 19% da humanidade sobrevivem com menos de US\$ 1 por dia. Paralelamente psicólogos da Universidade de Buffalo, nos EUA, conseguiram um orçamento de US\$ 4 milhões para estudar a relação entre o consumo de álcool e a vida profissional. Concluíram ser mais provável que alguém falte ao serviço quando está de 'ressaca'.

No Camboja o preço da carne de rato subiu 400% em função das taxas de inflação, que retiraram do povo mais humilde a possibilidade de adquirir alimentos outros. Na mesma época cientistas ingleses, contando com o apoio da Força Aérea, foram às Ilhas Malvinas verificar se é verdade que toda vez que um helicóptero passa os pinguins olham para o céu.

De acordo com a OMS mais de 900 crianças morrem por hora no mundo em consequência de doenças causadas pela falta de saneamento básico. Nos EUA revelou-se que o governo custeou para seus funcionários cirurgias plásticas, pastas de couro de luxo, vinhos caríssimos e até uma cabeça de veado empalhada.

No Reino Unido 44% dos doentes de câncer não têm dinheiro para comprar medicamentos. Na Alemanha 850.000 seres humanos estão desabrigados. Em Miami, nos EUA, os pobres já são quase 30% da população. Na Suíça estima-se que 10% da população vivem abaixo da linha de pobreza. Na Espanha, apenas em 2004 e em um único estado, o governo gastou € 165 mil em banquetes e vinhos, € 300 mil em propaganda e € 26 mil em ingressos para touradas.

A ONU concluiu que quase 20% da população mundial não têm acesso a água tratada e que a cada cinco segundos morre uma criança de fome. Na Rússia dada pesquisa de opinião pública apontou que alguns agentes públicos são mais perigosos que bandidos e terroristas – aliás, segundo a Agência Novosti, daquele país, eles arrancam da população a cada ano US\$ 316 bilhões só em propinas.

Mundo cão, este! Faz-nos lembrar Samuel Johnson, segundo quem “nada é pequeno demais para uma criatura tão pequena quanto o homem”.

Os animais



No distante Egito um burro foi acusado de furtar milho de uma plantação. O dito cujo foi submetido a julgamento perante um tribunal. O veredito do caso foi um espanto: ele foi condenado a cumprir uma pena de 24 horas de prisão e seu dono recebeu apenas uma pequena multa!

Também acabou na cadeia um galo argentino, acusado de ter danificado dada peça de cerâmica de uma senhora. O dono do galo argumentou que a vítima o denunciou (o galo, não ele) por ser sua inimiga declarada (dele, não do galo), mas não adiantou – o galináceo foi mesmo para o xilindró.

Igualmente desafortunado foi um burro mexicano, morador da cidade de Chiapas, que teve a infeliz idéia de dar um coice em alguém. Acabou preso em uma cela destinada a acolher desordeiros e bêbados. Entrevistado, o Delegado de Polícia da cidade declarou aos jornais que “lá quem comete algum crime vai para a cadeia, não importando quem seja”. É verdade: alguns meses antes havia ido para a mesma cela um bovino, acusado de furtar milho de um feirante.

Ainda no México registrou-se o caso de um pobre cachorro condenado a 12 dias de prisão por ter mordido alguém. Segundo consta o impetuoso canídeo não mordeu nenhum de seus companheiros de

cela enquanto cumpria a pena, tendo tido comportamento exemplar.

Mas o pior caso vem da Nigéria: uma cabra foi presa acusada de ter roubado um carro usando uma pistola - um 'roubo a pata armada'. Segundo os policiais a cabra seria um assaltante disfarçado através de bruxaria.

O fato é que a bicharada está mesmo na mira da lei: nos EUA um Senador do Alaska apresentou um Projeto de Lei proibindo que cachorros civis imitassem cachorros policiais. O rigor era tamanho que os cachorros que não fossem policiais estariam proibidos até mesmo de morder bandidos.

Em Baltimore os leões foram proibidos - também por lei - de ir ao cinema (não se esclareceu como fica a situação do popular 'Leão da Metro', que aparece nos filmes). Pior foi em Quitman, na Georgia, cidade na qual galinhas foram proibidas de atravessar estradas.

E é assim, diante de galos, asnos e cabras dividindo celas com seres humanos e vendo simples penas proibidas até de atravessar estradas que fico a recordar Descartes, segundo quem “a razão e o juízo são as únicas coisas que nos fazem humanos e nos distinguem dos animais”.

As pesquisas



Chocolate faz bem para a saúde - assim informou a Associação Americana para o Avanço da Ciência. Logo, coma chocolate - mas não o engula pois o mesmo faz mal para a saúde, conforme advertiram pesquisadores da Universidade do Arizona.

Esta dúvida causou-lhe "stress"? Péssimo, pois segundo o Hospital Universitário de Zurique o "stress" faz mal para a saúde apesar de ser benéfico à mesma, conforme atestou a "Heart and Stroke Foundation", do Canadá.

Continua preocupado? Relaxe e adquira um animal de estimação - conforme anunciou o "Melbourne Institute of Applied Economic and Social Research" eles fazem muito bem para a saúde apesar de prejudicá-la, segundo a Universidade do Sul da Califórnia. Ou seja: compre um cachorrinho e mantenha-o dentro de sua casa, porém não tendo cachorro nenhum.

Viva a vida! Saboreie um gostoso café que, conforme ensina a Associação Médica Americana, só traz vantagens para seu corpo

apesar de ser péssimo para a saúde, de acordo com pesquisadores da Universidade Agrícola de Wageningen. Talvez a solução seja beber café sem ingeri-lo.

Este texto está lhe trazendo dúvidas? Discuta-as com seu cônjuge (inclusive, casar é ótimo para a saúde, nos termos de pesquisa da Universidade de Chicago) ou companheiro (fez bem em não se casar pois o matrimônio prejudica a saúde - vide pesquisa publicada no "Journal of Personality and Social Psychology"). Ou reflita sozinho – aliás, parabéns por estar sozinho, eis que estudo da Escola de Saúde Pública de Harvard comprovou que a solidão é espetacular para a saúde apesar de lhe ser maléfica, conforme advertiu a Federação Mundial do Coração.

Se as dúvidas persistirem reze! Segundo noticiou pesquisa da Universidade de Kentucky rezar ajuda a proteger a saúde apesar de causar doenças e reduzir a expectativa de vida, conforme constatou o Instituto Nacional de Pesquisas em Saúde, dos EUA.

Vá refrescar sua cabeça dando uma volta por aí – aliás, segundo estudo da Universidade de Harvard as caminhadas são ótimas para a saúde apesar de não garantirem benefício algum para ela, nos termos do que descobriram cientistas canadenses da Universidade de Alberta.

É assim que vemos o quão sábio foi Hipócrates ao exclamar que “as forças naturais que se encontram dentro de nós são as que verdadeiramente curam nossas doenças”.

Deu errado



Todos temos testemunhado um clamor crescente da população pela adoção de medidas mais duras contra a criminalidade. Por conta disso nunca se prendeu tanto. Entre 1995 e 2005 a população brasileira aumentou 19,6% - já a população carcerária subiu incríveis 142,9%, ou 7,2 vezes mais. No mesmo período a população norte-americana aumentou 12% e o número de presos 103,4%. No Japão o número de habitantes subiu apenas 2,1% - já a quantidade de presos aumentou 63,8%, ou 30 vezes mais.

A pergunta que modestamente faço é a seguinte: resolveu? Não.

Os custos desta política são astronômicos: nos EUA projeta-se para os próximos quatro anos um gasto de US\$ 27,5 bilhões apenas com a construção e manutenção de prisões. A despesa está tão alta que diversos estados estão reduzindo de 2.800 para 2.500 a quantidade de calorias da comida servida aos presos. No Kentucky a solução foi soltar centenas de condenados por assalto, sequestro, tráfico de tóxicos etc. Ou seja: o sistema está falido.

A Inglaterra experimenta o fracasso da mesma política: em suas prisões lotadas registram-se 600 incidentes sérios a cada semana. Há presos dormindo em banheiros. Na França a taxa média de ocupação

dos presídios é de 124% - mas chega a 200%. Li que “as prisões francesas estão à beira de uma explosão”. Em um único ano 105 presos se suicidaram e já se planeja a soltura antecipada de 10 mil condenados.

Na Suíça denunciou-se o caso da violenta prisão de Genebra, que, com 270 vagas, abrigava 450 detentos. Na Venezuela 398 presos morreram assassinados em um único ano. Na Bulgária 3.300 criminosos foram libertados por falta de espaço. No Zimbábwe 24.600 presos ocupam 16.600 vagas. Na Rússia 878.000 criminosos são mantidos em prisões superlotadas. No Canadá um traficante teve a pena comutada em função das péssimas condições do presídio. Na China 1,55 milhão de pessoas se acotovelam em prisões superlotadas. Quanto ao Brasil creio ser dispensável mencionar algo.

A verdade é que a idéia das prisões modernas, nascida na Inglaterra há uns 200 anos, não deu certo. Há que se partir para algo novo. Talvez seja o momento de estudarmos mais o criminoso e o conceito de segregação, criando novos tipos de punição, tratamento e prevenção que aliviem e preservem a sociedade ao invés de sobrecarregá-la ainda mais.

Avião que muda



Um dos aviões mais populares do mundo é o Boeing 737, capaz de carregar entre 124 e 215 passageiros dependendo da versão. Pois bem: faça um exercício de imaginação e pense em um avião destes ocupado exclusivamente por crianças – imagine 200 delas viajando nele rumo à Disney. Agora tente conceber um horrível acidente que cause a morte de todas estas crianças. Seria um escândalo, uma comoção nacional.

Em seguida tente imaginar um acidente desses a cada mês! Sim, é isso mesmo: a cada mês um Boeing lotado de crianças se espatifando no chão e causando a morte de todas elas. Seria um escândalo mundial! Investigações seriam abertas, passeatas pediriam a punição dos culpados e toda a população manifestaria sua revolta diante deste descaso para com a vida humana.

Pois é. No Brasil estimou-se que diariamente morrem 7 crianças menores de 5 anos devido a doenças decorrentes da falta de saneamento básico – são 210 crianças por mês só nesta faixa de idade, ou mais do que um Boeing lotado. E isto não causa impacto algum! Caiu na rotina! Que diferença faz um avião!

Realmente não dá para entender: se estas crianças estivessem morrendo dentro de modernas aeronaves seria um escândalo de gravíssimas proporções. Mas como estão morrendo de doenças como cólera, disenteria, hepatite e gastroenterite tudo passou a ser ‘um

simples problema social decorrente do processo de desenvolvimento' e pronto!

Enquanto isso, há não muito tempo divulgou-se que 53% dos brasileiros não têm acesso a saneamento básico. Concluiu-se - e eis aí o aspecto mais grave - que a ser mantido o ritmo histórico de investimentos nesta área a rede de esgoto só chegará para a totalidade da população no ano de 2122, quando o Brasil estiver celebrando seus 300 anos de independência!

O problema é mundial. Segundo a ONU falta saneamento básico para 2,6 bilhões de pessoas, ou 41% da população mundial. Isto causa a morte de 42 mil pessoas por semana, e de uma criança a cada 20 segundos. Este problema poderia ser solucionado em 20 anos, com investimentos anuais de 10 bilhões de dólares - o equivalente a 1% dos investimentos militares feitos anualmente no mundo. Assim, talvez seja a hora de recordarmos as palavras de James Reston, segundo quem "todas as decisões políticas baseiam-se na indiferença da maioria".

Os linchamentos



Não faz muito tempo recordava uma entrevista feita com o sociólogo José de Souza Martins, da USP, que pesquisou cerca de 20 mil casos de linchamento no Brasil. Naquela oportunidade ele declarou que “ocorrem, em média, quatro linchamentos por semana. E pode-se dizer que pelo menos 500 mil pessoas já participaram de linchamentos no País nos últimos 50 anos”.

Seria isso coisa do interior distante? Perguntado sobre as regiões nas quais os linchamentos são mais freqüentes o pesquisador foi seco e firme: “Na cidade de São Paulo, seguida por Salvador e pelo Rio de Janeiro. Aqui no Brasil o linchamento é urbano, ocorre normalmente nas periferias das grandes cidades”.

O repórter perguntou em seguida se a pesquisa detectou alguma condenação por linchamento. Eis a chocante resposta: “Que eu tenha conhecimento apenas um, em Santa Catarina. A vítima sobreviveu ao ataque por algumas semanas e reconheceu 23 pessoas. Apenas um foi condenado, o mais pobre”.

Qual seria o motivo de tamanha impunidade? A resposta: “Como o linchamento é um crime autodefensivo as elites não vão considerar criminoso aquele que o pratica. Pesquisas indicam que 50% da população brasileira são favoráveis ao linchamento. Não somos um povo cordial, somos muito violentos”.

Você sabe qual a origem do termo “linchamento”? Existem duas versões. Segundo uma delas ele teria vindo de um lugar conhecido como Lynch Creek, nos EUA, onde, durante os idos de 1768, eram julgados e executados sumariamente os suspeitos. A outra versão, mais aceita, atribui a origem do termo a um juiz norte-americano de nome Charles Lynch, o qual, nos idos de 1780, teria se notabilizado por realizar julgamentos sumários em tribunais informais. Deve ser registrado que estes “julgamentos de Lynch” foram tão aceitos pela população que uma Assembléia Geral do Estado de Virginia, realizada em 1782, os legalizou inclusive retroativamente!

Ouso dizer que nem em seus momentos de maior delírio o juiz Lynch imaginou que encontraria tantos adeptos e seguidores em um país como o Brasil, que tanto canta a virtude e a tolerância.

Pois é: talvez já tenha passado da hora de a nossa sociedade discutir, sem paixão e sem hipocrisia, os fundamentos de um país que dá exagerados direitos de defesa a alguns réus para depois matá-los pelas ruas.

Os dois lados



Não faz muito tempo li que Takemasa Moriya, aos 64 anos de idade, foi condenado a amargar dois anos e meio em uma das prisões japonesas. O crime dele: aceitar propina e mentir perante o Parlamento. Moriya foi Vice-Ministro da Defesa do Japão. Quando no exercício do cargo aceitou de Motonobu Miyazaki, um executivo da empresa Yamada, que tinha contratos com o Ministério da Defesa, três viagens para jogar golfe. Estes três passeios, incluindo passagens e estadia, custaram em torno de R\$ 77 mil. Ele ganhou ainda 108 convites para jogar golfe em um clube, válidos por um dia.

Moriya não ganhou apenas convites para jogar golfe. A empresa Yamada custeou-lhe os equipamentos, gastando outros R\$ 70 mil. Este foi o seu primeiro crime. O segundo foi ter mentido perante o Congresso quando das apurações, sustentando nada ter recebido da empresa.

Moriya não foi o único condenado. Por tê-lo subornado Motonobu

Miyazaki, de 70 anos, vai cumprir dois anos de prisão. O presidente da empresa Yamada não ficou de fora: foi condenado a 18 meses no cárcere.

Sob o rótulo de "desonrado", Moriya foi afastado da vida pública.

Poucos meses depois destes graves acontecimentos o parlamentar Hisayasu Nagata acusou o filho do Secretário-Geral do Partido do Governo, Tsutomu Takebe, de receber ilegalmente de uma dada empresa cerca de R\$ 540.000,00.

Esta grave acusação, endossada por seu Partido, o DPJ, foi objeto de rigorosa apuração e constatada manifestamente infundada. A imprensa passou a qualificá-la como um "fiasco".

O acusador, o parlamentar federal Hisayasu Nagata, sob pressão da imprensa e da opinião pública, renunciou ao mandato – considerou-se que tinha sido irresponsável para com a honra alheia em sua função de opositorista.

No mesmo dia em que o parlamentar Nagata renunciou ao mandato toda a cúpula de seu partido político, o DPJ, igualmente renunciou aos seus cargos de direção – desde o presidente até o secretário-geral. A opinião pública considerou inadmissível o fato de um partido de oposição endossar denúncias sem checar a procedência das mesmas.

O Japão, evidentemente, não é um país perfeito – tem lá suas graves falhas por corrigir. Mas eis aí dois bons exemplos de combate à impunidade e igualmente de respeito à honra e à imagem daqueles que exercem função pública.

Os loucos



Há alguns dias ouvi por aí, uma vez mais, a já velha arenga acerca da 'pena de morte'. Como sempre acontece foram mencionados os EUA, que ainda a admitem.

Assim, comecemos por lá. Segundo consta, 72% dos 18 executados naquele país nos idos de 2022 tinham sérios problemas de saúde mental - eram débeis mentais, em bom português. Em 2021 foram 11 os executados - dos quais cinco igualmente doentes mentais.

Teriam sido dois anos ruins? Não. Dois professores norte-americanos investigaram todas as execuções levadas a termo entre 1976 e 2003. Descobriram que nada menos que 88% dos executados apresentavam claros sintomas de debilidade mental.

Vamos a uma outra faceta da questão: nos EUA o número de doentes mentais presos é três vezes maior que o daqueles sob tratamento em clínicas ou hospitais. Do outro lado do Oceano Atlântico, no Reino Unido, o governo dispõe de 16 mil vagas para tratamento de portadores de doenças mentais - enquanto mantém 21 mil deles atrás das grades.

O caso do Reino Unido chama a atenção: lá, apenas entre 2010 e 2013, 662 pessoas com visíveis sintomas de doenças mentais morreram confinadas em prisões. A propósito, um levantamento demonstrou que apenas nas prisões escocesas quatro a cada cinco

mulheres apresentavam um histórico de lesões no cérebro. Ainda naquele país constatou-se que a cada semana três crianças com doenças mentais graves são trancadas em celas destinadas a criminosos.

Na Rússia estimou-se em 400.000 o número de presos que padecem de doenças mentais. Na França demonstrou-se que 55% da população carcerária sofrem de pelo menos uma doença mental.

No Japão 1.300 idosos cumprindo pena apresentam sérios sinais de demência. Na Austrália 31% da população carcerária apresentam sérios sintomas de debilidade mental - e 50% resquícios de danos cerebrais.

Para completar, recente estudo demonstrou que pela Europa afora um terço dos reclusos sofre de transtornos mentais facilmente diagnosticáveis.

Fico a recordar uma emblemática decisão judicial vinda dos EUA: os agentes penitenciários do Estado de Arkansas podem forçar um prisioneiro condenado à morte a tomar medicamentos contra sua doença mental até que ele fique são o suficiente para compreender que será morto.

E é assim, contemplando toda essa loucura, que me pergunto: quem é louco, afinal?

Nosso destino



“Reforcem a segurança pois há brasileiros circulando no Shopping”. Li que esta advertência foi trombeteada no sistema de alto-falantes do Shopping Bell’s, em Las Vegas (EUA).

Para que possam ouvir tais agressões brasileiros precisam antes obter um visto, após longa fila e entrevista por vezes nada cordial. Conseguido este aguarda-os uma recepção não raramente brutal nos aeroportos norte-americanos. Aliás, é possível que sequer consigam sair dele.

Há poucos anos, por exemplo, noticiou-se o depoimento de um engenheiro eletrônico baiano de 42 anos de idade, 20 de formado e com todos os documentos em ordem: “sou jogado numa sala imunda, fedorenta, sem ventilação e já apinhada de gente. Gente cansada, faminta, doente, gente vomitando. Enojado, testemunho os oficiais americanos disputarem o privilégio de revistar as mulheres e adolescentes mais bonitas, sem a menor preocupação de esconder a

sua luxúria dos seus respectivos pais, maridos ou irmãos. Chutes, empurrões, gritos, ameaças, brutamontes fortemente armados despejam incessantemente sua prepotência, preconceito e arrogância no constante fluxo de turistas despejados na nossa pequena cela, cada vez mais cheia e com mau cheiro insuportável”.

Pode-se dizer que este foi um episódio isolado. Vá lá que seja. Mas fico a pensar no que aconteceria se isso estivesse ocorrendo em algum luxuoso aeroporto brasileiro – daqueles confundidos com banheiro por dois turistas alemães que decidiram trocar de roupa lá no saguão mesmo.

No Reino Unido, segundo li, de cada 100 brasileiros que desembarcam no aeroporto de Londres três são deportados. Na Espanha chegou-se ao espantoso número de dez por dia.

A propósito, transcrevo trecho de reportagem publicada por um jornal de lá, o “El Mundo”: “Entre o grupo de detidos se encontravam cinco crianças, uma das quais de apenas dois anos, que não contou durante os dias de detenção com produtos de higiene e nutrição necessários. As mães não tiveram talco, nem roupa limpa, nem nada, porque levaram tudo”.

Enquanto isso, em nosso país acolhemos de braços abertos milhares de empresas européias e norte-americanas. Pois é. Talvez, enquanto o destino do turista brasileiro for a ingratidão, a discriminação e a humilhação devessem ser buscados outros destinos – inclusive para o nosso país.

Um forte



Você sabe o que é benzeno? Segundo uma enciclopédia que consultei trata-se de um líquido tóxico cujos vapores, se inalados, causam tontura, dores de cabeça e até mesmo inconsciência. A longo prazo seus vapores causam sérios problemas sanguíneos, tal como a leucopenia.

O benzeno é uma substância utilizada como solvente de iodo, enxofre, graxas etc., sendo ainda matéria-prima na produção de compostos como plásticos, gasolina, borracha sintética e tintas. Trata-se, finalmente, de uma substância comprovadamente carcinogênica.

Você sabe o que é uma substância carcinogênica? Segundo um dicionário de termos médicos que consultei “trata-se de uma substância com potencial cancerígeno, isto é, que tem como propriedade o potencial de desenvolvimento de câncer, como a nicotina, o benzeno e as radiações”.

Não faz muito tempo li uma séria e muito bem produzida reportagem

sobre a presença do benzeno em alguns refrigerantes. Sim, em alguns daqueles refrigerantes que consumimos todos os dias. Foram comprovadas nestes quantidades de benzeno até quatro vezes superior ao limite máximo permitido pela lei.

Cito um pequeno trecho da longa reportagem: “Uma análise desenvolvida pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor Pro Test, e publicada pela Folha de São Paulo, descobriu em sete das 24 marcas de refrigerantes investigadas substância cancerígena, o benzeno. Os outros 17 rótulos apresentam compostos que causam osteoporose, alergia, diabetes e hipertensão”.

Em alguns outros países isto daria margem a um escândalo de graves proporções, a exames complementares imediatos com resultados amplamente divulgados e ao eventual recolhimento dos produtos que podem induzir câncer das gôndolas dos supermercados, dos bares e dos restaurantes. Seguir-se-ia uma apuração rigorosa e, constatada a falta, a responsabilização impiedosa dos eventuais culpados. Afinal, o cenário é gravíssimo: trata-se de bebida servida a toda a população, inclusive às nossas crianças.

Porém, até onde sei, continuaram os refrigerantes objeto de tão detalhada denúncia, baseada em exames de laboratório, absolutamente impávidos e à venda em qualquer esquina. Aqui, na dúvida, que continuem as vendas!

Diante de tal quadro fico a pensar, parodiando Euclides da Cunha, que o brasileiro tem mesmo que ser um forte!

A cachorrada



Hachi era um cachorro feliz que residia com seu dono a uns dez minutos da estação de trens de Shibuya, em Tóquio (Japão). Todas as noites ia para lá esperá-lo, a fim de que voltassem juntos para casa.

Eis que um certo dia o dono de Hachi morreu subitamente, vítima de infarto. Naquela noite Hachi o aguardou na estação até que os portões fossem fechados. Na noite do dia seguinte também. E em todas as noites que se seguiram.

Quando a espera do pobre Hachi já durava 8 anos finalmente seu valor foi reconhecido através de uma estátua erguida exatamente naquele cantinho no qual ele aguardava todas as noites, em vão, a volta do seu dono. Dois anos depois Hachi morreu - aí acrescentaram ao seu nome o sufixo “kou”, significando “o grande Hachi”.

“Nome” é como se chama uma cidade do Alaska (EUA). Em 1925 uma epidemia de difteria eclodiu por lá. Os medicamentos disponíveis eram insuficientes para salvar a vida dos moradores e o rigor do inverno não permitia qualquer comunicação com o resto do país.

Eis que entraram em cena alguns cachorros. O que se viu em seguida foi emocionante: após arrastarem trenós por cerca de mil

quilômetros em apenas 5 dias, sob um frio de 40 graus negativos, conseguiram trazer os medicamentos da cidade de Anchorage! Há uma estátua em homenagem a eles, representados por Balto, o cachorro-líder. Lê-se no pedestal: “resistência, fidelidade e inteligência”.

No ano de 1800, na Suíça, nasceu um cachorro chamado Barry. Ele foi treinado para localizar pessoas soterradas na neve. Pois bem: quase sempre por conta própria ele saía pelos vales durante as mais violentas nevascas em busca de pessoas acidentadas. Salvou precisamente 40 delas!

Em 2004, na cidade de Richland (EUA), uma cadela chamada “Faith” viu quando sua dona caiu e ficou desmaiada no chão. Imediatamente ela foi até o telefone e discou “911” (o “190” de lá). Quando a ligação foi atendida ficou latindo sem parar ao lado do fone.

A operadora, percebendo que havia um problema, enviou para o endereço vinculado àquele telefone médicos e policiais. Quando Faith percebeu que a ligação havia sido encerrada correu para a porta da frente, destrancou-a, abriu-a e ficou ali esperando o socorro. Quanto este chegou latiu e guiou todos até sua dona.

O mais incrível: o médico cuidava de uma ferida aparente mas não percebera uma outra que estava se formando em outra região do corpo da vítima, com forte potencial hemorrágico. Faith, então, encostando o focinho naquele outro ponto e latindo, indicou esta nova ferida antes da hemorragia. Os médicos declararam que Faith salvou, sob todo e qualquer aspecto, a vida de sua dona.

Diante de exemplos tão pungentes fico a pensar se temos tido compaixão para com os animais.

A propósito, como dizia Camuti, “jamais creia que os animais sofrem menos do que os humanos – a dor é a mesma, e talvez pior, pois eles não podem ajudar a si próprios”. Daí a conclusão de Gandhi: “a grandeza de uma nação pode ser julgada pelo modo como seus animais são tratados”.

Guantánamo



Dia desses tive a oportunidade de ler uma interessante entrevista da escritora Mahvish Khan, publicada na revista Superinteressante. Trata-se de uma norte-americana que funcionou como intérprete na famosa prisão de Guantánamo, mantida pelos EUA em uma área de Cuba.

Eis o chocante resumo de seu testemunho sobre as condições em que encarcerados os presos naquele estabelecimento: “A maioria fica presa sozinha em celas de concreto de 2,10 m x 2,40 m – o tamanho de um colchão King-Size. Ali ficam a cama, o banheiro e a pia. Eles comem e rezam sozinhos. Muitos não veem a luz do Sol durante meses, porque só podem sair uma hora ou menos por dia, no meio da noite. Vários são submetidos a buscas nas cavidades do corpo na frente dos outros. Também são confinados sob frio ou calor extremos”.

Enquanto isso já li em um jornal brasileiro a seguinte notícia: “A Justiça manda soltar um rapaz de 120 quilos. Agentes penitenciários tremem. Como a porta da cadeia está selada a solda desde a rebelião, eles já sabem que o único jeito de tirá-lo de lá é pelo teto, içando-o por mais de quatro metros até uma grade. A “pescaria” quase acaba em tragédia, quando os quatro agentes encarregados da missão, sem agüentar o peso, soltam o “peixe”, que se estatela no chão. Até ontem, quatro presos conseguiram sair içados. A alimentação é jogada por

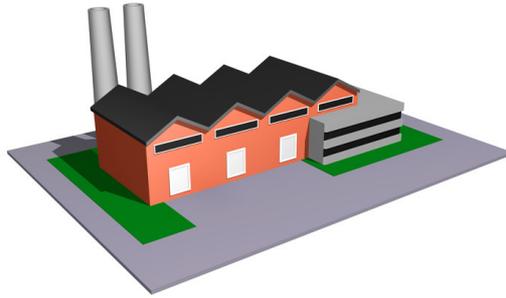
cima, todos os dias, às 11 e às 17 horas, pela mesma grade por onde saiu o preso gordinho. Banheiros há 13, ou 123 aparelhos excretadores para cada privada. A saída é defecar em sacos plásticos (várias vezes em um mesmo saco), que são empilhados em um canto do local. Não há luz”.

E narrou ainda o repórter: “Muitos presos estão doentes. Mantidos seminus, dispõem apenas de cobertas finas e são obrigados a dormir uns encostados nos outros. Foi o jeito que deram para contornar o inverno que faz os termômetros da região baixarem para a casa dos 10 graus centígrados”.

Pouco tempo depois a imprensa noticiava o caso de uma Delegacia brasileira cuja cela, de dois metros quadrados, estava sendo utilizada para armazenar (sim, armazenar – há outro termo possível diante de uma situação dessas?) nada menos que 39 seres humanos. Uma outra, com vagas suficientes para 36 pessoas, armazenava inacreditáveis 254 detentos.

Guantánamo... onde fica mesmo esse lugar?

Foi embora



José é um brasileiro típico. Seu dia começa quando um despertador produzido por uma empresa japonesa o acorda. Ele levanta-se e vai escovar os dentes com uma escova e uma pasta fabricadas sob licença de uma companhia norte-americana. Para lavar o rosto usa um sabonete produzido sob autorização de uma empresa inglesa. O creme de barba é importado.

Para o desjejum lá está José saboreando o leite de vacas brasileiras vendido por uma empresa italiana. Ele gosta de adicionar um chocolate em pó produzido a partir de cacau brasileiro vendido por uma empresa suíça. Seu iogurte favorito é feito com frutas brasileiras, porém comercializado por uma empresa francesa.

É hora de ir para o trabalho. E lá vai ele em um ônibus fabricado por uma empresa alemã, que utiliza pneus feitos com borracha brasileira porém vendidos por uma companhia francesa. O combustível do ônibus - brasileiro - foi vendido por uma distribuidora de bandeira norte-americana.

José chega ao trabalho. Pressiona um interruptor produzido por uma empresa alemã e liga uma lâmpada importada. A calculadora de bolso que ele usa veio do Japão (sim, o Brasil ainda não produz nem chips de calculadoras). A caneta esferográfica chegou à sua mesa pelas mãos de uma fabricante norte-americana e o lápis através de uma companhia alemã.

É hora do almoço. José dirige-se a um “Shopping Center” próximo, onde se deliciará com alguma “fast food” produzida quase sempre sob licença de companhias estrangeiras. Para acompanhar a refeição beberá água mineral extraída de alguma nascente brasileira mas vendida por uma empresa francesa. Na sobremesa saboreará um gostoso chocolate produzido com cacau brasileiro que uma empresa norte-americana vende.

Eis que o celular produzido por uma empresa coreana toca e José é chamado a voltar ao escritório. No caminho ele ainda para no banco para pagar a conta de telefone a uma empresa italiana.

Chega ao fim o dia de trabalho. No caminho de casa José para em um bar para um “happy hour” com amigos. Lá pelas tantas olha seu relógio de pulso japonês e vê que é hora de ir embora. Ao chegar em casa esquentará o jantar em um fogão fabricado por uma empresa alemã e em seguida, diante de uma televisão japonesa, conversará com sua família sobre um sério problema nacional: o escandaloso divórcio de alguma famosa atriz norte-americana.

Não sou adepto do isolamento, e muito pelo contrário. Não ignoro que os países ditos industrializados abriram suas economias e em alguns setores houve a penetração de empresas estrangeiras. Isso é normal. Mas desconheço, dentre eles, situação que sequer chegue perto do nível de desnacionalização a que se submeteu o Brasil.

Não faz muito tempo uma grande empresa privada francesa estava para ser adquirida por norte-americanos. Eis que o Estado da França, de forma oficial, anunciou ser aquela companhia “uma jóia nacional”, cuja venda deveria ser impedida de todas as formas possíveis. E eis que a empresa continuou francesa. Que tal meditarmos sobre isso?

O que pensar



Dizem alguns que a finalidade do Estado é servir o povo, administrando serviços como saúde, segurança pública etc. Outros, por sua vez, sustentam que o Estado, uma vez criado, passa a ter vida e interesses próprios, muitas vezes até contrários aos do povo. Quem terá razão?

Há não muito tempo uma senhora de 81 anos de idade morreu na Espanha, vítima de infarto, após aguardar 232 dias por uma consulta no serviço público de saúde. No Japão um senhor de 69 anos de idade sofreu um acidente de bicicleta e morreu após ter sido recusado em - acredite - 14 hospitais!

Estes dois episódios, realçados sob o pano de fundo das milhões de pessoas abandonadas pelos tristes corredores de alguns hospitais públicos pelo mundo afora, nos colocam a pensar no real empenho do Estado em proporcionar assistência médica digna ao povo.

A saída, por incrível que pareça, tem sido a caridade. Exemplifico com o caso da África, continente no qual a malária mata cerca de um milhão de seres humanos a cada ano, a maioria crianças. Estudos voluntários detectaram que apenas 2% delas dormiam protegidas por mosquiteiros adequados.

Seria de se esperar que diante destes dados os Estados - aqueles mesmos de tantos gastos supérfluos - fornecessem os mosquiteiros, tão

simples quanto baratos. Mas que nada! Somente às custas de doações, a maioria delas conseguida pela ONU, foi possível passar de 2% para 20% o número de crianças protegidas por mosquiteiros - e isso ao longo de seis anos. O resultado: 125 mil delas deixaram de morrer a cada ano.

É assim que, segundo a Organização Mundial de Saúde, inacreditáveis 40% dos tratamentos de saúde no mundo são proporcionados por organizações religiosas! Eis aí um número vergonhoso para os Estados, que, para piorar, no mais das vezes não ajudam e ainda atrapalham o trabalho voluntário de tantos abnegados.

Nesta seara não nos esqueçamos dos desvios: em 2006 a Transparência Internacional divulgou um estudo comprovando que a corrupção no setor de saúde em escala mundial chega a impressionantes 15% dos US\$ 3 trilhões correspondentes aos gastos totais.

Diante desta realidade só resta àqueles semelhantes nossos abandonados em um mundo de dor e tormento lembrar a famosa frase de Lothar Schmidt: "O que nos dá a Administração? A Administração nos dá o que pensar".

A loucura



Aconteceu lá na China: uma mulher, suspeitando que seu marido a traía, passou para ele uma cápsula de veneno de rato durante um longo e aparentemente apaixonado beijo - um verdadeiro "beijo da morte".

Naquele mesmo país uma outra mulher constatou, ao ir dormir, que seu marido não havia lavado os pés antes de ir para a cama. Enfurecida e com medo de ser contaminada por alguma doença adotou uma solução simples: matou-o ateando fogo nos lençóis.

Já uma senhora norte-americana foi menos feroz, porém mais irritante: ela chegou a ser presa por se encharcar de perfume, encher a casa de remédio para inseto e desinfetante e ainda queimar velas aromáticas - tudo para infernizar o marido, que padece de séria alergia a produtos químicos!

Vem também dos Estados Unidos o caso da velhinha que deu uma violenta surra no marido, quebrando-lhe até algumas costelas, por conta de uma "pulada de cerca" cometida espantosos 35 anos antes - imagine-se a pavorosa cena de uma senhora de 78 anos espancando o marido de 84!

Enquanto isso, do outro lado do Oceano Atlântico, um inglês colocou a esposa à venda. Eis o anúncio, publicado no jornal "Trade-It": "Esposa reclamona. Sem taxas, sem inspeção. Manutenção muito elevada". O curioso - e chocante - é que ele recebeu uma dez ligações de pessoas

interessadas em comprá-la! A quem pensar que vender a esposa é o máximo do absurdo segue o caso do alemão que a alugava para um vizinho a troco de cerveja - para ser mais exato, um engradado por dia!

Há também um magistrado da Arábia Saudita a defender a tese de que maridos tem o direito de "dar uns tabefes" nas esposas que gastam demais. Transcrevo suas palavras: "Se uma pessoa dá \$ 320 à sua esposa e ela gasta \$ 240 comprando supérfluos em alguma loja, e se ele dá uns tabefes na cara dela, ela mereceu a punição".

Seria este tipo de atitude algo dissociado da tão orgulhosa cultura ocidental? Quem dera! Inglaterra, um passo à frente: segundo uma recente pesquisa de opinião pública realizada naquele país uma em cada sete pessoas acredita ser aceitável que um homem bata na namorada se ela estiver usando "roupas sensuais" em público. O mesmo percentual de entrevistados disse que "não há o menor problema em um homem bater na esposa se ela chateá-lo". Um horror!

O problema é que, em países reputados civilizados, surras podem resultar em processos judiciais. Para evitar isto foi lançado na Espanha, há algum tempo, dado livro que ensina os maridos a bater em suas esposas sem deixar marcas que os incriminem. Merece especial destaque o capítulo seis, no qual são indicadas as partes do corpo sobre as quais devem ser desferidos os golpes e os instrumentos a serem utilizados - tudo, e transcrevo um trecho, "para não deixar hematomas ou cicatrizes, que são passíveis de denúncias penais".

Diante de todos estes exemplos de loucura de pessoas que se dizem sãs não consigo deixar de pensar em uma curiosa frase da jornalista Diléa Frate: "os loucos são assim mesmo, nunca acham que estão doidos".

A OMB



A Organização das Nações Unidas todo mundo conhece. Da Organização Mundial do Comércio todos nós já ouvimos falar. Mas e a Organização Mundial do Banheiro? Para a maioria dos brasileiros trata-se de uma ilustre desconhecida. No entanto ela existe desde 2001, quando foi criada por representantes de 190 organizações de 56 países reunidos em um evento sobre saneamento básico ocorrido em Cingapura.

A missão da Organização Mundial do Banheiro, como não poderia deixar de ser, é promover a construção de banheiros pelo mundo afora. Um objetivo básico demais? Pense duas vezes e dedique-se a uma pequena pesquisa.

Comece pelos lixeiros que todos os dias percorrem nossas cidades. Há algum banheiro para eles pelas ruas? Em seguida pergunte aos motoristas de táxi se perto dos pontos nos quais eles trabalham existe algum banheiro. Faça a mesma pergunta aos ambulantes, aos carteiros, aos policiais encarregados do policiamento ostensivo de nossas cidades, aos operários que trabalham nas obras públicas e até aos mendigos. De todos eles a resposta ouvida será um sonoro e muito doído “não”.

Em seguida procure saber quantas pessoas no mundo sofrem com o

problema da falta de banheiros. O número irá assustá-lo: são 2,5 bilhões de pessoas! Umas 13 vezes toda a população brasileira! Sim, este é o número de seres humanos que, em pleno século XXI, não tem acesso a um simples banheiro.

Procure, então, informar-se acerca das consequências deste problema e novamente fique impressionado: a cada ano, por causa da falta de banheiros, 200 milhões de toneladas de urina e fezes são despejadas sem qualquer tratamento no ambiente, semeando doenças e epidemias - e ceifando impiedosamente a vida de muitos semelhantes nossos, no mais das vezes crianças.

Talvez, diante deste quadro, seja oportuna uma reflexão um pouco mais profunda. Que humanidade é essa, afinal, que gasta tantas fortunas com armas e supérfluos e precisa de uma Organização Mundial do Banheiro para defender aquele semelhante nosso que está ali na rua, sob as nossas vistas, fazendo suas necessidades atrás de um muro ou de um poste, se degradando e degradando um pouco cada um de nós?

Sobre esta humanidade nunca tão próprias as palavras de Mark Twain: “o homem é o único animal que se envergonha. E o único que tem motivos para isso”.

Pobres crianças



Cristiane Efe nasceu em uma das milhares de favelas brasileiras, sobreviveu às crises de disenteria, hepatite, cólera e gastroenterite que a falta de saneamento básico traz e conseguiu crescer um pouco. Lá pelos onze anos começou a ser assediada pelo pai. Ela nem cogitou ir a uma Delegacia – afinal, naquele morro “Polícia não entrava”, conforme apregoava acintosamente o tráfico de drogas local. E assim, praticamente sem outro caminho, lá foi ela envolver-se com um traficante, negociando proteção em troca do próprio corpo. Acabou grávida, aos 12 anos de idade.

Brasilina Silva, diante do mesmo problema, foi buscar ajuda na Polícia. O pai dela chegou a ser preso, porém poucos dias depois o mundo das leis concedeu-lhe a liberdade. Aí ele voltou para casa, deu uma surra na esposa e outra em Brasilina, aproveitou para estuprá-la novamente e assim ‘tudo voltou ao normal’. Brasilina acabou grávida, aos 13 anos de idade.

Emanuele do Brasil, desde criança, gostava muito de ver televisão. Estatisticamente 70% de todos os programas que assistiu tinham algum conteúdo sexual – a média apurada nas pesquisas ficava em 5 cenas por hora no conjunto semanal. Os pais dela estavam sempre fora, batalhando pelo sustento da casa – o que a deixava mesmo por conta de assistir televisão. A uma média de 5 cenas por hora, 1 hora por dia (o que é pouco), 4 dias por semana (o que também é pouco), Emanuele

assistiu, entre os 6 e os 14 anos, a algo em torno de 7.680 cenas com algum conteúdo relacionado a sexo. O resultado: acabou grávida de seu primeiro namorado, aos 14 anos de idade.

Fantine Valjean andava sossegada por uma rua de sua favela, vindo da Igreja, quando foi rendida e estuprada por um maníaco. Na Delegacia, quando o Delegado ouviu os detalhes da execução do crime falou, entristecido: “pois é, li que 75% dos estupradores condenados confessaram que praticaram em suas vítimas o que haviam assistido antes em programas pornográficos e que 80% dos estupradores de crianças confessaram que seus problemas começaram através das cenas de pornografia que viam cotidianamente. Eis aí mais um caso”. E foi assim que Fantine acabou grávida, quando contava apenas 14 anos de idade.

Os nomes das personagens são fictícios, mas suas vidas não. Eis aí uma realidade que a nossa sociedade prefere ignorar para viver em paz – mas ela existe. Não faz muito tempo li um estudo absolutamente chocante: o número de partos entre cada 1.000 mulheres na faixa dos 15 aos 19 anos de idade é de 5 nas Filipinas, 4 na Coreia do Sul, 8 na Bélgica, 6 na Dinamarca, 7 na liberal França, 9 na Grécia, 7 na Itália, 3 no Japão, 5 nas ultra-liberais Holanda e Suécia, 6 na China, 4 na Suíça e 89 no Brasil. Sim, 89 no Brasil! Nem os Estados Unidos, notórios pela liberdade conferida à sua juventude, chegaram a tanto: 43 partos, menos da metade do índice brasileiro.

Diante deste quadro fico a me perguntar sobre o que está acontecendo neste país. E fico a imaginar o destino das crianças. Pobres crianças!

A fronteira



“Justiça asfixiada. Sobrecarga de trabalho, acumulação de processos, dificuldade de aplicar as penas. Os ratos percorrem as salas insalubres dos cartórios, pelos quais transitam milhares de pessoas processadas. Os elevadores foram desligados há 5 meses, depois que um operário foi eletrocutado”. Este texto não é relativo a nenhum Juizado brasileiro. Trata-se da descrição do Tribunal de Bobigny, o segundo maior da França, feita pelo sério e conceituado jornal francês “Le Monde”.

“Todos os sistemas judiciários padecem com problemas sistêmicos associados ao custo dos processos e ao tempo gasto para decidir”. Esta não é a conclusão de nenhum brasileiro, mas sim de um relatório da Comissão Australiana de Reforma da Legislação.

“Quase 400.000 casos estão pendentes de resolução. Apesar de a Justiça ser honesta e tecnicamente boa, seu principal problema é que chega tarde”. Esta também não é a queixa de nenhum brasileiro – trata-se de um lamento publicado no jornal espanhol “ABC”, relativo aos tribunais de Madrid.

“A Associação de Magistrados iniciou ontem uma greve em protesto contra as medidas do governo para reformar a Justiça. O Governo apresentou um projeto de lei que limita a autonomia dos magistrados”. Não, também aqui não se trata da Justiça ou do Governo brasileiros – fala-se da Itália!

“Falta de juízes e servidores está deixando a população no limbo”.
Acredite: esta matéria retrata o sistema judicial norte-americano!

Diante destes poucos exemplos podemos retirar uma conclusão: a Justiça funciona mal no mundo inteiro. Seja em países pobres ou ricos (aliás, apenas citei estes), independentemente de religião ou etnia, não encontrei ainda um único sistema judicial que funcione bem.

Esta sempre foi, sem retoques, a realidade da "justiça dos homens": tinha que existir, de molde a ensejar uma indispensável sensação de segurança, porém somente até um certo ponto. Havia que se ter "Justiça", mas apenas até um certo grau. Os juízes podiam julgar e decidir à vontade, desde que ficassem aquém de uma linha que separa a patuleia das estruturas que comandam os Estados – a partir dela ou não havia leis ou estas eram claramente defeituosas. Foi assim nos primórdios da civilização. Foi assim na antigüidade clássica. Foi assim na era dos impérios. Será que é assim hoje?

Ali pertinho



Hoje faremos um exercício mental. Imagine-se em pleno centro de qualquer capital de estado brasileira. Qualquer uma. Em um dia útil e sob a luz do sol. Aliás, quanto mais claro o dia, melhor - tudo fica mais visível sob o brilhar da luz intensa.

Contemple, agora, a sede do Poder Judiciário local. Um Tribunal de Justiça, repleto de brasões e insígnias. Acompanhe, então, um Oficial de Justiça em sua missão de intimar alguém. A apenas 3 km daquele vetusto prédio ele só conseguirá cumprir seu mandado, pleno de símbolos e expressões como "Excelência" e "determina", após negociar com traficantes portando fuzis pelas ruas.

Aliás, defendo que tais documentos sejam emitidos pelas autoridades judiciárias sem estas expressões rebuscadas e desprovidos dos símbolos e brasões oficiais - a situação ficaria menos humilhante no contraste com a realidade da vida.

Lance seu olhar a uma Secretaria de Educação. Nela planeja-se a

formação da geração que nos sucederá. Pois é. E a 3 km dela as escolas e seus professores estão sob as garras de criminosos, que não raramente decretam "toque de recolher" quando algum comparsa morre trocando tiros com policiais.

Falando em policiais, contemple uma Delegacia de Polícia. Prédio austero, decorado por distintivos. Enquanto isso, a 3 km dele, os agentes da lei só podem transitar pelas ruas se em grupo e pesadamente armados, como que para um conflito - inclusive, em alguns locais, somente a bordo de um tanque de guerra. Registro que sequer helicópteros são recomendáveis, pois que o "espaço aéreo" daqueles bairros não raramente é defendido por "soldados do tráfico" armados com fuzis projetados para uso em conflitos encarniçados entre países.

Passe em frente da Assembleia Legislativa. Sede de um poder constituído. Ali, autoridades munidas da legitimidade do voto popular elaboram as leis que regem o Estado - e a 3 km dali muitas destas leis de nada valem para comunidades reféns de bandidos. Aliás, se lei há nesses cinturões de pobreza, seja a da selva.

Olhe, finalmente, para algum fino bairro residencial. Maravilhe-se com os prédios modernos, símbolo de progresso e pujança. Ofusque sua vista com o brilho das fachadas de vidro sob a luz do sol - mas que sua cegueira não o impeça de ver o pânico dos moradores, materializado em grades e alarmes, diante da audácia de criminosos gerados a apenas 3 km de suas residências.

Resumindo: nossas mais pujantes cidades estão claramente rodeadas por comunidades entregues ao crime organizado - áreas nas quais o Estado não entra, a menos que seja para guerrear.

O mais incrível é que tudo isso acontece à luz do dia. Às claras. Cotidianamente. E todo mundo sabe disso - só não quer conversar sobre isso, preferindo encontrar conforto na cínica "sensação de segurança" dos muros e barreiras policiais montadas "do lado de cá" e na aparência de um progresso ao fim do cabo inexistente. Afinal, como

filosofava Victor Hugo, "as ilusões sustentam a alma como as asas a um pássaro".

A ganância



Vivemos, hoje, no planeta das corporações gigantescas controladas por empregados que desconhecem limites. Na África, milhões perdem suas vidas em guerras causadas pela ganância de empresas que não desejam pagar o preço justo por recursos naturais. Na Europa e na Ásia, milhões adoecem vítimas de níveis de poluição que somente a loucura do lucro a qualquer custo explica. Nos EUA, outros milhões perdem suas casas e seus empregos por conta da especulação financeira de algumas poucas corporações.

Os empregados destes poderosos grupos econômicos, na busca insaciável por lucros que lhes proporcionem salários e bônus milionários, tem corrompido nosso sistema político, legal e até mesmo acadêmico.

Cito dois exemplos. O primeiro vem da África, onde trava-se há anos uma guerra em torno de um minério chamado "coltan", que já vitimou cinco milhões de seres humanos, conforme dados da ONU. Foram identificadas 157 empresas ocidentais envolvidas, e calculou-se que um telefone celular fabricado com matéria-prima daquela região custa a vida de duas crianças. Pois bem: sequer sabemos os nomes destas empresas!

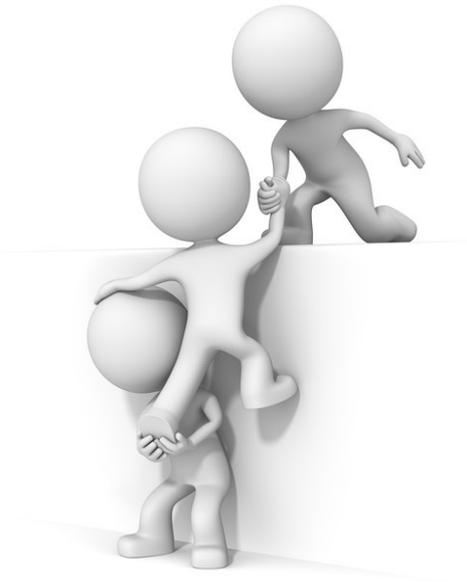
O segundo exemplo responde pelo nome de "crise econômica de 2008". Custou milhões de empregos, retirou de milhões de seres

humanos suas casas e a esperança de uma velhice digna. As pessoas que a causaram, suportadas por um pensamento acadêmico corrompido, acabaram milionárias e intocadas pelas autoridades que deveriam nos proteger. Quem pagou por tamanho absurdo, ao final das contas, fomos nós.

O fato é que a existência de empresas "grandes demais para quebrar", geridas por empregados movidos a salários proporcionais aos lucros que conseguem, são a maior fonte de desgraças do mundo moderno. Não se pode, seriamente, falar em proteger direitos humanos e prevenir corrupção sem que se enfrente este problema.

E é possível enfrentá-lo, com leis limitando o tamanho e obrigando a regionalização destas corporações, particularmente aquelas da área financeira, e bem assim reduzindo a níveis normais a remuneração dos empregados que as dirigem. Caso comprovado algum ato de corrupção, que seja penalizada também a empresa, inclusive com a proibição de voltar a se relacionar com a administração pública. Conseguir este mínimo, acredite, é questão de sobrevivência para a humanidade.

Solidariedade



Dia desses o mundo acompanhou com justificado horror a tragédia que se desenrolou na cidade de Dallas - um suspeito negro foi morto durante uma abordagem policial, e em seguida cinco policiais brancos foram mortos como vingança.

A imprensa nacional dedicou, justificadamente, largo espaço à cobertura deste triste episódio - foram páginas e mais páginas, enriquecidas com análises, artigos, comentários e estatísticas.

Aproveitei para colher alguns dados. Descobri que a cada ano policiais norte-americanos matam cerca de 428 pessoas (1,1 por dia) - e, segundo o FBI, 50 deles tombam no cumprimento do dever (0,13 por dia).

No Reino Unido, entre 1990 e 2016, a polícia tirou a vida de 60 pessoas (0,006 por dia). Ainda naquele país, entre 1945 e 2016, 250 policiais foram mortos em ação (0,009 por dia).

Na Alemanha policiais matam cerca de 10 pessoas a cada ano (0,02 por dia). Li, ainda, que entre 1945 e 2011 392 agentes da lei foram

vítimas de homicídio (0,016 por dia).

Na França, a cada ano, 13 policiais são assassinados (0,03 por dia) - contra 5 suspeitos mortos pela polícia no mesmo período (0,01 por dia).

Enquanto isso, aqui no Brasil, a cada mês cerca de 105 pessoas são mortas em confronto com a polícia (3,5 por dia), e 26 policiais são assassinados (0,8 por dia).

Estes são números que chocam. Que nos degradam enquanto povo. Que nos humilham perante o mundo, por transformarem uma tragédia como a de Dallas em um evento banal.

Qual a solução? Temos optado, e já se vão algumas décadas, pelo isolamento - nossas “áreas nobres” a cada dia mais isoladas das “áreas problemáticas”, seja através de muros ou barreiras policiais, e nossas casas a cada dia mais isoladas do mundo exterior.

A pergunta que modestamente faço é: esta política está resolvendo? Claramente, não. Temos, pois, e com urgência, buscar caminho outro. Mas qual?

Humildemente ousou sugerir uma via absolutamente simples e lógica: a presença do Estado em todos os lugares - que não haja, neste país, bairros nos quais uma autoridade não possa trafegar sem antes negociar com bandidos.

Dado este passo, difícil mas necessário, as escolas e a economia dos cinturões de miséria estabelecidos no entorno de nossas cidades ganharão notável impulso. E a civilidade voltará a reinar. Simples assim.

Sala de guerra



Não faz muito tempo li uma séria reportagem sobre a violência nas escolas brasileiras. Denunciou-se que “alunos usam e vendem drogas na escola e ameaçam professores e coordenadores de morte”.

Haveria algum sensacionalismo nesta matéria? Penso que não. Há alguns anos o Ministério da Educação constatou, após uma pesquisa de âmbito nacional, que incríveis 47% dos professores ou funcionários das escolas públicas já foram xingados ou ameaçados por alunos.

Seria este um problema típico de países em desenvolvimento? Não. Inglaterra, um passo à frente: um professor é verbal ou fisicamente agredido a cada sete minutos, conforme estudo realizado pela Associação Nacional de Professores. Constatou-se que os mestres ingleses vêm sendo mordidos, arranhados, chutados e socados. Em dado caso uma menina empurrou sua professora sobre uma carteira e enquanto esta caía ao chão o resto da classe aplaudia com entusiasmo. Por conta de casos assim já em 2008 uma pesquisa nacional concluiu que 20% dos professores exigiam o retorno das punições corporais para alunos insubordinados, com o uso de bastões. Diante deste quadro tenebroso as escolas ganharam o direito de revistar seus alunos.

Seria a Inglaterra uma exceção na Europa? Não. Segundo a Agência

Européia para a Segurança no Trabalho ao longo de um único ano nada menos que 1,5 milhão de professores foram agredidos por alunos. Foi recomendada, a nível continental, a substituição de móveis e equipamentos que pudessem servir de arma e bem assim a instalação de dispositivos de segurança para revista e controle dos alunos.

Na Suíça este problema alcançou um nível de seriedade tal que proibiu-se o consumo de energéticos nas escolas. Um funcionário de uma escola de Rümlang chegou a declarar que “já tivemos muitos casos de crianças inquietas, que não eram capazes de ficar sentadas nas suas salas de aula”.

Do outro lado do Oceano Atlântico os EUA enfrentam o mesmo problema, conforme registrou o jornal “The New York Times”: “Alunos colocam suas mochilas em aparelhos de raios-x e passam por detectores de metal. Este processo, similar ao que é realizado em aeroportos, é um ritual diário para os mais de 4 mil estudantes da Kennedy High School, em Nova York, que às vezes esperam até 30 minutos na fila da segurança”. Segundo o jornal “esta rotina não é estranha à cidade de Nova York, na qual 65 escolas procedem da mesma forma”. Esclareceu-se que detectores de metal são utilizados nas escolas de lá desde a década de 1980.

Conforme apontou a matéria este quadro é nacional: “No Distrito Escolar de Los Angeles guardas de segurança devem conduzir buscas aleatórias em pelo menos uma sala de aula a cada dia. A Philadelphia coloca detectores de metal em todas as suas escolas desde 1997. A maioria das escolas tem dois detectores e os alunos devem chegar normalmente uma hora antes das aulas para serem revistados”.

Pois é. Fico a me perguntar qual é a origem deste problema e até onde iremos com estas ‘soluções’.

Mais do mesmo



Dia desses, lendo algumas previsões sobre a economia brasileira, fiquei a pensar em David Weisbrot, presidente da Comissão Australiana de Reforma do Judiciário. O dito cujo, após quatro anos de estudos realizados a nível mundial, chegou à conclusão de que “o funcionamento do Judiciário dita o ritmo e a forma do desenvolvimento econômico dos países”.

Ele tem razão. O Brasil, por exemplo, tem uma perda acumulada de 20% ao ano no crescimento da economia devido à ineficiência do sistema legal. Um outro estudo, levado a efeito pelo IDESP junto a 800 empresas, concluiu que o impacto estimado do aumento da eficiência do mundo jurídico seria: no volume anual de investimentos, 13,7%; no volume de negócios, 18,5%; no número de empregados, 12,3%; nos investimentos em outros estados, 6,2%; no volume de negócios em outros estados, 8,4%; na proporção de atividades terceirizadas, 13,9%; e, no volume de negócios com o setor público, 13,7%.

Acredito, diante destes dados, ter como firmada uma premissa: eis aí um dos mais sérios problemas nacionais. Apregoa-se que sua causa maior é a falta de juízes e servidores. Mas será mesmo esta a solução? No Chile, entre 1982 e 1992, se quadruplicaram os tribunais civis em Santiago - e a morosidade aumentou 25,1%! A duração média de um processo passou de 806 dias para 1.009. Diante de tais dados o Centro de Estudos de Justiça das Américas cunhou uma frase que muito aprecio: “mais da mesma coisa não adianta”.

Enquanto isso o Brasil, apesar de todos os indicadores de que o sistema atual é impraticável, segue firme investindo na política de mais do mesmo. Diante desta realidade, a pergunta que modestamente faço é: está resolvendo? Claramente, não.

E a famosa informatização? Esta tem sido não mais que um paliativo, consistindo em mera digitalização da burocracia e virtualização de rituais bolorentos - que tornam ainda mais dramática a distonia com as exigências do momento histórico.

Nenhuma destas mazelas será eliminada pela aquisição de mais computadores ou pela nomeação de mais juízes e servidores - e eis aí uma verdade simples.

Enquanto isso, acomodados, continuamos a contemplar o atraso do Brasil, entoando a doída acusação do jornalista francês Émile de Girardin: “todos falam de progresso, mas ninguém sai da rotina”.

Bode expiatório



Há poucos anos descobriu-se que durante o século XX o número de pessoas que morreram em acidentes de trânsito no Brasil chegou a um milhão. Constatou-se que quase 4% das mortes acontecidas aqui tinham como causa o trânsito, contra apenas 1,8% dos EUA, 1,5% da França e 1,1% do Japão. Estimou-se que gastávamos US\$ 10 bilhões a cada ano em decorrência dos acidentes de trânsito.

Começou, então, a busca pelos culpados. Concluiu-se que nossas leis eram muito frouxas. E foi assim que surgiu o novo Código Nacional de Trânsito, mais rigoroso.

Comemorou-se uma queda no número de mortes. Mas não foi o bastante. Nossas estradas continuaram sendo um matadouro. Cumpria localizar um novo culpado. Chegou-se ao álcool. Passamos, então, a ter uma das mais rigorosas legislações do mundo sobre álcool e direção.

Celebrou-se nova queda no número de mortes. Mas também não foi o suficiente. Nossas ruas e rodovias ainda são palco de carnificinas diárias. Segundo dados divulgados em 2008 continuamos gastando US\$ 10 bilhões por ano em função dos acidentes de trânsito.

Havia que se buscar novos culpados. Localizaram outros suspeitos: as más condições do clima e a falta de atenção dos motoristas! Recentemente vi uma estatística indicando que estes dois fatores, sozinhos, respondem por 71,13% dos acidentes! Veio-me à mente que, pelas estatísticas, o lugar mais perigoso do mundo é a cama - é onde mais se morre!

Fiquei a recordar uma piada segundo a qual uma pessoa estava à noite, procurando ao redor de um poste aceso, algo que havia perdido longe dali, em um matagal escuro. Indagado por alguém sobre os motivos de estar procurando no lugar errado o dito cujo deu uma resposta curiosa: “aqui é mais fácil procurar porque está iluminado”.

Pois é. Talvez o maior culpado esteja lá longe, fora dos holofotes, pouco comentado exatamente porque é trabalhoso. Refiro-me às condições de nossas vias. Dia desses, por exemplo, li que a buracada existente em uma única estrada causou, em apenas seis meses, 118 acidentes, com 97 feridos e 10 mortes. Ao invés de corrigir-se a estrada fez-se apenas colocar uma triste placa: “Cuidado, buracos na pista”.

Eis aí o grande assassino que ronda nossas estradas. Segundo um estudo da Confederação Nacional dos Transportes 72% de nossas vias estão em péssimas condições. Uma em cada dez rodovias brasileiras não tem qualquer tipo de sinalização. Em 2007 calculou-se que apenas nas estradas de São Paulo surgem cerca de mil buracos por dia. Mais há: 40,8% de nossas rodovias precisariam ser totalmente refeitas, pois nem reparos comportam mais.

A verdade é que o motorista brasileiro tem feito a sua parte - suporta uma alta carga tributária e tem sobre si uma legislação das mais severas do planeta. Assim, talvez seja a hora de perguntar quando terá estradas decentes e seguras, aliviadas por um sistema ferroviário compatível com a grandeza do Brasil. Fugir deste debate é procurar o culpado no lugar errado só porque lá está iluminado.

Nosso futuro



Rosineide é uma criança brasileira, moradora de um dos milhões de barracos que existem no nosso país. Dia desses, entrevistada ao acaso por um jornalista que fazia uma matéria sobre a pobreza, ela conseguiu resumir em uma frase o que tem sido a sua vida: “os ratos daqui parecem tatus e correm pelas paredes. De noite, comem tudo o que estiver em cima da mesa”. É isso aí. Rosineide disputa alimentos com os ratos. Aliás, com frequência ela própria vira a comida e acaba sendo mordida por algum roedor esfomeado.

Rosineide não está sozinha. Segundo um levantamento da Fundação Getúlio Vargas 45% dos indigentes brasileiros tem menos de 15 anos de idade. Isto significa que temos sobre o solo deste Brasil tão rico quase 23 milhões de jovens miseráveis na mesma situação de Rosineide.

Rosineide não tem apenas fome. Ela também tem sede – e sede que dificilmente será saciada, dado que, segundo a ONU, um terço de nossas crianças não tem acesso a água tratada. Se todas essas crianças pudessem simplesmente beber água potável teríamos milhões de casos de mortalidade infantil e desnutrição a menos nos envergonhando.

Rosineide, seguramente, gostaria de poder estudar de forma decente. Porém, vítima de tantos infortúnios, ela acabará engordando aquela estatística segundo a qual, em cada grupo de 100 crianças, 41 não concluirão sequer o ensino fundamental. Talvez seja por causa disso que 68% dos brasileiros entre 15 e 64 anos não conseguem ler nada além de um anúncio de cinco palavras, conforme constatou o respeitado IBOPE.

E é assim que Rosineide passa cada vez mais tempo pelas ruas. Com ela uma massa de 50 mil crianças que perambulam diariamente pelas grandes e ricas cidades brasileiras pedindo esmolas. O mais chocante sobre este verdadeiro ‘Exército de Miseráveis Mirins’ é que quase a metade dele tem menos de seis anos de idade.

Com toda a certeza Rosineide não gostaria de passar a vida pedindo esmolas. Ela preferiria trabalhar. Mas trabalhar aonde, dada sua baixa qualificação? E assim lá está ela catando lixo em algum dos grandes lixões brasileiros – aliás, 22% dos mais de 25 mil catadores de lixo têm menos de 14 anos.

Mas, pensando bem, trabalhar para que? Afinal, segundo o IBGE, 48,6% das crianças entre 5 e 14 anos que trabalham no Brasil simplesmente não ganham nenhuma remuneração. A propósito merece ser lembrada uma pesquisa divulgada em 2003 pela Organização Internacional do Trabalho, segundo a qual o Brasil tinha 5,5 milhões de crianças trabalhando, a metade delas sem receber. A jornada de trabalho desses escravos, digo, crianças, não é pequena – no mínimo 40 horas semanais. Claro, há também aquelas crianças, digo, escravos, que recebem remuneração – precisos 41,5% deles, que ganham no máximo meio salário mínimo.

Dizem que as crianças são o amanhã e que o Brasil é o país do futuro. Pode ser. Mas temo que estejamos ignorando um tão sábio conselho de Winston Churchill, segundo quem “cidadãos saudáveis são o maior bem que qualquer país pode ter”.

Função magna



Aconteceu no Reino Unido: um dos mais antigos magistrados do país foi preso por praticar atos indecentes dentro de um trem - ele teria desabotoado as calças e se exibido para uma passageira. Na Itália um outro foi afastado e condenado a 11 meses de prisão por ter repetidas vezes apalpado uma sua funcionária.

No Japão um juiz perdeu o cargo e foi condenado a seis meses de prisão por enviar mensagens eróticas para uma servidora do Juizado. Segundo a decisão do Tribunal que o condenou o ato praticado, apesar de aparentemente singelo, “tem significativo impacto na sociedade, e prejudicou a confiança da população no sistema judiciário”.

Na Índia divulgou-se, há algum tempo, o caso de um juiz de Chhattisgarh que perdeu o cargo após aparecer bêbado no Juizado. No Canadá um outro, também dos mais antigos, ganhou notoriedade por xingar os piores palavrões durante sessões de julgamento. Na Austrália noticiou-se recentemente o caso do magistrado que fornecia dados falsos às autoridades de trânsito para evitar o pagamento de multas.

Enquanto isso, na Índia, um juiz de Jharkhand convocou dois deuses hindus, Ram e Hanuman, para ajudar a resolver uma disputa de propriedade. Foram colocados anúncios nos jornais locais, pedindo a

estes dois deuses que “comparecessem pessoalmente ao Juizado”.

Na Itália um pai e uma mãe, divorciados, disputavam na justiça o direito de passar o Natal com o filho. E eis que o juiz, então, sacou uma moeda do bolso e definiu a questão com base no “cara ou coroa”. Em entrevista declarou que “não poderia agir como Salomão, cortando a criança ao meio, então decidiu apelar para a sorte”.

Há também o caso do juiz filipino que só decidia com a ajuda de três duendes, de nome Armand, Luis e Angel, com os quais teria feito um pacto para prever o futuro. O dito cujo só não previu que iria perder o cargo por causa disso.

É de se perguntar, à vista de tantos exemplos, até onde estes magistrados recordam-se das palavras de Goethe, a aconselhar que “a conduta é um espelho no qual todos exibem sua imagem”. Ou do conselho do chinês Zhou Yongkang: “um verdadeiro juiz deve conhecer as necessidades do povo, eliminar seus temores, proteger seus interesses e ganhar sua confiança”.

Sábias palavras! Pena que sejam ignoradas por alguns poucos pelo mundo afora.

Que igualdade?



Deu no jornal Swissinfo: 80% dos suíços acreditam que a corrupção seja grande em seu país mas 30% acham que isto não afeta suas vidas. Será que não afeta?

Veamos o caso da China - onde a corrupção é punida com a pena de morte. Lá, o Ministério do Comércio divulgou que nos últimos anos cerca de 4 mil corruptos fugiram do país carregando nada menos que US\$ 50 bilhões. Lamentando o fato um dirigente chinês declarou: “A China precisa desesperadamente desse dinheiro, que poderia ser usado na construção de escolas para suas crianças, na geração de empregos para centenas de milhares de seus desempregados e na criação de serviços básicos de que seu povo tanto precisa”.

Está aí, nesta frase, o óbvio que nossas bondosas leis ignoram – cada uma destas crianças sem escola, cada um destes desempregados e cada cidadão que padece – e até morre – por falta de serviços básicos é, no final das contas, uma vítima de crimes.

Li que no Brasil o desvio de recursos seria equivalente ao orçamento de até 7 Ministérios pequenos, quase o do Ministério da Educação ou

cerca de 1,35% do nosso Produto Interno Bruto.

Logo, que tal pensarmos nas vítimas de acidentes de trânsito causados pela má qualidade das nossas estradas como vítimas de crimes? Que tal considerarmos aqueles semelhantes nossos que morreram em filas de hospital, sem atendimento, como vítimas de crimes? Que tal considerarmos os mais de 80 milhões de brasileiros que não têm esgoto sanitário, muitos dos quais acabam contraindo doenças fatais, como vítimas de crimes?

Alguém diria: já o são, eis que a corrupção tem como sujeito passivo, no final das contas, toda a Sociedade. Grande engano! No Brasil, se alguém rouba uma única pessoa com violência da qual resulta morte não haverá direito a anistia, graça, indulto ou fiança e a pena poderá chegar a 30 anos de reclusão. Já um corrupto que desviou milhões de um hospital, causando a morte de diversas pessoas, terá direito a mais benefícios legais e a penas menores.

Assim, dizer-se que nosso sistema legal e judiciário considera como verdadeiras vítimas de crimes os tantos que padecem tanto por causa de tão poucos nos traz à memória aquela frase de Anatole France: “a lei, no seu majestoso igualitarismo, proíbe tanto os ricos quanto os pobres de dormir debaixo da ponte”.

Doidos e cegos



Dizem alguns que uma placa de aviso é um simples objeto, pendurado ou espetado em algum local, com o objetivo de orientar os humanos. Eu discordo. Placas de aviso são muito mais do que isso. Arrisco dizer serem o retrato fiel do estado de espírito de uma civilização!

Vejam, por exemplo, uma placa colocada em uma rua de Santa Rosa, na Califórnia (EUA): "Perigo. Cuidado com a Polícia. Os agentes do xerife estão cometendo crimes nesta área". Não menos sugestiva é uma placa afixada diante de uma repartição pública da cidade de Chennai Docks (Índia): "Por favor, não corrompa ninguém".

E as placas de trânsito? Em Devore, na Califórnia (EUA), uma delas, colocada diante de um estacionamento destinado a deficientes físicos, trazia uma ameaçadora mensagem: "se você estacionou aqui sem ser deficiente, pode ser que seja ao sair". Não menos horripilante é um aviso colocado diante de um estacionamento de Hazyview: "Somente para alemães. Outros levarão tiro".

Há também aquelas placas destinadas a poupar vidas. Que o digam os habitantes de Uttaranchal, na Índia, cidade na qual existe uma placa com os seguintes dizeres: "O rio Ramganga é habitado por crocodilos. Nadar é proibido. Os sobreviventes serão processados". Por falar em natação, em Siem Reap, no Camboja, há uma placa dizendo "não nade se você não souber nadar".

Também é para os nadadores a placa colocada em uma praia de Sister Bay (EUA): "não se afogue". Não menos curiosa é uma outra, colocada sobre uma ponte da cidade de Amador County, na Califórnia (EUA): "Rio seco. Não mergulhe".

Existem também as placas confusas. Começo por uma localizada na entrada de um clube de Bristol, na Inglaterra: "se você aparentar ter menos de 21 anos será convidado a provar ter mais de 18". Já no Colorado (EUA), uma placa colocada em um parque proíbe a entrada de "loucos de qualquer tipo".

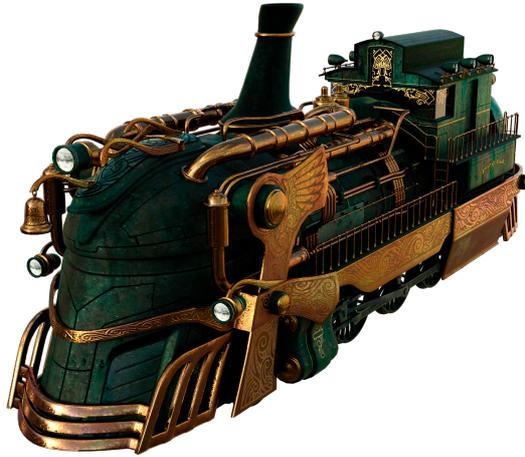
A propósito, em Oxford, na Inglaterra, há uma placa avisando que "as escadas não são adequadas para usuários de cadeiras de rodas". E em Beijing (China) uma outra aconselhava as pessoas a "cuidarem bem de suas propriedades pessoais em caso de perda". Vem da mesma cidade uma não menos curiosa placa, colocada na entrada de um clube: "proibido entrar com drogas e armas nucleares".

Não menos curiosa é uma placa colocada no sistema de transporte público de Atenas, na Grécia, informando que nos horários de pico "pode ser necessário que você deixe outras pessoas sentarem em seu colo".

Concluo com aquelas placas sombrias. Nesta categoria merece destaque uma, localizada em Knysna, na África do Sul, que, exibindo uma pavorosa caveira no centro, avisa: "Há vida após a morte? Passe daqui e descubra". Mas talvez a pior de todas venha de Washington Island (EUA), onde colocou-se uma placa diante de um terreno particular, informando que "invasores serão estuprados".

Diante de todas estas placas fico a pensar em uma frase atribuída a William Shakespeare: "é uma infelicidade da época que os doidos guiem os cegos".

Trem das onze



Shanghai, China. No aeroporto de Pudong um cidadão comum, de nome Lu Cong Mei, embarca em um trem de última geração, conhecido como Maglev, rumo ao centro da cidade. Em dois minutos ele já está a 300 km/h, confortavelmente flutuando sobre os trilhos. Mais alguns instantes e ei-lo a 430 km/h, aproximando-se do centro de Shanghai. Não há barulho ou poluição – este incrível trem, alimentado por energia elétrica, flutua sobre o chão graças a um sistema magnético. Sua velocidade máxima, atingida durante os testes, foi de 500 km/h. A reação de Lu, ao desembarcar no centro de Shanghai: “maravilhoso, parecia que eu estava voando”.

Tokyo, Japão. Na linha experimental de Yamanashi o primeiro Maglev japonês é testado. Em poucos minutos alcança a incrível velocidade de 581 km/h. O governo japonês, entusiasmado com os resultados, aprovou a construção de uma linha conectando Tokyo a Nagoya.

Mas fiquemos com os trens comuns. Voltemos ao dia 1º de abril de 1964, quando foi inaugurado o primeiro trem de alta velocidade japonês, o Tokaido Shinkansen. Naquela época atingia a velocidade de 210 km/h. O sucesso foi imediato, tendo sido alcançada a marca de 100 milhões de passageiros transportados em apenas 3 anos. Em 1976 o popular “trem-bala” japonês transportava seu bilionésimo passageiro. No ano de

2003 a JR Central, empresa que administra este sistema, informou que o atraso médio das chegadas dos trens em relação à tabela de horários era de 6 segundos. 6 segundos! Este incrível sistema ferroviário já transportou, desde sua criação, mais de 6 bilhões de passageiros.

Seul, Coréia do Sul. No dia 31 de março de 2004 inaugura-se a Gyeongbu Line, ligando Seul a Busan através do KTX (Korean Train Express), que alcança a velocidade de 350 km/h. Este serviço está em plena expansão. No ano de 2006 transportou 36,49 milhões de passageiros.

Paris, França. Há uns 30 anos iniciava-se a construção das linhas especiais para o TGV, o trem de alta velocidade francês. Em operação normal este trem atinge 320 km/h, mas já alcançou 574,8 km/h. Atualmente as linhas de TGV cruzam todo o país.

Alemanha, 1991. Na estação de Kassel-Wilhelmshöhe inaugurava-se o sistema de trens InterCityExpress. Atualmente estes trens cruzam toda a Alemanha a 300 km/h, reduzindo os níveis de ruído e poluição causados pelo uso de caminhões, carros e aviões.

Brasil, século XXI. Dos 29.798 km de ferrovias que temos, 10 mil foram construídos pelo Imperador Dom Pedro II, e não atendem as necessidades do momento atual. 7.000 km de trilhos estão inativos. Temos 30 a 40% da malha ferroviária em estado deficiente, segundo levantamento da ANTT. A velocidade média dos nossos trens é de 20 km/h. Assim, passam pelas ferrovias apenas 20% de nossas cargas. Como é possível tamanho descalabro? Quem ganha com isso?

Alheio a este debate lá está o Jeca Tatu na estação, cantarolando a música imortal de Adoniran Barbosa: “se eu perder este trem, que sai agora às onze horas, só amanhã de manhã”...

Nunca mais



Dia desses li que o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, foi eleito o nono ponto turístico mais bem avaliado do mundo. Trata-se de um patrimônio nacional, motivo de orgulho para todos os brasileiros. Com uma média diária de 5,5 mil visitas, sua imagem poderosa, ao percorrer o globo, ajuda a indústria do turismo a injetar verdadeiras fortunas na economia do Brasil, movimentando sua economia e criando empregos.

Ajuda-o, nesta tarefa, o bondinho do Pão de Açúcar, na Urca. Eis aí outro verdadeiro "cartão postal" do mundo, visitado anualmente por 1,5 milhão de pessoas. Este teleférico, o primeiro a ser implantado no país, até hoje, decorrido mais de um século, encanta por sua modernidade.

Mas deixemos o Rio de Janeiro, rumo ao Espírito Santo. Será quando nos depararmos com o Convento da Penha, a compor um cenário de beleza sublime desde o século XVI. Constatei que visitam esta obra única nada menos que três milhões de pessoas a cada ano - movimentando nossa economia e gerando empregos.

Mais ao norte, em Salvador, encontraremos o Elevador Lacerda. Eis aí mais um símbolo do Brasil, projetado internacionalmente. Por suas cabines passam, diariamente, cerca de 28 mil pessoas. Tente calcular, por um instante que seja, o quanto esta realização já rendeu para a

economia da Bahia e do Brasil.

Relacionei, acima, algumas das mais belas obras do mundo, cada uma delas orgulho do povo brasileiro. É com o peito inflado de amor por este país que contemplamos o olhar extasiado dos milhões de estrangeiros que aqui vem visitá-las. É com otimismo e alegria que saudamos a pujança da indústria do turismo, que tanto contribui para nossa economia.

Pois é. Agora medite sobre o seguinte: hoje nenhuma destas obras - absolutamente nenhuma delas - seria possível. Não por falta de recursos, pois não falamos de nada demasiadamente custoso, mas em função das amarras da burocracia que criamos ao longo do último século.

Imagine o que aconteceria ao administrador moderno que se dispusesse a tal empreitada - ou seu mandato se esgotaria antes mesmo do início das obras ou acabaria até preso. Ficam, assim, um século depois de inauguradas estas maravilhas, e à vista de um país parado, algumas questões: o que aconteceu? Como chegamos a tal imobilismo? E qual o nosso futuro?

Loucura oficial



Dia desses, cumprindo minha rotina diária de leitura de alguns jornais do planeta, subitamente atentei para a imensa quantidade de notícias retratando episódios de insensibilidade que somente a loucura mais refinada poderia explicar. O pior: praticamente todos eles envolvendo autoridades ditas “de alto nível”. Segue um resumo do que encontrei - e mais não cito por conta de absoluta falta de espaço.

Na Malaysia um dado deputado, comentando uma nova lei que penaliza abusos sexuais de menores, declarou que violadores e vítimas deveriam casar-se e "virar a página". Acrescentou, em seguida, que muitas "raparigas" já estão preparadas física e espiritualmente para o casamento a partir dos 9 anos de idade.

Enquanto isso, na Europa, o presidente da República Checa foi gravado ao dizer, em recente conferência internacional, que "há demasiados jornalistas, deveríamos liquidá-los". Por falar em "liquidar" pessoas, na África um outro presidente, o da Guiné Equatorial, assim expressou-se: "quando alguém agarra um delinquente, mesmo que o mate, nós não vamos permitir que a justiça detenha essa pessoa, porque o delinquente tem que saber que, quando vai roubar, pode ser morto".

Mas retornemos à Europa, em cujo parlamento um Eurodeputado sustentou, "ao vivo e a cores", que "as mulheres devem ganhar menos do que os homens porque são mais frágeis, menores e menos inteligentes". Deve ser por isso que, na Itália, absolveu-se um estuprador sob o argumento de que sua vítima "não gritara"!

Na Índia o cenário para as mulheres é outro: um ministro, comandando uma campanha de distribuição de objetos de madeira parecidos com porretes, assim aconselhou-as: "se o seu marido estiver embriagado e ameaçar abusá-la bata nele".

Nos EUA um congressista, debatendo em plenário a gravíssima questão da saúde, saiu-se com esta "pérola": "ninguém morre por não ter acesso a cuidados de saúde".

Encerro com a Austrália, país no qual parlamentares federais defenderam que traficantes de pessoas fossem pagos para devolverem suas vítimas à Ásia.

Diante destes episódios, todos, repito, protagonizados por autoridades do mais elevado nível - seja lá o que for isso - fiquei a recordar as palavras de William Shakespeare: "é uma infelicidade da época que os doidos guiem os cegos".

Os abafadores



Conta-se que há uns 200 anos uma comunidade de judeus estabeleceu-se na cidade de Vila Rica, em Minas Gerais. Para evitar perseguições religiosas, comuns naquela época, eles decidiram esconder suas origens e credo religioso – deram à comunidade o nome de “Fiéis de Deus”.

Segundo consta, quando um membro desta comunidade caía gravemente doente os demais ficavam com medo de que ele, às portas da morte, se revelasse adepto do judaísmo. Para evitar que isto acontecesse era logo chamado um abafador.

Sobre a função dos abafadores, assim ensina o historiador Elias José Lourenço: “ele afastava do quarto do doente as pessoas da família, encostava a porta e começava a operação. Punha um crucifixo nas mãos do doente, passava os braços pelas costas e aplicava o joelho contra o tórax. À medida que ia aumentando a compressão contra o peito do moribundo, asfixiando-o, em voz alta, para ser ouvido de fora, ia dizendo: - Vamos, meu filho! Nosso senhor está esperando! Quando o paciente exalava o último suspiro, o abafador compunha o corpo, chamava as pessoas da família e lhes comunicava que o fulano havia morrido “como um passarinho”, isto é, suavemente”.

Neste início de milênio soa tenebrosa a idéia de esconder uma verdade usando os serviços de um abafador. No entanto é nos nossos

dias que esta atividade está em seu apogeu!

Segundo dados divulgados pela ONU 1 bilhão de seres humanos não tem o que comer. Este número confirma um estudo do Banco Mundial, no sentido de que 1,4 bilhão de pessoas vivem (eu disse vivem?) com menos de US\$ 1,25 por dia. As consequências deste quadro são chocantes: apenas na África sete mil semelhantes nossos morrem por dia, vítimas da desnutrição – o suficiente para lotar uns 23 jatos de passageiros.

Esta é uma verdade que incomoda. Afinal, enquanto esses seres humanos estão morrendo por aí, sem assistência nem dignidade, com US\$ 1,25 por dia, as estruturas que comandam o planeta seguem firme na alegre gastança dos nossos recursos. Assim, apenas para ficar em alguns poucos exemplos, ao final deste ano, por dia, cada vaca europeia terá recebido US\$ 3 em subsídios, cada cidadão brasileiro terá perdido US\$ 1,83 com a corrupção e outros US\$ 6,70 em desperdícios diversos, e cada americano terá gasto US\$ 7,37 para socorrer bancos e empresas em dificuldades.

Esta triste verdade, e tantas outras mais, causaria escândalo se fosse corretamente exposta aos olhos da humanidade. Assim, há que se solicitar os serviços dos abafadores, que nunca trabalharam tanto!

A única diferença é que nos nossos civilizados dias, como não se pode matar por asfixia toda esta massa de miseráveis, os abafadores concluíram ser melhor escondê-la e isolá-la, para que padeça e morra sem escandalizar ninguém.

Estarei exagerando? Não: contemple a imensa quantidade de barreiras e muros semeadas por este mundo que dizemos tão globalizado, isolando povos, raças ou classes sociais! Atrás de cada um desses obstáculos lá está um abafador, sufocando alguma verdade cruel.

A realeza



Há algum tempo o então presidente das Filipinas, Rodrigo Duterte, durante um discurso, defendeu a tese de que "jornalista não está livre de ser assassinado, se for um filho da (impublicável)".

Diante destas palavras torna-se possível entender o motivo de aquele país ser um dos mais perigosos para os profissionais da imprensa. Aliás, referindo-se aos jornalistas que tombaram por conta do exercício profissional, assim pronunciou-se o presidente: "A maioria dos que foram mortos, para ser franco, alguma coisa fez. Não se é morto se não se fizer algo de errado".

Citou, em seguida, o nome de uma das pobres vítimas, arrematando: "Não quero diminuir a sua memória, mas ele era um grande filho da (impublicável). Mereceu o que lhe aconteceu".

Na Ucrânia a parlamentar federal Nadiya Savchenko não foi menos

agressiva: "Jornalistas são como cachorros. Honestamente. São como chacais, prontos a atacar e destroçar suas vítimas sem nem compreender o motivo".

Tais palavras explicam os motivos pelos quais, desde 1990, nada menos de 2.297 jornalistas terem sido mortos por conta do exercício da profissão. Somente em 2006 foram 155, quase um a cada dois dias e meio.

Neste sinistro cenário o Brasil aparece em destaque, sendo o 7º país no qual mais se matam jornalistas. Em número de mortes estamos empatados com o Iêmen e o Sudão do Sul - dois países que estão em guerra. Mata-se mais aqui do que na Somália, Paquistão, Ucrânia e Afeganistão.

Há também aqueles que, evitando mortes, muitas vezes usam as instituições simplesmente para silenciar a imprensa. Esta tendência começou a ser registrada aqui no Brasil há uns dez anos, quando, para uma amostragem de 2.783 jornalistas, foram encontradas 3.342 ações judiciais.

Não nos esqueçamos, ainda, daqueles que recorrem às verbas de publicidade para tentar "domesticar" a imprensa. Neste sentido um levantamento feito para o jornal "Folha de São Paulo" demonstrou ser o Brasil um dos países que mais gastam com publicidade estatal - 7,13% de tudo que se investe no setor. Nos EUA, são apenas 1,63%!

É diante desta realidade tão sombria que me vem à mente sugestiva frase do rei inglês George III: "Eu desejo o bem; portanto, quem não concordar comigo é um traidor". Perfeito, Majestade, mas Vossa Alteza deseja o bem de quem, afinal?

Nossas vítimas



Enfim uma boa notícia para as vítimas de crimes! Aos 14 de setembro foi publicada a Lei nº 104, a entrar em vigor no dia 1º de janeiro, e que "aprova o regime de concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica".

Aliás, a notícia é tão boa que não se fala só em indenização - previu-se até a antecipação desta! Uma maravilha! Leia o artigo 2º: "as vítimas que tenham sofrido danos graves para a respectiva saúde física ou mental directamente resultantes de actos de violência têm direito à concessão de um adiantamento da indemnização pelo Estado".

E se o autor do crime não for conhecido? Sem problemas. Leia o § 3º: "o direito ao adiantamento da indemnização mantém-se mesmo que não seja conhecida a identidade do autor dos actos de violência ou, por outra razão, ele não possa ser acusado ou condenado".

Há ainda aquelas pessoas que foram feridas ao ajudar as vítimas. Elas também não foram esquecidas por esta espetacular lei. Veja só o § 4º: "tem direito ao adiantamento da indemnização as pessoas que auxiliem voluntariamente a vítima ou colaborem com as autoridades na prevenção da infracção".

Porém, o mais notável é que as vítimas não ficam restritas às indenizações. Muito pelo contrário. Transcrevo, a seguir, o § 9º do artigo

4º: "Sem prejuízo da aplicação dos critérios indemnizatórios estabelecidos na presente lei, podem ainda ser conferidas às vítimas medidas de apoio social e educativo, bem como terapêuticas adequadas à recuperação física, psicológica e profissional".

E as vítimas dos crimes de violência doméstica? Estas também não ficaram esquecidas. Confira-se no artigo 5º, § 1º: "As vítimas do crime de violência doméstica têm direito à concessão de um adiantamento da indemnização pelo Estado". Notável!

Previendo a possibilidade de que muitas vítimas não tenham ainda plena noção da extensão dos seus direitos esta magnífica lei previu, no § 4º do artigo 10, que "as entidades públicas, incluindo o Ministério Público, as associações ou outras entidades privadas que prestem apoio às vítimas de crimes podem apresentar o requerimento". De parabéns, o legislador!

Burocracia e papelada? Leia-se o § 1º do artigo 12: "A tramitação dos processos é efectuada electronicamente". Ademais, "a instrução [do pedido] é concluída no prazo máximo de um mês" (artigo 14, § 1º) e "concluída a instrução, o presidente ou o membro da Comissão [de Protecção às Vítimas de Crimes] decide de imediato sobre a concessão da indemnização e qual o respectivo montante" (artigo 14, § 2º).

Eis aí uma lei digna dos maiores elogios, que reflete sentimentos verdadeiramente humanos quanto às pobres vítimas de crimes - lá de Portugal. Sim, esta é uma lei portuguesa. Portugal é aquele pequeno país lá da Europa, muito mais pobre que o riquíssimo Brasil.

Pois é. Esta lei data do já distante ano de 2009. Entrou em vigor na aurora de 2010. Enquanto isso, sobre o solo deste Brasil fabulosamente rico, as vítimas... ora, as vítimas!

A usina Muttsee



A Suíça é um pequeno e pobre país encravado no coração da Europa, desprovido de recursos os mais básicos que se possa imaginar. Lá não há riquezas naturais fabulosas, acesso ao mar ou mesmo espaço - falamos de um país de vales cercados por montanhas geladas.

Pois bem: buscando produzir energia farta e barata - e bem assim prevenir eventuais problemas de abastecimento - construiu-se no lago Mutt uma das maiores e mais fascinantes usinas hidrelétricas jamais vistas, do tipo reversível.

Conforme divulgado pela administração suíça esta usina, com potência de 1.000 MW, e cuja barragem mede 1.025 metros, é a mais potente de seu tipo no país - segundo consta, há outras 15 em funcionamento. Custou US\$ 2,1 bilhões, e seu lago armazena 25 milhões de metros cúbicos de água.

Mas o que seria uma "usina reversível"? Com a palavra os próprios suíços:

"Tais usinas possuem duas represas, uma na montanha e outra bem mais abaixo. A água do lado superior é conduzida para baixo sob pressão através das turbinas que geram a eletricidade. Em tempos de baixo consumo de energia a água é bombeada de volta para o lago da montanha e lá represada".

Esclareceu-se, finalmente, que as "usinas hidroelétricas reversíveis têm um papel importante para garantir um suprimento estável de eletricidade em períodos de falta de água".

Enquanto este maravilhoso feito acontece lá naquele pequeno e pobre país, aqui neste tão grande e rico Brasil ainda dependemos de chuvas permanentes para que as torneiras de nossas casas não sequem!

Dada a quase total falta de investimentos em infraestrutura qualquer alteração climática mais séria nos conduz aos racionamentos, rodízios etc. E eis aí um quadro nacional: não faz muito tempo visitei uma capital banhada pelo rio Amazonas (o maior do planeta em volume) que convivia há anos com a escassez periódica de água potável! Uma cena surrealista, a de um rio tão largo que sua margem oposta quase não se vê, banhando uma cidade sem água!

Escrevo estas linhas em desagravo a São Pedro, eterna e injustamente responsabilizado pelas torneiras secas que nos humilham enquanto habitantes de um país que se pretende minimamente administrado. Afinal, como dizia Heinrich Heine, "é melhor escolher os culpados do que procurá-los". Coitado de São Pedro!

Vítimas de lá



Há poucos dias abordamos neste espaço a Lei nº 104/2009, que garante indenizações a serem pagas pelo Estado às vítimas de crimes - lá em Portugal. Várias pessoas me perguntaram se esta seria uma lei inédita no mundo. Como veremos a seguir, não é.

Vamos começar pelo Japão, aquele pequeno e pobre país da Ásia. Lá o Governo ampara as vítimas de crimes com nada menos que 258 tipos de assistência, inclusive indenização, moradia e garantia de emprego.

Na Inglaterra, outro país cujas riquezas nem de longe se comparam às nossas, o Governo indeniza "qualquer prejuízo extraordinário decorrente do crime, como por exemplo despesas médicas ou o custo de reparar ou substituir um bem", além de compensar as perdas salariais sofridas.

A Inglaterra não é um caso isolado em seu continente - antes, simplesmente cumpre texto do Conselho da Europa: "os Estados devem identificar e fornecer medidas que aliviem os efeitos negativos do crime", incluindo "assistência médica, ajuda pecuniária e serviços psicológicos", sendo que "estes serviços devem ser proporcionados gratuitamente imediatamente em seguida ao crime".

No Canadá são indenizadas todas as despesas e perdas financeiras "ocorridas ou que venham a ocorrer como resultado das lesões ou

morte da vítima". Um detalhe importante: indeniza-se até a dor e o sofrimento experimentado pelas vítimas.

Nos EUA merece ser transcrita a descrição dos benefícios oferecidos pela Califórnia: "Além de assistência médica e acompanhamento psicológico, funerais e perda de rendimentos, cobre-se a limpeza da cena do crime, os custos de viagens para tratamento, as despesas de mudança de residência, manutenção da casa e cuidados dos filhos". E não se esqueça da reparação ou substituição dos bens danificados ou destruídos por causa do crime. Aliás, a proteção é tamanha que há previsão inclusive de instalação de alarmes nas residências das vítimas, em caso de necessidade.

Na Carolina do Norte até as portas e janelas das casas de eventuais vítimas são trocadas pelo Governo, caso tenham sido danificadas por arrombamento. No Estado de Nova York providencia-se ainda o transporte das vítimas para as audiências. Aliás, merece registro que recentemente o Judiciário norte-americano ampliou ainda mais todos esses benefícios, determinando seja indenizado até o tempo gasto pela vítima nos juizados durante o julgamento do criminoso.

Estes países não são exceção no mundo, e muito pelo contrário. Encontrei leis semelhantes em Hong Kong, Coreia do Sul, Filipinas, Taiwan, Tailândia, Ilhas Virgens, Porto Rico, Austrália, Nova Zelândia e em alguns estados indianos. Há um outro aspecto a ser realçado: este tipo de assistência não é recente. Só para ficarmos em alguns exemplos, a legislação de Hong Kong data de 1973, a do Japão de 1980 e a da Coreia do Sul de 1987.

Enquanto isso, aqui no riquíssimo Brasil, terra de riquezas mil, ficamos com a frase de Stanislaw J. Lec: "não grite por socorro à noite - pode acordar os vizinhos".

O suspeito



Dia desses li um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento segundo o qual o Produto Interno Bruto (PIB) da América Latina poderia ser 3,55% maior se os níveis de criminalidade fossem reduzidos. Para fins de comparação, a criminalidade custa à economia da Alemanha 1,34% do PIB - ou seja, muito menos da metade.

No que toca aos detalhes, iniciemos pelo que se perde em segurança privada: 1,37% do PIB. É dinheiro que nossas empresas poderiam estar investindo em expansão e criação de empregos. Perdemos outros 1,51% por conta do aumento do aparelho legal necessário para lidar - deficientemente, diga-se de passagem - com todo este "aumento de serviço". E, finalmente, escoam pelo ralo outros 0,64% em função de custos sociais e perda de produtividade.

Há também a corrupção. Li um estudo, realizado em 2005, segundo

o qual ela custa à economia brasileira, a cada ano, até 5% do PIB. Calculou-se que a redução de apenas 10% no nível de corrupção aumentaria em 50% a renda "per capita" brasileira num período de 25 anos.

Não nos esqueçamos da burocracia e ineficiência do aparelho estatal - vai aí outro sumidouro de recursos, que custa outros 2,2% do PIB brasileiro, segundo estudo levado a cabo pelo Banco Mundial.

Encerro esta relação tenebrosa de problemas nacionais com um estudo da Fundação Getúlio Vargas que aborda outra mazela, qual aquela dos "benefícios fiscais" - que tem respondido, a cada ano, pela impressionante soma de R\$ 408 bilhões. Para os autores do estudo a crescente dispensa de grande volume de recursos desorganizou as finanças públicas e reduziu o poder de investimento do governo.

Mas mudemos de assunto. Façamos de cinema. Lembra-se do filme "Casablanca"? Há nele memorável passagem na qual, diante de um crime, o cínico capitão Renault ordena a um auxiliar: "Prenda os suspeitos de costume".

Pois é. Não há capacidade gerencial para combater-se a criminalidade. Enfrentar-se a corrupção virou tarefa digna da mitologia grega. Falta competência, igualmente, para reduzir-se a burocracia. E, no que toca aos benefícios fiscais... que fiquem em paz!

Diante da crise, pois, sobrou para o povo! Seja ele a gemer sob a redução dos padrões de vida, pagando uma conta indevida - afinal cabe-lhe, com perfeição, o papel de "suspeito de costume".

Animais loucos



Renny, um elemento absolutamente pacífico, estava a andar pelas ruas da cidade norte-americana de Syracuse quando foi brutalmente atacado a poder de mordidas. Bastante ferido, só não morreu por conta da intervenção de um policial.

Não menos desafortunado foi um norte-americano conhecido pelo sugestivo apelido de “Bebe”. Morador de Nova York, ele também foi atacado a patadas e mordidas por um perigoso animal. Médicos constataram, horrorizados, que uma das feridas chegou à espantosa marca de 8 centímetros quadrados!

Casos assim se repetem aos milhares, todos os dias. Citei dois somente para ilustração. Renny e “Bebe” são, no final das contas, apenas a “ponta do iceberg” das agressões praticadas por seres humanos contra os animais. Sim, animais: Renny é um bem treinado pastor alemão e “Bebe” um pacífico “poodle”. E ambos foram atacados a mordidas por seres humanos! O caso de Renny foi um acidente profissional - trata-se de um cão policial. Já “Bebe” foi vítima de uma crise de ciúmes do violento namorado de sua dona.

Mas talvez o caso mais triste de todos seja o do infeliz Fisher, um pacato peixinho que vivia sossegado em um pequeno aquário na casa

de sua dona, em Portland (EUA). Ele acabou morto a facadas pelo ex-namorado dela, também após uma crise de ciúmes.

Há também as violências praticadas pelo Estado. Que o diga uma azarada cabra da Nigéria, que acabou presa como suspeita de um assalto a mão armada (ou seria a “pata armada”?). Aconteceu na cidade de Kwara: um assaltante fugia da Polícia após ter tentado roubar um carro e, segundo os policiais, teria se transformado na pobre cabra que, por azar, pastava nas proximidades – assim, no lugar “do cabra” foi parar na cadeia “a cabra”.

Enquanto isso, no civilizado Canadá, um pato quase “pagou o pato” durante um assalto a uma doceria, quando um meliante ameaçou esganá-lo caso os clientes não entregassem seus bens de forma “carneira”.

Finalizo com o caso das centenas de cachorros da Cisjordânia diagnosticados por diversos veterinários como afetados por “stress” decorrente dos sucessivos conflitos e atentados acontecidos naquela conturbada região. Registraram-se casos de cachorros que uivam sem parar, outros que passaram a sofrer de tremedeiras constantes e até de incontinência urinária. Vários desses cachorros tem sido medicados com Valium, um potente ansiolítico. Um veterinário da região, entrevistado, declarou ter atendido um cachorro que, de tão traumatizado, parou de comer. Segundo ele, “há quase dois meses que o coitado se recusa a pôr as patas na rua”.

Diante deste quadro faz todo o sentido uma pesquisa que li há alguns dias, dando conta de que no mundo moderno 42% dos cachorros tem algum tipo de problema comportamental e 77% deles tomam algum tipo de medicamento. Isto quanto aos cães. E os humanos? Pois é. Talvez, afinal, esteja correta a acusação de Oscar Wilde: "o homem é um animal racional que sempre perde a cabeça quando chamado a agir pelos ditames da razão".